ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, em Trancoso, Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/02

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Atas nº 6/2014, da reunião de câmara de 2014/03/19 ~~e nº 7/2014, da reunião de câmara extraordinária e privada de 2014/03/24~~			Aprovação
~~2~~	~~Delegação da competência da câmara municipal prevista no nº 4, do artº 61º, do Código dos Contratos Públicos, no presidente da câmara municipal, com faculdade de subdelegação~~			~~Aprovação~~
3	Comemorações do 40º aniversário do 25 de Abril			Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
4	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
5	Alteração ao loteamento denominado por Casal Machado - Alvará de loteamento nº 3/93, de 21/05	José Sérgio Figueiredo da Silva	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
6	Auto de vistoria - Av. Sousa Martins, nºs 30/32, tornejando para a travessa D. Amália, nºs 11/13	Santos Ferreira & Silva, SA	Alhandra	Aprovação
7	Auto de vistoria - Travessa do Cerradinho, nº 7, r/c	Maria Júlia Faustino Gonçalves Lopes e outra	Vila Franca de Xira	Aprovação
8	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 50 do loteamento Casalinho	Eduardo da Silva	Vialonga	Aprovação
9	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 67 do loteamento Casalinho	António Lopes Mendes	Vialonga	Aprovação
10	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 94 do loteamento Quinta do Serpa	Luís Fernando Carreira Pereira Miguel	Vialonga	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, em Trancoso, Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/02

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
11	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 3 do loteamento Casal de Santo António	Alda Mabilda Carvalho Pereira	Vila Franca de Xira	Aprovação
12	Estudo de loteamento da AUGI Quinta da Ponte - Abertura de consulta pública		S. João dos Montes	Aprovação
13	Estudo de loteamento da AUGI Quinta da Bela Vista - Abertura de consulta pública		S. João dos Montes	Aprovação
~~14~~	~~Análise do ponto de situação em que se encontram os processos de reconversão e regularização em curso, relativos às AUGI do concelho de Vila Franca de Xira~~			~~Aprovação~~
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
~~15~~	~~Assistência técnica à obra de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e execução de pontão rodoviário - Parecer prévio vinculativo~~		~~Castanheira do Ribatejo~~	~~Aprovação~~
~~16~~	~~Prestação de serviços para reavaliação do sistema existente e realização de campanhas de leitura e observação ao sistema inclinométrico instalado na encosta do Monte Gordo - Parecer prévio vinculativo~~		~~Vila Franca de Xira~~	~~Aprovação~~
17	Adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural - Auto de vistoria para receção provisória	Consórcio Constrope-Congevia, Engenharia e Construção, SA/ Gigabeira - Instalações Especiais, Lda	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
18	Execução da EB 1/Jardim de Infância da Póvoa de Santa Iria Norte - Não receção definitiva, correção de deficiências e acionamento de garantias	Interobra - Soc. Obras Públicas, SA	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
19	Execução do parque urbano da Quinta da Flamenga - Fase 4A - Lista de erros		Vialonga	Aprovação
20	Execução do parque urbano da Quinta da Flamenga - Fase 4A - Reclamação de erros e omissões em fase de formação do contrato		Vialonga	Ratificação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, em Trancoso, Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/02

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
21	Relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no uso da delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente			Conhecimento
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
22	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
23	Legislação síntese			Conhecimento
24	Pagamentos autorizados			Conhecimento
25	Balancetes			Conhecimento
26	Autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo - Listagem de compromissos			Conhecimento
	. Outros assuntos			
~~27~~	~~Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença~~	~~Luís Filipe Moreira Freire~~		~~Aprovação~~
28	Fornecimento em contínuo de gás natural às piscinas municipais do concelho - Minuta do contrato	Gold Energy - Comercializadora de Energia, SA		Aprovação
29	Aquisição de mobiliário para a nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira - Recurso hierárquico - Negação do provimento	MLM - Mobiliário, Lda		Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, em Trancoso, Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/02

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
30	Contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos municipais do concelho - Caducidade de adjudicação			Conhecimento
31	~~Contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos municipais do concelho - Parecer prévio vinculativo~~			~~Aprovação~~
32	Pagamento de indemnização - Sinistro - Transferência financeira	Ana Isabel Dinis Martins Fernandes		Aprovação
33	Exercício de direito de preferência sobre a fração sita na praceta Fernando Namora, nº 1, 2º esqº (antiga rua B, impasse 1, lote 21, 2º esqº), Bairro da Chepsi	CHEPSI, CRL	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
34	Exercício de direito de preferência - Urbanização da Chepsi, lote A2, rua Antero de Quental, nº 3, 2C	Pedro Miguel Almeida Coelho	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
	EDUCAÇÃO E CULTURA			
35	Encerramento das bibliotecas municipais no sábado de Páscoa			Aprovação
36	Encerramento da galeria municipal de exposições do palácio da Quinta da Piedade no sábado de Páscoa			Aprovação
37	Encerramento dos espaços adstritos ao museu municipal no sábado de Páscoa			Aprovação
38	Expomotor - Horário de funcionamento			Aprovação
39	Exposição biobibliográfica "Augusto dos Santos Abranches: Escritor e Agitador Cultural da Lusofonia" - Preço de venda ao público do catálogo a editar			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, em Trancoso, Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, pelas 9,30 horas, do dia 2014/04/02

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
40	Proposta de tomada de posição - Mandato 2013-2017 - Pela denúncia do acordo de cooperação da EPAL com a Mekorot			Aprovação
~~41~~	~~Protocolo de cedência de material gímnico~~	~~Sociedade Euterpe Alhandrense~~		~~Aprovação~~
42	Programa de férias desportivas 2014			Aprovação
43	Prémio de Teatro "Mário Rui Gonçalves" - Constituição do júri			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
44	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/04/02

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas 9h30, no Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso, em Trancoso, freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:----------

. Nuno Miguel Marques Libório; ----------

. Fernando Paulo Ferreira; ----------

. Ana Lídia Alves Cardoso; ----------

. João Manuel Correia Pires de Carvalho;----------

. Marina Estevão Tiago;----------

. Aurélio dos Santos Marques; ----------

. António José Sequeira Félix; ----------

. Ernesto Simões Ferreira; ----------

. José António da Silva de Oliveira;----------

. Rui Ribeiro Rei. ----------

Esteve ausente o Sr. Vereador Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituído pelo Sr. Ernesto Simões Ferreira.----------

---

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-------

---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ----------

Interveio o Sr. Presidente, dando início à reunião de câmara, cumprimentando todos os presentes, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente da junta, agradecendo à câmara municipal por descentralizar as suas reuniões e vir às freguesias, sendo muito bem recebida na freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, mais propriamente no lugar de Trancoso.----------

Agradece à direção do Clube Recreativo e Desportivo de Trancoso por ceder as suas instalações para realizar esta reunião, e deseja a todos um excelente e bom trabalho no sentido de se conseguirem entender, criando consensos, que é o que mais importa. ----------

Aproveita para levantar duas questões. Quanto à primeira, de há 6 meses a esta parte, e este inverno tem sido bastante rigoroso, não tem dormido descansado, porque cada vez que chove demasiado neste lugar há tendência em perder as estradas ou as acessibilidades às casas e localidades. ----------

Este é um dos problemas maiores que se sente nesta freguesia, que em parte é rural e em parte urbana, sendo que a parte rural tem este problema, que diz respeito a todos, e que se deverá tentar resolver da melhor forma possível, e a melhor forma é começar a pôr betuminoso.----------

Agradece ainda ao Sr. Vereador António Oliveira, administrador dos SMAS, pela obra que se está a fazer, que está numa fase de conclusão, a tardoz e na zona lateral deste clube, pois têm-se entendido muito bem, em que também havia o problema que se prende com as chuvas e águas, nomeadamente a falta de betuminoso. ----------

Por último, reporta-se à parte mais urbana desta freguesia, à Quinta da Cruz de Pau, que é uma área por excelência, um condomínio ou bairro construído para uma classe média/alta, que hoje também se está a perder, mas que tem algumas condições de habitabilidade completamente diferentes dos outros bairros, nomeadamente o que está lá geminado, da Chabital. ----------

Sabe que aquela obra ainda não foi entregue à câmara municipal, mas a verdade é que se calhar tem de se ver qualquer coisa que se prenda com as garantias bancárias. O que sabe é que as estradas não estão concluídas, não levaram a segunda pavimentação, as caixas dos saneamentos estão mais altas, os sumidouros estão mais altos, e há imensas reclamações, de pneus rebentados e para-choques de automóveis que vão contra os lancis dos passeios, que por essa razão são mais altos. ----------

Sabe que a câmara municipal também tem recebido reclamações nesse sentido, porque as reclamações vão para a câmara municipal com conhecimento da junta de freguesia, e dever-se-ia olhar para ali, quando for necessário e possível.----------

Não obstante não estar entregue, as pessoas queixavam-se, porque havia ali dificuldades do ponto de vista da higiene urbana, da limpeza, e apesar do espaço não fazer parte do protocolo de delegação de competências ou interadministrativo, a junta tomou a iniciativa de pôr lá uma pessoa fixa todos os dias a fazer a limpeza daquele espaço.----------

A junta está a assumir mais esta responsabilidade, situação que sabe que a bom tempo será resolvida, e será vista por parte da câmara municipal esta despesa acrescida que a junta está ali a colocar. No fundo, tal como a câmara municipal, a junta quer é dar uma resposta às pessoas, e tentar resolver o problema de uma vez por todas.----------

Terminou, desejando a continuação de um bom trabalho para todos.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que as freguesias mais rurais têm um problema acrescido, com os caminhos. ----------

Compreende o que diz o Sr. Presidente da junta, mas tem que se ter algum equilíbrio na análise, porque se se vai impermeabilizar todos esses caminhos se calhar retiram-se as características rurais que estes lugares têm. De qualquer modo, é uma matéria que numa ou outra situação se poderá vir a resolver.----------

Quanto aos trabalhos dos SMAS, vêm na sequência de uma reunião havida há uns meses atrás.----------

Relativamente à Quinta da Cruz de Pau, é uma situação que se tem vindo a tratar, já se conseguiu resolver uma parte, e vai-se tentar concluir o que falta.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, cumprimentando todos os presentes,

nomeadamente os representantes autárquicos da nova freguesia, união das freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, bem como a população e a comunicação social, aproveitando a oportunidade para, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da junta, dizer que aquilo que trouxe hoje é uma preocupação legítima, enquanto autarca da freguesia, e deve estar bem presente no contexto do processo de delegação de competências para as autarquias locais, que será seguramente aprovado na assembleia municipal, quando for essa oportunidade. ----------

De facto, há processos que precisam de ser devidamente acompanhados, monitorizados e, acima de tudo, a câmara municipal deve ter uma atitude aberta, colaborativa e construtiva, no sentido de apoiar as juntas de freguesia, no que às responsabilidades descentralizadas diz permanentemente respeito. ----------

Como é óbvio, nem tudo se resume a dinheiro, mas há competências que precisam de ser verificadas, analisadas, monitorizadas e, acima de tudo, haver aquela perspetiva de construção solidária da delegação de competências, o que significa que o documento antes aprovado na câmara municipal pode e deve ser modificado, a bem do reforço dos meios efetivos a favor dessa mesma delegação de competências. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, cumprimentando os presentes, em especial o Sr. Presidente da junta e a sua secretária, da união das freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, sendo que o Sr. Presidente, vê muito bem os problemas da sua freguesia, ao contrário de outros, que nunca os tiraram, e que nunca viram os problemas que ela tem. Desta forma, está muito bem no cargo que desempenha.----------

O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, cumprimentando os presentes, em especial o Sr. Presidente da junta, referindo que o mesmo soube exprimir as suas opiniões, agradecendo ainda pelo mesmo receber a todos na sua freguesia.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo-se à preocupação manifestada pelo Sr. Vereador Nuno Libório, da monitorização das competências descentralizadas nas juntas, dizendo ser uma visão solidária, que naturalmente se tem e vai continuar a ter.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

MOÇÃO – CONTRA A DESCLASSIFICAÇÃO DO TRIBUNAL DE VILA FRANCA DE XIRA ---

Interveio o Sr. Presidente, referindo que agendará para a próxima reunião de câmara, para não se estar a gastar muito tempo, uma moção do PS, que vai agora distribuir aos Srs. Vereadores, para conhecimento e leitura, relativa ao mapa judiciário e à eventual desclassificação do Tribunal de Vila Franca de Xira, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

Referiu ainda que a distribuição desta moção permitirá, se os Srs. Vereadores quiserem, incluir alguns contributos.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

38º ANIVERSÁRIO DA APROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA PELA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE ----------

Interveio o Sr. Presidente, lendo e distribuindo uma declaração do Partido Socialista sobre o 38º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa pela Assembleia Constituinte, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, referindo que nos momentos que se atravessam faz todo o sentido assinalar este momento. ----------

Parece-lhe oportuna esta declaração, apesar de a constituição ter 38 anos. Naturalmente, num ou outro aspeto terá que ser revista, para se conciliarem os tempos de hoje, mas é um instrumento essencial e fundamental para vida dos portugueses, no seu dia a dia. ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Presidente não o levará a mal, mas como é óbvio, até por uma questão regimental, os membros da CDU não vão comentar politicamente a declaração do Partido Socialista sobre esta questão da Constituição da República Portuguesa, porque se assim fosse muito haveria para dizer.----------

Percebem o contexto em que se faz esta declaração, e são pioneiros também na construção deste importante documento constitucional, mas, por uma questão regimental, reservam-se no direito de não fazerem comentários, apesar de ser obviamente conhecida a posição da CDU sobre a importância desse documento para o país e para o povo português. ----------

---

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal

38º Aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa pela Assembleia Constituinte

Bom dia,

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Autarcas da União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz,

Senhoras e Senhores Dirigentes Municipais,

Senhoras e Senhores Jornalistas,

Caras e Caros Munícipes,

Assinalamos hoje o 38º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa em vigor, pela Assembleia Constituinte, reunida em sessão a 2 de abril de 1976, a qual entrou em vigor a 25 de abril de 1976.

A Constituição atual é fruto da Revolução dos Cravos que, a 25 de abril de 1974, derrubou a ditadura autoritária, corporativa e colonialista de salazar-caetano que durante 48 anos oprimiu o povo português e suprimiu as liberdades públicas, cívicas, políticas e sindicais.

Com o 25 de abril de 1974 os portugueses reconquistaram a liberdade e a democracia, em decorrência de um movimento militar em boa hora levado a cabo por um conjunto de jovens capitães das forças armadas portuguesas, cujo papel cívico, na nossa História política contemporânea, não podemos deixar de realçar, pela sua importância, pela sua coragem, pelo seu patriotismo e pela mudança do rumo do país que lograram protagonizar.

A Constituição vigente deu cumprimento aos três objetivos fundamentais que presidiram ao Movimento dos Capitães e que nortearam o 25 de abril, os quais constituem e sintetizam a essência e as razões da atuação do

Movimento das Forças Armadas, plasmados no respetivo manifesto e programa: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver.

Não obstante o período de forte instabilidade e turbulência política, civil e social que então se vivia, caracterizado pelo processo revolucionário em curso, com as liberdades públicas e políticas e os direitos fundamentais novamente ameaçados, realizaram-se eleições livres, democráticas e justas a 25 de abril de 1975, um ano depois da Revolução, as quais permitiram eleger a Assembleia Constituinte que preparou, elaborou e aprovou a nossa Constituição atual, decorrente do sufrágio expresso, igual e universal dos portugueses.

Cumpre sublinhar, pela sua importância para o nosso destino coletivo como povo, como nação e como Estado, os princípios essenciais inscritos na nossa Constituição e que a conformam, enquanto Constituição pós-revolucionária, compromissória e politicamente empenhada: o princípio da dignidade da pessoa humana; o princípio Republicano; o princípio Democrático; o princípio do Estado de Direito; o princípio do Estado Unitário Regional descentralizado; o princípio do Estado Social; o princípio da Economia Social de Mercado; e o princípio da cooperação internacional e da identidade europeia de Portugal.

A Constituição de 1976, profundamente progressista, consagrou o reconhecimento, a existência e a garantia de um vasto e diversificado catálogo de direitos fundamentais, abrangendo quer os direitos, liberdades e garantias quer os direitos económicos, sociais e culturais, permitindo assim a restituição aos portugueses de direitos básicos e essenciais que haviam sido suprimidos ou fortemente restringidos pelo regime da Constituição de 33: a liberdade de expressão; o direito de livre associação; o direito de reunião; o

direito de manifestação; e os direitos dos trabalhadores, em especial a liberdade sindical e o direito à greve.

A Constituição de 1976 consagrou a autonomia das regiões autónomas insulares e das autarquias locais.

A Constituição de 1976 propiciou o regresso de Portugal ao concerto das nações europeias, permitindo a nossa adesão ao Conselho da Europa e à Convenção Europeia dos Direitos Humanos bem como ao respetivo Tribunal Europeu e bem assim às Comunidades Europeias e à União Europeia.

Inobstante as várias e sucessivas revisões de que tem sido destinatária, a nossa Constituição mantém os seus traços essenciais originários e conserva as características fundamentais que a Assembleia Constituinte lhe conferiu em 1975: Uma Constituição ao serviço da paz, da cooperação, da democracia, da liberdade, dos direitos fundamentais, do desenvolvimento social, cultural e económico, da igualdade de oportunidades e da justiça social, conciliando o mercado e a iniciativa privada com a intervenção do Estado em áreas fundamentais da nossa vida coletiva, nomeadamente na escola pública, no serviço nacional de saúde e na segurança social pública.

No contexto da celebração do 40ª Aniversário da Revolução dos Cravos e da Liberdade, importa, à luz da nossa Constituição, reavivar, reatualizar e defender os valores de Abril: a paz; a fraternidade; a solidariedade; a justiça; e a esperança no futuro.

Para que todos possamos construir, com confiança no futuro, um Portugal melhor, mais humano e mais próspero, em que ninguém fique para trás.

Vila Franca de Xira, 2 de abril de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Mesquita -

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, fazendo uma referência, que crê pode fazer em nome de todos, da câmara municipal, ou seja, a Rota Histórica das Linhas de Torres foi um dos premiados com o prémio Europa Nostra, que é dado pela União Europeia e pela Rede Europa Nostra, no que se refere à preservação e defesa do património cultural europeu, sendo aliás o único projeto português que integra a categoria da conservação.----------

Como se sabe, Vila Franca de Xira faz parte integrante da rede que promoveu a reabilitação e recuperação desta infraestrutura militar, juntamente com os municípios de Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.----------

As Linhas de Torres, como todos sabem, têm uma distância total de cerca de 100km, e foram construídas durante a guerra peninsular, com fortes, fortins, redutos e estradas militares, tendo esta obra sido concluída em tempo "record", sobretudo num grande sigilo, numa articulação entre as tropas portuguesas e as tropas inglesas.----------

Os municípios que constituem a Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres – PILT, estão neste momento a formalizar a criação de uma associação fornal, uma associação intermunicipal que há de incluir também outros parceiros, sendo uma associação aberta a outros parceiros, e tem-se vindo a defender e a estruturar uma classificação como património nacional de toda a linha, uma vez que se considera que é a melhor forma de tentar preservar a infraestrutura no seu total. ----------

Está agora a decorrer, até 20 de abril, a votação "on-line", para atribuição do grande prémio do público, e vai depender do número de votos que este projeto conseguir ter. De qualquer forma, caso os presentes possam e queiram votar nesta proposta, podem fazê-lo através do "link" "vote.europanostra.org", sugerindo que todos deem o seu contributo.----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, para comentar a situação dos fortes das Linhas de Torres. Considera que é saudável e bom saber que se tem no concelho património que é valorizado, mas infelizmente é mais valorizado pelos outros do que pelas pessoas do próprio concelho. ----------

Andou-se o mandato anterior numa grande novela sobre os fortes, com encenações, paradas cheias de generais e militares, em que o cheiro de naftalina era demais no Forte da Casa, portanto andou-se numa grande festa, num grande festim, mas depois de espremer é zero, porque há um concelho com muitas capacidades que não estão desenvolvidas a nível do turismo, não se consegue aproveitar a proximidade com a capital do país, e reduz-se o turismo ao Colete Encarnado, à Feira de Outubro e depois vai-se, no mês de março, à BTL, dar conta daquilo que é a riqueza do concelho e o que pode ser o seu potencial turístico.-------
Vai-se olhar para os fortes, e pode-se olhar mesmo na zona de Trancoso e Calhandriz, em que alguns estão a desaparecer, fruto do trabalho que é feito nas pedreiras, que destroem os fortes e os fortins.----------
O Forte da Aguieira, por exemplo, quase não se vê, porque é só erva, e não há uma única placa de sinalização no concelho de Vila Franca de Xira dando conta da localização dos seus fortes e fortins, a não ser uma placa no Forte da Casa, que indica o Forte 38, mais nada.----------
Não consegue perceber, se quiser fazer um trajeto ou roteiro dos fortes do concelho, como é que faz, onde é que começa, quais são os pontos que deve ou não visitar, e a sugestão que deixa ao Sr. Vice-Presidente, que até era uma boa altura, num momento em que há votação relativamente aos fortes, é que a câmara municipal possa desenvolver alguns projetos idênticos, por exemplo, ao que o Sobral, Arruda e Torres Vedras têm vindo a desenvolver. ----------
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que não poderia deixar de fazer alguma referência, e já o fez particularmente, ao prémio Europa Nostra, ganho pela PILT e pelas Linhas de Torres, pela rota das Linhas de Torres, e corroborando um pouco as palavras da Srª Vereadora, porque provavelmente Vila Franca de Xira será o município que maior número de fortins e abatimentos tem em toda a rota histórica. ----------
Como tal, e bem sabe que lhe vão dizer, como é hábito, que choveu muito, alguns já estão perfeitamente impossíveis de se poderem visitar, e alguns até dos que já foram arranjados.----------
Fala do Forte da Aguieira, e julga que do Forte 101, que fica logo a seguir ao monumento de Hércules, que estão cheios de mato. Sabe que esta é uma altura

chuvosa, que este inverno e primavera não têm dado tréguas de água, e que o crescimento do arvoredo é muito grande, mas a verdade é que a rota não se compadece muito com isso. Para se poderem propor e fazer visitas e passeios pedonais que estão previstos na rota, alguns estão perfeitamente intransitáveis. ----

Em relação aos de Trancoso, e não só esses, mas todos os que têm a ver com as várias pedreiras, dever-se-ia ver, se possível, da parte do Sr. Vereador responsável, o estado em que estão, bem como o quão próximo estão das pedreiras, porque alguns, nesta união de freguesias, são os mais afetados pelas pedreiras, estando praticamente em risco de poderem desaparecer. ----------

Relembra, até porque se esteve há pouco tempo na Sociedade Central de Cervejas, que é bom continuar a fazer aquilo que na altura o próprio tentou, que era sensibilizar esta empresa para um dos fortes que estava nos seus terrenos, e que continua completamente desmontado, apesar de se terem as fotografias de como era. Assim, seria de tentar fazer isso mais uma vez, e não se importa de ir com o executivo conversar com a Sociedade Central de Cervejas, pois há que preservar aquilo que se tem, que são 30 fortificações.----------

As fortificações são mais de 150, portanto, ao dividir por 6, é normal que Arruda tenha algum melhor desempenho, até porque tem 3 fortes. Um deles não pertence ao município, os outros dois pertencem "semi" ao município, já que pertencem também ao exército. ----------

Fazendo uma referência às encenações, considera que isso faz parte de chamar a atenção às pessoas, e bem sabe que a palavra espetáculo às vezes é um pouco difícil de aceitar. ----------

Lembra-se que durante muitos anos, debaixo da vigência de um executivo que era da APU – Aliança Povo Unido, a Câmara Municipal de Évora era a maior câmara do país a fazer festejos, cortejos e festas medievais, e que era uma constante encenação, o que nunca recriminou, antes pelo contrário, pois considera que essa é uma forma de atrair as pessoas. Se tiver a colaboração dos jovens, como foi o caso das feiras medievais de Vila Franca de Xira, ainda melhor. ----------

A questão tem a ver com as fardas, não com a gente, e as fardas não são antigas, mas também faz parte a questão da visibilidade, e provavelmente tem-se feito muito pouco. ----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o executivo não é muito adepto de festins, mas é adepto de iniciativas que atraiam pessoas, como aliás o Sr. Vereador João de Carvalho referiu, e com o qual está de acordo, pois há matérias que exigem iniciativas que possam atrair pessoas. ----------

Solicitou ainda ao Sr. Vice-Presidente que na próxima reunião de câmara possa falar sobre o assunto, e se calhar até fazer algum documento que possa distribuir aos Srs. Vereadores, sobre o trabalho feito ao longo dos anos, verificando-se qual é a realidade do concelho e a de outros. ----------

Interveio de novo a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando que quando fala em festins, não fala nas recriações históricas, porque essas sim têm valor, e até acabam por incorporar a comunidade educativa, fala do festim do exército, que foi o que aconteceu no Forte da Casa, em que parecia que ia haver ali uma grande revolução, e vinham todos em autocarros. Aí pagaram todos do erário público, a saída dos carros, os assessores de imprensa e o festim, que não tem outro sentido.

Depois, houve agora há pouco tempo um abate de árvores junto ao forte de Alhandra, e era bom que a câmara municipal também fizesse qualquer coisa, porque pode estar em causa a própria durabilidade e viabilidade daquele forte.------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dando conta que essa atividade em concreto, bem como outras, visavam assinalar um momento suficientemente importante sob o ponto de vista histórico para ser assinalado, nomeadamente os 200 anos das guerras napoleónicas, e a presença de generais naquele grupo de pessoas era mínima, comparada com os imensos soldados que lá estavam. ----------

Quanto à parte importante sobre o investimento nos fortes e a estratégia cultural, na próxima reunião de câmara apresentará um documento ou falará sobre isso.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, não resistindo a fazer um comentário de 5 segundos: "Então, ainda há bocado estavam tão ofendidos, por uma regra da democracia, que é a de toda a gente ter o direito a opinar, desde que não ofenda, sobre a atividade de cada um, e agora armam-se no direito de opinar sobre a atividade do exército, de dizer que os Srs. Generais vieram com as fardas daquela forma, e da democracia?" ----------

Considera que o povo que está sentado nesta reunião também poderá perguntar se é para estas discussões de "lana-caprina" que está a pagar a democracia.---------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que já passaram os 5 segundos, o Sr. Vereador já desabafou, e os Srs. Generais certamente que reconhecem essa visão das coisas. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que o valor das intervenções não se mede pelo tempo utilizado, mas sim pelo seu conteúdo. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PROLONGAMENTO DO PASSEIO RIBEIRINHO ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se a uma questão sobre a freguesia em que decorre a reunião, neste caso união de freguesias, sendo ainda bastante difícil aceitar a liquidação das freguesias, e a terminologia nem sempre sai correta ou de acordo com aquilo que o Governo quis impor.----------

Fala, particularmente, da questão do passeio ribeirinho, dizendo que os membros da CDU têm o entendimento que hoje é, sem margem para dúvidas, uma das melhores infraestruturas de usufruto público para as populações do concelho e de todos aqueles que o visitam. Foi e é uma boa opção de investimento público, e deve merecer por parte das autarquias locais todo o carinho, atenção e aquele que for o compromisso para prolongar e continuar esse mesmo investimento. ----------

Por isso mesmo, gostariam de perguntar se da parte da câmara municipal já existe alguma perspetiva mais concreta do que aquela que antes apresentou, relativamente ao prolongamento do investimento, no sentido de dar continuidade à requalificação desse passeio em direção à ribeira de Santo António. ----------

É uma zona que está ainda em estado degradado, tem imensas potencialidades do ponto de vista da utilização coletiva, e seguramente a câmara municipal poderia e deveria fazer muito mais do que aquilo que está a desenvolver no sentido de apelar e exigir a sua reabilitação. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

DESASSOREAMENTO DO RIO TEJO ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntando à câmara municipal se, no âmbito das competências jurisdicionais da administração portuária, do Porto de Lisboa, e da Agência Portuguesa do Ambiente, no que ao ordenamento do estuário do rio Tejo diz respeito, já existe algum desenvolvimento para o desassoreamento do rio, particularmente na zona de Alhandra e no troço mais complicado, que é o que se situa entre o cais da Padeirinha e o Cais 14. ----------

Na altura os membros da CDU chamaram a devida atenção de que o avanço sobre a linha de água proporcionaria condições efetivas para o aumento do assoreamento, e infelizmente a realidade veio dar-lhes razão, e hoje essa zona é bastante assoreada, insalubre e degradada do ponto de vista daquela que poderia ser uma magnífica paisagem ribeirinha, a oferecer a todos aqueles que usufruem deste equipamento.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que esta é uma matéria que se está a tratar, e já pediu para se avançar com o estudo através do Instituto Hidrológico, porque hoje em dia não se pode fazer desassoreamento sem este tipo de estudo.---

Por isso vai-se avançar com os estudos, e depois, posteriormente, com as respetivas obras, não só em Alhandra, como também em Vila Franca de Xira.---------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

COMUNIDADE AVIEIRA - ALHANDRA ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU voltaram a falar com a comunidade de pescadores, os avieiros de Alhandra, e deve dizer que têm uma profunda preocupação, no sentido de que se deverão continuar a criar condições para que os pescadores de Alhandra, bem como todas as comunidades piscatórias do concelho, tenham efetivas condições de trabalho.----------

Pensa que a câmara municipal deveria olhar para esta comunidade com outra atenção, sendo que os pescadores de Alhandra precisam de mais condições de trabalho. É certo que há competências que fazem parte da capitania do Porto de Lisboa, outras que são divididas com a administração do Porto de Lisboa, mas se a câmara municipal não fizer, não vai errar e não vai pugnar por esse investimento.--

Assim, pedem que olhe para esta comunidade com "olhos de ver", atenda às suas especificidades e lhes dê condições de trabalho, particularmente para que a zona onde tem os seus aparelhos de pesca possa ser segura, e uma zona de interesse, até do ponto de vista da demonstração do que é uma arte artesanal e, acima de tudo, devidamente salvaguardada do ponto de vista da requalificação da câmara municipal.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que está de acordo que a comunidade avieira tenha de ter condições de trabalho, mas tem que ser respeitadora também, pois há direitos e deveres.----------

Aquilo que lá está hoje em dia não é nada, o que pensa que se compreenderá, e por isso estas matérias têm de ser vistas com as regras e exigências que têm de ter, pois o que lá está hoje é uma situação que não se pode manter. ----------

Contudo, a câmara municipal está disponível para encontrar outro tipo de soluções.

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
QUESTÕES RELACIONADAS COM A URBANIZAÇÃO DA CHABITAL - ALHANDRA --------
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo-se a um dos problemas que já há algum tempo os membros da CDU têm vindo a alertar, concretamente um prédio que está em construção na urbanização da Chabital, na rua das Urzes, em que há muito que as obras estão suspensas, e desconhecem o motivo que leva a essa suspensão.----------
O que sabem é que existe uma grua no local, essa grua tem os problemas que todos sabem que pode trazer, porque as normas de segurança entendem que a situação deveria ser temporária, o que não acontece.----------
Para além da grua usaram-se uns tapumes para isolar a área, que vão ocupar a via pública, e as pessoas que querem passar nesta zona têm obrigatoriamente que o fazer no meio da estrada. Assim, querem saber qual é o ponto de situação para a conclusão desta obra, e quais as medidas que a câmara municipal pensa tomar para repor a questão da segurança das populações que vivem na zona.----------
Ainda nesta área da Chabital, junto às habitações dos números 45 e 46, na rua Dr. Armando Nunes Diogo, existem uns pinheiros que são muito altos, e os moradores queixam-se, não só pelo entupimento dos algerozes, mas pela polonização daquelas árvores.----------
Desta forma, gostariam de saber se a câmara municipal pode fazer alguma coisa no sentido de pelo menos diminuir a altura dos pinheiros, e assim também o impacto que estas árvores fazem na vida das pessoas. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo, quanto ao prédio, que aquilo que provavelmente vai acontecer é que vai-se ter de tomar posse administrativa, para se poderem resolver os problemas que ali estão.----------
Contudo, não se quer ainda adiantar sobre uma decisão final.----------
Relativamente aos algerozes, é uma situação que se vai analisar. ----------
---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA CRUZ DE PAU - ALHANDRA ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, transmitindo as suas saudações fraternas, referindo que numa visita que os membros da CDU fizeram à urbanização da Quinta da Cruz de Pau detetaram a degradação das infraestruturas da urbanização, habitada por largas dezenas de famílias.----------

Constataram a deterioração do piso dos arruamentos, bem como a destruição de muitas grelhas de drenagem pluviais, e o escorregamento de terras para a via pública em áreas não consolidadas ou construídas, com os consequentes perigos para as pessoas e bens. ----------

Estes problemas e outros já foram tratados pela junta de freguesia, que solicitou a resolução destas situações, e estão mais uma vez a alertar o Sr. Presidente e o seu executivo, para o estado desta urbanização. Assim sendo, gostariam dos seguintes três esclarecimentos:----------

Por que razão a câmara municipal não atuou em conformidade, uma vez que detém esta informação há tempo suficiente? São competências e responsabilidades do urbanizador, disso não têm dúvidas, mas o que tem feito a câmara municipal no sentido de exigir a reparação das anomalias? Como pensa a câmara municipal intervir caso se mantenha o incumprimento, e poderá acionar as garantias bancárias disponíveis para o efeito? ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que esta é uma matéria que se tem vindo a resolver. Uma parte está resolvida, e para a outra têm que se encontrar soluções.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ABRIGOS PARA AS PARAGENS DE AUTOCARRO DO SERVIÇO VILA FRANCA DE XIRA/HOSPITAL ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que os membros da CDU têm sido interpelados por munícipes de todo o concelho, relativamente às paragens dos autocarros que fazem o serviço Vila Franca de Xira/hospital, no sentido da possibilidade da construção de abrigos. ----------

É evidente que se está na primavera, possivelmente virá o bom tempo, mas gostariam de sensibilizar a câmara municipal no sentido de tratar ou tentar influenciar para que se faça alguma construção destes abrigos para os utentes, ainda por cima muitos doentes, que utilizam o hospital e não podem estar à mercê da intempérie. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que já solicitou a aquisição dos abrigos, e espera que pelo menos agora seja por causa do sol, e irão dar alguma sombra, porque espera que a chuva vá passar entretanto.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
MARCAÇÃO DE REUNIÃO COM COMERCIANTES DAS RUAS SERPA PINTO, CÂNDIDO DOS REIS E COMBATENTES DA GRANDE GUERRA – VILA FRANCA DE XIRA----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que os vereadores da CDU, e pensa que também os outros vereadores e o Sr. Presidente, receberam uma comunicação há cerca de 15 ou 20 dias, dos comerciantes das ruas Serpa Pinto, Almirante Cândido dos Reis e Av. dos Combatentes da Grande Guerra, em Vila Franca de Xira, solicitando à câmara municipal e à junta de freguesia uma reunião conjunta para apresentarem vários problemas sobre a dinamização daquela zona de comércio, e ao mesmo tempo também solicitavam a presença dos vereadores e de alguns membros da assembleia municipal.----------

A sua pergunta vai no sentido, e é evidente que o Sr. Presidente recebeu esse pedido, de saberem, até por motivos de agenda, para quando pensa marcar a reunião ou se vai marcar mesmo a reunião.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que tem essa comunicação dos comerciantes, mas não a entendeu. Não entendeu a comunicação que lhe chegou, não percebe o seu alcance, mas entendeu a intervenção do Sr. Vereador. É dirigida a grupos políticos, nem lhe parece que sejam propriamente vereadores, e considera que a primeira questão é falar com a ACIS, perguntar o que sabe sobre isso, e então, depois de ter mais alguma documentação, perceber do que se trata.-

Interveio mais tarde o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que gostaria de esclarecer uma questão sobre esta reunião com os comerciantes, mas como já se ultrapassou o tempo, ou o Sr. Presidente o deixa dizer rapidamente, ou então, num dos pontos que tem para falar da ordem do dia, que são pacíficos, aproveita a boleia e dirá. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador falará então depois. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

VISITA À FREGUESIA DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS MONTES E CALHANDRIZ – SITUAÇÃO DAS VIAS ----------

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, cumprimentando todos os presentes, reportando-se à visita que os membros da CDU efetuaram à freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, nomeadamente a São João dos Montes.----------

Algumas questões já foram colocadas pelo Sr. Presidente da junta, e espera que de facto a primavera regresse, porque o inverno tem sido chuvoso, a primavera continua chuvosa, e de alguma forma tem trazido constantes abatimentos nas vias desta freguesia. ----------

Têm a noção de que a segurança rodoviária também é da responsabilidade do município, e da recente visita que fizeram à freguesia, concretamente ao local onde decorre a reunião, a antiga freguesia de São João dos Montes, detetaram grandes abatimentos em estradas e vias, como na EN 248-3. Apesar de esta ser uma competência da Estradas de Portugal, pensam que a câmara municipal conhece a situação, e todos se aperceberam disso ao se deslocarem para o local da reunião, sendo que para quem reside e tem de fazer este trajeto diário as dificuldades são muito maiores. ----------

Relativamente à estrada que faz a ligação entre Alhandra e A-dos-Loucos há dificuldades enormes na drenagem da água, e chama a atenção para esta situação. Há ainda algumas questões complicadas, como a reparação de bermas, mas os membros da CDU farão chegar depois documentação, com fotografias, que as vai ajudar a identificar, nomeadamente em A-dos-Loucos, na estrada de São João, onde, com a instabilidade, um muro de suporte abateu, estando a colocar em risco algumas habitações. ----------

Estas situações têm também a ver com o inverno, que foi prolongado, e com a primavera que continua a ser invernosa, o que tem criado e cria ao longo dos anos dificuldades. É evidente que algumas situações, como já falou, são da responsabilidade da câmara municipal, outras da Estradas de Portugal, mas chama à atenção para a sua verificação e acompanhamento constante, no sentido de se encontrar a melhor forma de resolver, acompanhar e reparar as vias, apesar de todas as dificuldades. Ao estar a fazer isso, a câmara municipal e respetivos

agentes estão a facilitar a vida às pessoas da freguesia e residentes em todas estas localidades.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que, de facto, os abatimentos nas estradas têm sido uma constante, devido à pluviosidade que tem caído.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO LEZÍRIA PARQUE HOTEL ----------

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, apresentando e lendo, em nome da Coligação Novo Rumo, um voto de congratulação relativo à classificação oficial de 4 estrelas do Lezíria Parque Hotel, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que irá colocar este voto de congratulação à consideração da câmara municipal.----------

Julga que não valerá a pena estar a discutir muito esta questão, uma vez que é óbvio, é um voto de congratulação pelos investimentos que o Lezíria Parque Hotel fez e que também contribuiu para que hoje seja um hotel de 4 estrelas. ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que antes de mais os membros da CDU gostariam de dizer que nada os move, antes pelo contrário, e saúdam esta situação, mas parece-lhes um pouco excessivo que tenham de fazer um voto desta natureza. ----------

Esta é uma questão de algum melindre, e pede a atenção do Sr. Presidente, sendo que o que não falta no concelho felizmente são iniciativas bem-sucedidas, e empreendedores que investiram, defendendo também interesses dos trabalhadores, e são iniciativas económicas que se deverão valorizar. ----------

Pensa que é uma situação de atitude corrente da câmara municipal, que deveria ser encaminhada diretamente pelo gabinete respetivo e pela presidência, e nem sequer acham que devem votar, embora estejam obviamente contentes e satisfeitos, pois quanto mais atividade e valor acrescentado se tiver na economia local, melhor, como é a situação descrita. ----------

Entendem que a câmara municipal não deve votar, porque constituiria em si um precedente irremediavelmente comprometido, pois o que não faltava agora era um conjunto de outras situações idênticas, e passar-se-ia, felizmente, algum bom tempo a dedicar a esta matéria, o que lhes parece não ser de todo oportuno.---------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que para além do Lezíria Parque Hotel já se tinha anteriormente um hotel de 4 estrelas, que era o Hotel da Boiça. ----------

Se os Srs. Vereadores da Coligação Novo Rumo acharem bem, pode-se fazer, através dos mesmos, na sequência da intervenção que fizeram, o envio de um

ofício com a congratulação pelo esforço, ou então a própria coligação fazê-lo, tanto a um hotel, como ao outro, pois julga que seria justo também incluir o Hotel da Boiça. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo mantêm a intenção da câmara municipal votar o voto de congratulação. Uma coisa é o que fez o Lezíria Parque Hotel, outra coisa é o investimento que foi feito na Boiça, e bem feito, que demorou tempo demais a obter todos os processos de licenciamento, e levou a alguns constrangimentos ao promotor. Está muito bem, não têm nada contra isso, muito pelo contrário, pois todos os investimentos no concelho são bem-vindos, mas não compreende por que é que a câmara municipal, naqueles investimentos que entende que são relevantes para o concelho, ou porque há uma instituição, uma empresa ou o que quer que seja que se destaca, não deva, de alguma forma, realçar esse aspeto. ----------

Depois, não é a Coligação Democrática Unitária que condiciona a atitude política da Coligação Novo Rumo, era o que faltava. Hoje as coisas não correram bem para os membros da CDU, porque vieram falar de coisa nenhuma, apresentaram um conjunto de coisas que é coisa nenhuma, e estão a tentar condicionar o trabalho político dos outros. Se não querem votar, não votam, mas os membros da Coligação Novo Rumo mantêm a posição que têm, face à questão de um investimento absolutamente essencial e um trabalho magnífico que o hotel fez. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que iria colocar o ponto à votação, mas há um problema, porque regimentalmente não é possível votar hoje o ponto, e por isso agenda-se para a próxima reunião.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que deverá ficar registado em ata que a partir de hoje a Coligação Novo Rumo não está disponível para votar mais nenhum documento submetido em reunião, que não seja submetido a uma reunião para votar na seguinte. Não abrem mais exceção, e a partir de hoje, sobre qualquer documento que venha a reunião, falarão do período regimental, e dirão que se agende para a próxima reunião.----------

Têm sido absolutamente abertos e cooperantes neste tipo de matérias, mas a partir de hoje vão seguir absolutamente à risca a regra.----------

Respondeu o Sr. Presidente que a legislação atual, e foi um lapso seu, não permite

que em sede de reunião se possam incluir matérias que não estejam inscritas na ordem do dia, o que não quer dizer que as questões não possam ser abordadas, e depois incluídas na próxima reunião de câmara, como pontos da ordem do dia. ------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que podem trazer, em reuniões seguintes, mas já houve pontos em que os membros da Coligação Novo Rumo, ou porque era oportuno, ou por outra razão, aceitaram discutir. ----------

Interveio novamente o Sr. Presidente, dizendo que neste mandato não, porque a lei não permite.----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que não tem mal nenhum, ninguém morre, nem há nenhum problema de votarem a seguir, o que fica é registado que não abrirão nenhuma exceção face a esta situação que aconteceu.----------

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso tomou a palavra, mencionando que vem hoje à reunião de câmara uma proposta também pedida para ser agendada pela CDU na reunião passada, e naturalmente não foi discutida nessa reunião, tal como vem hoje uma proposta da Coligação Novo Rumo, de há 15 dias atrás, que tem a ver com as comemorações do 40º aniversário do 25 de Abril, e que também não foi discutida na reunião anterior. ----------

Aquilo que os membros da CDU fizeram não foi proibir ninguém de votar o que quer que seja, tomarão é depois a decisão que entenderem, e tal como a CDU não manda na vida política da Coligação Novo Rumo, a Coligação Novo Rumo também não faz o contrário, nem sequer tolera ou aceita este tipo de comentários por parte da Coligação Novo Rumo.----------

O trabalho que os membros da CDU fazem a eles pertence, são eles que entendem se é bom ou mau, e não admitem que, nem a Coligação Novo Rumo, nem o Partido Socialista, nem ninguém, comente desta forma impetuosa, que foi aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei fez em relação ao trabalho da CDU.----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se à intervenção final da Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que o próprio até teria de dizer mais sobre a intervenção do Sr. Vereador Rui Rei em relação ao trabalho dos membros da CDU. -

O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, para acrescentar que efetivamente, com a mudança da legislação, neste mandato, e isso foi dito na altura em que se discutiu o regimento, este é um dos constrangimentos graves que são aplicados à

autarquia, porque não permite a inclusão de pontos nas reuniões deliberativas, na própria reunião, não estando previstos.----------

Por isso o PS, pelo Sr. Presidente, começou a reunião distribuindo uma moção sobre a questão da reforma territorial dos tribunais, que também teria interesse em discutir e eventualmente até votar hoje, porque a legislação respetiva saiu a semana passada, mas efetivamente a legislação não permite isso neste momento, e por isso é que o Sr. Presidente fez apenas a distribuição, nem sequer apresentou a proposta, no sentido de poder vir a ser agendada para a reunião seguinte.----------

É uma questão que não tem nada de político, nem sequer depende da unanimidade ou não das pessoas presentes neste órgão, é mesmo uma questão legal, que as câmaras municipais não podem ultrapassar, o que não quer dizer que a lei não merecesse ser alterada nesta parte, porque efetivamente às vezes surgem questões à última da hora, que até fazem sentido, e até seriam simples de resolver. ----------

Pretendeu apenas dar conta disto, que não tem nada a ver com a vontade propriamente de ninguém que está sentado à volta da mesa desta reunião.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, solicitando ao Sr. Presidente que peça aos serviços, pois nenhum dos eleitos é jurista, com a exceção do Sr. Vice-Presidente, para avaliarem a Lei nº 75/2013, e o artigo 50º, sobre o objeto das deliberações. Este artigo tem dois pontos, e o ponto 1 diz que só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão ou reunião. Dir-lhe-ão que era o que lhe estavam a dizer, mas tem que se ler o ponto 2, que diz "tratando-se de sessão ordinária, de órgão deliberativo, e no caso de urgência reconhecida por 2/3 dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia". ----------

Solicitou por fim o Sr. Presidente, ao Dr. Fernando Barreiros, para fazer um parecer para clarificar esta matéria.----------

---

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

PROPOSTA N.º 02/2014

Voto de Congratulação ao Lezíria Parque Hotel

O Lezíria Parque Hotel, por todos conhecido, celebra este ano o seu 22º aniversário. A par desta celebração, esta que é a maior unidade hoteleira do nosso Concelho recebeu recentemente a classificação oficial de 4 Estrelas por parte da entidade Turismo de Portugal, que regula esta actividade. Esta classificação é fruto de um investimento contínuo de modernização e acima de tudo da qualidade dos diversos serviços que presta, valorizando sempre os seus Recursos Humanos.

O Lezíria Parque Hotel tem sido ao longo dos anos um claro promotor da imagem do Concelho de Vila Franca de Xira e é certamente um exemplo da qualidade que Vila Franca de Xira pode oferecer a quem a visita, com um conjunto alargado de equipamentos e serviços mantendo a competitividade. Mais do que a oferta de uma simples estadia, assumiu-se como um local ideal para todo o tipo de eventos, oferecendo óptimas condições para reuniões, congressos, seminários, workshops, banquetes e festas temáticas.

Por considerar que o percurso do Lezíria Parque Hotel permite elevar o nome de Vila Franca de Xira, os Vereadores da Coligação Novo Rumo têm a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira delibere aprovar um voto de congratulação pela classificação recebida, na pessoa do Dr. Jorge Amorim, Director-Geral do Lezíria Parque Hotel.

Vila Franca de Xira, 02 de Abril de 2014

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

João de Carvalho **Rui Rei**

Rua Dr. Manuel de Arriaga, 24 - 2600-186 Vila Franca de Xira | Tel: 263285603 | Tlm: 965163788 | Fax: 263274027 | gav.cnr @ cm-vfxira.pt

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

RELOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS ----------

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, apresentando e lendo um requerimento dos membros da Coligação Novo Rumo sobre a relocalização de serviços municipais, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, dizendo que têm saído notícias todos os dias nos jornais, e seria bom que tivessem uma noção perfeita do que vai acontecer de seguida.----------

Interveio o Sr. Presidente, mencionado que se vai fazer um trabalho falando sobre os 4 pontos deste requerimento, e recorda que se trata de uma matéria que já foi falada mais do que uma vez, até numa reunião restrita, em que se falou sobre tudo e as várias opções, bem como as tendências que na altura foram vistas, o que consta em ata.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

MUDANÇA DE LOCAL DA FEIRA MEDIEVAL ----------

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que tem algum receio relativamente à feira medieval, que vai ser deslocada de um sítio, do Cevadeiro, para ao pé da rua Direita, onde pensa que não tem visibilidade pública. Esta é a sua opinião, e uma coisa que sai da estrada nacional e vai para um sítio recôndito irá desaparecer ao fim de 2 anos.----------

Por muito que se tivesse feito para chamar a atenção às pessoas de uma coisa nova, diferente, que não sejam só as touradas ou a tauromaquia, vai desaparecer, porque vai ser metida para um cantinho, e vai deixar de ter visão. ----------

Isso chama-se espetáculo, encenação ou o que se quiser, mas faz parte daquilo que se tem de dar às pessoas, e daí a sua preocupação com a feira medieval.--------

A feira foi deslocada, já não vai ser no mesmo sítio, vai ter a mesma organização, vai ter os mesmos elementos organizativos, mas é deslocada de um sítio que tem visibilidade a todos os que passam. Portanto, vai-se ter uma diminuição brutal dos visitantes e das pessoas que vão acompanhar essa feira medieval. ----------

Gostaria que isso pudesse ser visto ou falado, porque a feira vai ficar no parque de estacionamento da junta de freguesia, junto ao Ateneu, e é para desaparecer. Ao fim de 2 anos não se justifica, e desaparece. ----------

Pensa que era uma mais-valia e uma proposta cultural diferentes, e que se tinha de diversificar, nisso concorda plenamente, porque tem de se diversificar a oferta cultural, e continua a afirmar que todos os municípios que fazem uma aposta na cultura, no desenvolvimento e na propaganda da cultura que se faz, têm tido uma aposta ganha, sejam de que ideologia for.----------

Lembra sempre Óbidos, porque vale a pena, e nunca soube que Óbidos tivesse plantações de cacau, mas o festival do chocolate é hoje em dia de conhecimento internacional, e chama gente de toda a parte do mundo. Aquilo que se obtém neste festival e nos vários festivais, porque são de ópera, música clássica, cinema, teatro ou medievais, que provavelmente é das maiores feiras medievais, é um enriquecimento e um enorme desenvolvimento das atividades económicas.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que discorda, e não é esse o entendimento do CBEI, nem sequer o entendimento da associação de comerciantes, que pensa que

há muitas iniciativas que já deviam estar no centro da cidade, que é onde há pessoas, e não num espaço cuja atração é pior. ----------
Contudo, respeita a opinião. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SITUAÇÃO DA ESTRADA NACIONAL 248-3 ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à EN 248-3, dizendo que não é da Estradas de Portugal, é da câmara municipal, porque a autarquia entendeu fazer um protocolo de receção desta estrada, que é um mau protocolo, pois recebeu uma estrada que não estava em condições de ser recebida, e hoje tem graves problemas. Estes problemas implicaram que, a exemplo do que se fez há 2 ou 3 anos atrás, se fizessem investimentos permanentes durante alguns anos, para que a estrada conseguisse ter níveis de segurança compatíveis com esta via principal de acesso entre a zona ribeirinha do concelho, neste caso Alhandra, e o interior, quer das freguesias do concelho, quer do concelho vizinho de Arruda dos Vinhos. ---

Portanto, é essencial que a câmara municipal, nos seus orçamentos, inclua este fator, dinheiro e investimento para a recuperação desta via, que passa pela correção, nalguns casos, dos traçados, de reforço dos muros de contenção daquelas terras, bem como por um processo a que se deveria ter dado continuidade, de recuperação dos pontões que estão naquelas vias, e nalguns casos a introdução do fator pedonal, que é absolutamente essencial para dar segurança às centenas de pessoas que fazem este trajeto, e que em muitos pontos desta via não têm segurança absolutamente nenhuma. ----------

Existem pedidos nos serviços, quer da anterior Junta de Freguesia de São João dos Montes, quer neste momento, do que está seguro, da atual união de freguesias, que tem essas mesmas preocupações, e nalguns casos a câmara municipal poderia, na sua serralharia, fazer esses projetos e executar, sem necessidade de contratação externa. Os serviços têm total condição de executar uma boa parte dessas infraestruturas, quer na EN 248-3, quer nalguns dos pontões de acesso à anterior freguesia da Calhandriz, hoje pertencente à união das freguesias. ----------

Essa deveria ser também uma prioridade e necessidade. ----------

Falando nesta estrada, reporta-se ainda à rotunda sempre falada, à saída de Trancoso, nomeadamente no acesso a Trancoso, que é um cruzamento perigoso, que deveria ser resolvido rapidamente, quer com uma rotunda, quer com uma melhoria do cruzamento, alargando a estrada e criando zonas de proteção para os veículos, e depois, na EN 248-3, com o entroncamento da estrada que vem da

Calhandriz e da estrada que vai para Arruda dos Vinhos e Alhandra.----------
Considera ser absolutamente essencial que se resolvam de uma vez por todas estes pontos negros do eixo rodoviário, ao contrário, para seu espanto, do que foi dito por alguns no último Conselho Municipal de Segurança.----------
Existem efetivamente muitos pontos negros no concelho de Vila Franca de Xira, uns da responsabilidade da câmara municipal, outros da responsabilidade do Estado Central, que devem ser resolvidos por uma questão de segurança das pessoas. ----------
Voltando a esta estrada, existe um projeto na câmara municipal, na altura partilhado entre as juntas de freguesia de São João dos Montes e Alhandra, da zona da escola, que ficava em são João dos Montes, hoje na união de freguesias, no sentido de criar uma zona de segurança na aproximação dos veículos à escola.------
Na altura uma das ideias era criar uma zona que levantava ligeiramente toda aquela estrada, implicando que forçosamente os veículos tivessem que reduzir drasticamente a velocidade, criando uma maior segurança em toda a zona, quer dos jovens que frequentam a escola, quer dos pais dos alunos e dos professores que a frequentam, que para lá vão de manhã, à tarde e à hora de almoço.----------
Considera ser muito importante que a prioridade dos investimentos, que já não é de grandes obras, nem grandes obras de bandeira, é preservar e melhorar o que se tem, dando mais segurança às pessoas. Isto é absolutamente essencial para os próximos anos, e os membros da Coligação Novo Rumo não têm dúvidas desta questão. ----------
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que de facto a EN 248-3 tem problemas a nível de abatimentos, e há que investir rapidamente em muros de suporte, como já se tem feito.----------
É uma zona complicada, como se sabe, e tem que se resolver. ----------
Há outras sugestões, e quanto à rotunda de Trancoso, existe inclusivamente um pequeno estudo sobre a matéria, não só na entrada e saída de Trancoso, como também do cruzamento que vai para Arruda e Alhandra.----------
A Estradas de Portugal, sobre a rotunda de acesso a Alhandra e Arruda, deu parecer favorável, relativamente à outra, não deu.----------
Há muitos pontos negros, alguns dos quais já levantados, inclusivamente até pelo

antigo Governo Civil, que fez uma visita ao município, existindo de facto um documento sobre a matéria, e algumas das questões têm que ver com a administração central e com a câmara municipal. ----------

Relativamente à solução de redução de velocidade junto à Soeiro Pereira Gomes, pese embora algumas melhorias que foram feitas, ainda têm que se fazer mais algumas intervenções. ----------

Por fim, está absolutamente de acordo que as pequenas obras devem ser aquelas que devem estar na prioridade dos investimentos que se fazem. Está-se num outro ciclo, e se não houver da parte do novo QREN possibilidade de se fazerem grandes investimentos, como se fez no passado, naturalmente que se tem de investir em obras e intervenções de menor vulto, mas não menos importantes para a população. ----------

Sobre isso não poderia estar mais de acordo.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ACESSO PRINCIPAL À LOCALIDADE DA CALHANDRIZ ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se ao lugar da Calhandriz, antiga freguesia da Calhandriz, dizendo que o investimento de milhares de euros no refazer da estrada da Calhandriz não resolveu o problema do acesso principal à Calhandriz. Não está resolvido, e a câmara municipal não rearranjou todo o acesso à localidade, o acesso principal continua por resolver, e não é muito difícil de resolver. ----------

O que é preciso fazer é alargar ligeiramente a estrada, para criar uma zona de proteção de quem sai da Calhandriz e vai para Alverca, uma chamada faixa de aceleração e desaceleração, e quem vira à esquerda, quem vem de Alverca para dentro da Calhandriz, precisa de uma faixa no meio, onde possa parar em segurança para poder virar à esquerda. ----------

Eventualmente, neste rearranjo, pode ser que seja possível permitir a quem sai da Calhandriz virar à esquerda, mas também não se ficaria constrangido se fosse proibido virar ali à esquerda e usar a nova via. Muitas vezes não se tem consciência, mas investiu-se por duas vezes numa estrada de acesso à Calhandriz, onde moram 300 ou 400 pessoas, numa via que é semelhante a qualquer uma que se faz onde moram 30, 40 ou 50 000 pessoas, o que quer dizer que o custo "per capita" dessa via é dos mais elevados do país.----------

Depois, não se rearranjou o acesso, deixou-se estar tudo como está, ou seja, toda a gente vira em todo o lado, toda a gente entra em todo o lado, o que não pode ser, porque não se estão a beneficiar as pessoas, e não se está a proteger a segurança das pessoas.----------

Esta situação tem de ser efetivamente alterada, e tem que se mudar de alguma forma. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ROTUNDA DA BETECNA - SOBRALINHO----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se à rotunda da Betecna, porque mais uma vez se permitiram todas as obras que pelos vistos a Lisboagás, mais uma vez, não cumpriu. Ainda lá vê decorrerem obras que lhe parecem relacionadas com a Lisboagás, e presume, se forem dessa empresa, e se há este problema com a empresa, que a obra da Lisboagás deveria ter sido parada, e não deve ser permitido o seu prolongamento até à resolução do problema.----------

Foi investido algum dinheiro no rearranjo daquele cruzamento, que continua sem servir os interesses da população, nomeadamente os de segurança, que são os que devem estar à frente de todos os outros, sendo esta essencialmente mais outra prioridade que existe.----------

Assim, no âmbito dos investimentos rodoviários que se fazem no concelho têm que se atribuir prioridades, de acordo com a segurança das pessoas, e não de acordo com, às vezes, quem faz mais ou menos barulho, durante mais ou menos tempo.---

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que há uma abertura da Estradas de Portugal, de autorização, mas não de investimento, porque diz que não tem dinheiro, contudo, esta rotunda só poderá ser feita se apanhar alguma parte da antiga Betecna, do lado direito, quando se vai para Alverca, porque senão não cabe lá. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ESTRADA NACIONAL 10----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se à EN 10, chamando a atenção da câmara municipal para o facto de esta estrada ser da responsabilidade, desde Santa Iria de Azóia, até Alverca do Ribatejo, da câmara municipal. Essa sim foi uma estrada recebida, com as obras executadas, e por terem sido bem executadas na altura pela Estradas de Portugal, basicamente desde 1997 ou 1998 até ao dia de hoje, poucas obras ou nenhumas levou, nem pintura. ----------

Chama a atenção que na zona do Forte da Casa, em frente aos Adubos de Portugal, a estrada está a ceder em meia via, e se a câmara municipal não fizer uma intervenção rápida, a via pode desabar em metade, em frente aos Adubos de Portugal. ----------

Esta não é uma situação nova, é uma zona onde a estrada está ligeiramente contida por um muro antigo, mas passou por lá ontem, e ela parece estar a ceder com alguma rapidez, pelo que seria bom que a câmara municipal avaliasse esta situação, para não se ter depois que ter uma intervenção apressada, quando se pode planear devidamente. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo-se ao abatimento em meia via na zona do Forte da Casa, dos troços da responsabilidade da câmara municipal, dizendo que se vai analisar.----------

Da maneira como o Sr. Vereador se referiu, não tem esse registo, mas os serviços vão resolver. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS QUE SERVE O INTERIOR DO CONCELHO ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se tem vindo a falar ao longo dos anos da rede de transportes públicos que serve o interior do concelho, e hoje está-se no interior do concelho, uma zona mais rural, e outra rural no nome, pois quando se diz que São João dos Montes, ou uma boa parte, é rural, de rural só tem o nome, porque depois não tem nada de rural uma parte desta localidade.----------

Rural foi noutros tempos. Os Cotovios hoje não têm nada de rural. A urbanização é diferente da Quinta da Piedade ou de uma parte de Alhandra, mas de rural não tem coisa nenhuma. Contudo, tem muitas pessoas, e é importante que a autarquia avaliasse, não sendo preciso nenhuma Autoridade Metropolitana de Transportes, pois é sempre muito fácil mandar a responsabilidade para uma determinada entidade. ----------

Interrompeu o Sr. Presidente, chamando a atenção para o tempo de intervenção do Sr. Vereador. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que esteve a olhar para o relógio desde o início, porque já sabia que o Sr. Presidente, quando chegasse à sua vez, iria falar. Reparou que passou a palavra aos Srs. Vereadores da CDU às 9h50, o próprio começou a falar há 3 minutos, e o Sr. Presidente a nenhum dos outros vereadores chamou a atenção para serem céleres. ----------

Vai ser célere, não há problema, até porque quer colocar as suas questões. ----------

Assim, era absolutamente essencial que a câmara municipal cumprisse a sua missão e função, de defesa da sua população, e avaliasse em conjunto com os operadores a rede de transportes públicos que serve uma parte do concelho, o chamado concelho que não tem tanta gente, logo não é tão apetecível para a exploração económica do transporte público.----------

Nesta questão enquadra-se o que já foi dito, e com toda a razão, que não faz sentido que um serviço público, como é o hospital de Vila Franca de Xira, seja tão mal serviço de transportes públicos, e seja tão mal planeada a rede de transportes públicos para servir um empreendimento com aquela importância. ----------

Considera ser absolutamente deplorável e incompreensível que não seja servido condignamente, e que não haja uma ligação séria, nomeadamente entre a estação

de Vila Franca de Xira, a cidade, e a zona do hospital.----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que não tem a mesma visão que o Sr. Vereador tem dos transportes públicos de acesso ao hospital, mas vai saber se o horário que foi previsto, de saída da estação e saída do hospital para transportar as pessoas, não está a ser cumprido.----------

Se estiver a ser cumprido, julga que o serviço é adequado.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

RUA 25 DE ABRIL – FORTE DA CASA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à rua 25 de Abril, no Forte da Casa, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo continuam sem ter informação sobre o ordenamento total de toda aquela zona, e gostariam de ser informados.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador António Oliveira que possa ver esta matéria.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

URBANIZAÇÃO DAS FAIAS – ARCENA – ALVERCA DO RIBATEJO ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à urbanização das Faias, em Arcena, Alverca do Ribatejo, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo falaram neste assunto na reunião de câmara anterior, mas continuam sem saber o que é que a câmara municipal vai fazer sobre os escorregamentos de terras que existem naquela urbanização, e gostariam de ter essa informação. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, solicitando ao Arqtº Nuno Santos que faça uma informação sobre esta urbanização.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
ALCATROAMENTO DA ESTRADA QUE VEM DO CEMITÉRIO DA PÓVOA DE SANTA IRIA PARA O TÚNEL DA AUTOESTRADA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo já chamaram a atenção para o alcatroamento que foi feito há uns anos na estrada que vem do cemitério da Póvoa de Santa Iria para o túnel da autoestrada.--
Na altura foi alcatroada, nesse mesmo dia houve a avaria de um camião, foi lá um reboque, que foi identificado, que colocou as sapatas em três pontos distintos e danificou a estrada, e desde esse dia até hoje os sinais continuam lá, e a câmara municipal, das duas, uma, ou não conseguiu que a companhia de seguros pagasse, ou pagou e não se mandou arranjar a via. ----------
Desta forma, era fundamental que tivessem uma informação sobre esta matéria. ---
Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que o Dr. Fernando Barreiros tem informação sobre esta questão, e agradece que o mesmo diga qual foi a evolução relativamente à exposição que se fez à seguradora, para também se enviar ao Sr. Vereador, pois sobre isso não tem registo.----------
O único registo que tem é que se atuou, mas não tem o ponto da situação. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO - SUPPLY CHAIN MEETING 2014 ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao protocolo de colaboração que foi aprovado na última reunião de câmara, Supply Chain Meeting, em que ficou o compromisso de entregar informação da taxa de ocupação do pavilhão do Cevadeiro, e os membros da Coligação Novo Rumo ainda não a receberam. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que se vai fazer chegar a informação sobre a taxa de ocupação no Cevadeiro.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
REQUERIMENTOS DA COLIGAÇÃO NOVO RUMO SEM RESPOSTA – DEPOSIÇÃO DE TERRAS NA ZONA DOS ANTIGOS POÇOS - VIALONGA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, chamando a atenção que os membros da Coligação Novo Rumo têm alguns requerimentos por responder, não tanto os de março de 2014, pois é normal que não tenham sido respondidos, mas os de novembro, dezembro e janeiro deveriam efetivamente ter sido respondidos. ----------

Há um de março de 2014, e aproveita para colocar a questão, que se relaciona com um aterro que está a ser feito e que neste momento deve estar completo, na zona dos antigos poços, em Vialonga, em frente ao parque urbano. ----------

Gostariam de saber quem deu autorização para pôr aquelas terras ali, que pensa que vieram da autoestrada, porque parece-lhe que a zona é estrutura ecológica urbana, e não lhe parece que a câmara municipal tenha autoridade para autorizar o depósito daquelas terras. ----------

Pode estar enganado, se estiver não há problema nenhum, e corrige a situação.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que vai fazer chegar esta nota. -----

Quanto aos requerimentos que ainda não estão respondidos, pensou que já estivesse tudo tratado, mas vai-se ver. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PONTO DE SITUAÇÃO DO LOTEAMENTO DA ANTIGA JB FERNANDES – FORTE DA CASA ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando sobre o ponto de situação do loteamento da antiga JB Fernandes, no Forte da Casa, o que pode ser respondido noutra altura. ----------

Gostaria também de saber o ponto de situação da antena que ali foi colocada em determinada altura pela ZON, de forma abusiva, em que a câmara municipal acabou por regularizar a situação, e hoje parece-lhe abandonada.----------

Houve o compromisso de arborizar a área, não vê lá nada, parece-lhe meio abandonado aquele investimento, e convinha que fosse revisto. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que vai fazer chegar nota sobre o ponto da situação do loteamento, assim como da antena da ZON. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

SILO AUTOMÓVEL DA AVENIDA D. VICENTE AFONSO VALENTE – PEDIDO DE INCLUSÃO DE ASSUNTO NA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA ------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, apresentando um pedido de inclusão de assunto dos membros da Coligação Novo Rumo na ordem do dia da próxima reunião de câmara, relativo ao silo automóvel na avenida D. Vicente Afonso Valente, na Póvoa de Santa Iria, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que com certeza que será agendado este assunto. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

COLOCAÇÃO DE QUESTÕES NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se poderá falar sobre tudo, com alguma capacidade de síntese, pois colocam-se questões e fazem-se comentários a essas mesmas questões. É importante, mas o facto é que leva imenso tempo neste período antes da ordem do dia.----------

Desta forma, nesta altura há cerca de 10 minutos para responder às questões que foram colocadas.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que não é a primeira, a segunda ou a terceira vez, é recorrente e é um lugar comum da parte do Sr. Presidente fazer uma apreciação deste tipo.----------

Não sabe se teve mais dificuldade de olhar para a direita do que para a esquerda, e não é essa a questão que agora mais importa, de perceber o contexto da forma como o Sr. Presidente apresentou a sua inquietação ou intranquilidade, mas pensa que o mesmo deverá fazer, se permitir a sugestão, uma análise fidedigna sobre os tempos que decorrem, de acordo com a intervenção de cada grupo político. ----------

Os vereadores presentes estão plenos de atuação, nenhum tem capacidade ilegítima, antes pelo contrário, todos têm capacidade absolutamente legítima e democrática para atuarem no contexto do regulamento da câmara municipal, no entanto, o Sr. Presidente deveria perceber qual é o contexto do tempo que deve ser afeto a cada grupo político. Naturalmente que se um grupo político tem muito mais representação do que o outro, não pode falar o mesmo tempo que aquele que tem até mais vereadores.----------

A sua intenção não é gastar tempo, os membros da CDU querem facilitar o trabalho. O PS tem 5 vereadores, a CDU tem 4, a Coligação Novo Rumo tem 2, e o Sr. Presidente deve fazer o controlo do tempo de acordo com a representatividade.

Naturalmente que há assuntos que pela sua natureza obrigarão a que todas as forças políticas possam e devam ter uma intervenção consentânea, como é óbvio, e a questão não se coloca, mas as coisas têm que ser vistas desta maneira.----------

O Sr. Presidente retomou a palavra, dizendo que sabe isso e agradece, mas esta é uma matéria que não é para discutir nesta sede, é para refletir numa reunião restrita entre as bancadas. ----------

Pede desculpa, e a questão até pode ser resolvida de uma forma muito simples, acaba o período antes da ordem do dia, o que seria uma situação nada agradável para todos.----------

Crê que a matéria exigirá da parte de todos uma conversa restrita, para análise, e é uma situação recorrente, como foi dito, que se tem de resolver.----------

Assim sendo, procurará, no tempo que falta, que é pouco, responder a algumas questões, mas não a todas. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

ASSUNTOS RELACIONADOS COM A ORDEM DO DIA----------

Interveio o Sr. Presidente, dando início à análise e discussão dos pontos da ordem do dia. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU não tiveram acesso aos pontos 2 e 14, não estando em condições de os votar, caso seja esse o entendimento.----------

Depois, gostaria de pedir ao Sr. Presidente, se houver tempo, que quando terminar a análise dos pontos da ordem dia se possa regressar ao período antes da ordem do dia, tal como se tem vindo a fazer em anteriores reuniões de câmara.----------

Respondeu o Sr. Presidente que assim será. Esta é a metodologia que lhe parece mais correta, ou seja, aproveitar o tempo, no sentido de se ainda sobrar tempo se voltar a falar sobre matérias do período antes da ordem do dia, e julga que desta forma farão um bom trabalho. Contudo, para isso é preciso estarem todos disponíveis. ----------

Relativamente à questão que o Sr. Vereador colocou, no que se refere ao ponto 2, porque efetivamente em tempo oportuno não teve possibilidade de enviar o documento, será presente à próxima reunião de câmara, e é hoje retirado da ordem do dia. ----------

Quanto ao ponto 14, houve um lapso, parece-lhe que o documento foi apenas enviado aos membros da Coligação Novo Rumo e não foi distribuído às outras bancadas, porque a proponente foi a Coligação Novo Rumo. No entanto, como o ponto foi agendado, a documentação deveria ter sido distribuída a todas as bancadas, e pergunta aos membros da Coligação Novo Rumo se veem algum impedimento de se voltar a falar nesta matéria na próxima reunião de câmara.------

Assim sendo, estes dois pontos são retirados.----------

De qualquer modo, tem mais duas coisas para dizer sobre a ordem do dia, a primeira é que há pedidos de intervenção nos pontos 1, 2, 3, 4, 6, 7, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 26, 27, 29, 30, 31, 35, 38, 39, 40, 41 e 43, o que quer dizer que os demais pontos estão aprovados por unanimidade.----------

Outra situação tem a ver com os pontos 15, 16, 27 e 31.----------

A câmara municipal foi confrontada com aquilo que o próprio chama uma situação

que não vê o alcance e necessidade, que é a entrada em vigor, no dia 28 de março, da Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro, a qual regulamenta os termos e a tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, aplicando-se, quer aos procedimentos destinados ao recrutamento de trabalhadores em funções públicas mediante relação jurídica de emprego público, quer aos procedimentos de celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços.----------

Da análise que solicitou juridicamente, bem como os pedidos que foram efetuados à Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre esta matéria, é absolutamente necessário perceber esta nova exigência da portaria, que é a consulta prévia ao INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, para matérias dos pontos que acabou de referir e que estão na ordem do dia desta reunião. ----------

As dúvidas que a câmara municipal tem quanto à aplicação da portaria são as constantes dos pontos 1 a 4 do documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

Relativamente aos recursos humanos, crê que os juristas não têm dúvidas, e um dos pontos da ordem do dia é uma situação de prorrogação de uma avença de um jurista que está no serviço de contraordenações, e é uma pessoa que faz falta à câmara municipal, e faz falta aquela pessoa, o que não quer dizer que não possa ser outra. Agora tem que se pedir previamente parecer ao INA, e este pode dizer que tem uma pessoa com as características necessárias. Pode ser assim e pode não ser, porque quando a câmara municipal admite alguém quer saber minimamente quem é a pessoa, qual é o curriculum, a formação, a experiência profissional, enfim, se tem perfil adequado para a função que se pretende, o que pode não acontecer, mas também pode acontecer que a câmara municipal diga "muito obrigado, mas essa pessoa não queremos", e também não pode ir buscar aquela que pretendia, o que significa que fica impedida de ter um ativo que era importante para o desenvolvimento desta ou daquela tarefa. ----------

Da análise que é feita da portaria, sobre a questão de recursos humanos parece que não há dúvida, a autarquia não tem outra hipótese senão pedir antecipadamente o parecer ao INA. ----------

Está a abrir esta reflexão porque estas são matérias que vêm dificultar a ação das autarquias.----------

Numa questão de contratação a câmara municipal tem que antecipadamente pedir o parecer, crê que ao INA, e na contratação de empreitadas e serviços provavelmente não vai ter condições. Por exemplo, um dos pontos é uma prestação de serviços para limpeza. O INA vai dizer que tem 10 senhoras que podem fazer esse serviço, mas este serviço que está a ser solicitado é mais do que isso, exige equipamentos próprios para limpeza específica de piscinas, necessita de materiais de limpeza que estão incluídos na própria prestação de serviços, o que quer dizer que em termos da intervenção desta entidade, não se está a ver o alcance e a necessidade, e esta portaria só vai é trazer grandes complicações.-------

Terminou, dizendo que esta é uma matéria que todos têm de ter em atenção. Agora poderiam tomar uma posição, dizendo que é absolutamente imprescindível, não na questão do recrutamento, mas relativamente às contratações, porque a portaria é impeditiva do trabalho avançar e paralisa a câmara municipal, mas há uma matéria que não pode deixar de referir, para estarem todos conscientes do que está em causa, é certo que o incumprimento da portaria gera responsabilidade financeira imputável aos autarcas e dirigentes, de natureza sancionatória e consubstanciada no pagamento de multas a efetivar pelo Tribunal de Contas. É uma coisa séria, é complicado, e o próprio não quer sujeitar os Srs. Vereadores a problemas deste tipo. Porém, também lhes quer transmitir a sua enorme preocupação por mais esta dificuldade, que ainda não conseguiu atingir o alcance, se relativamente aos recursos humanos até é capaz de reconhecer, sobre a questão da contratação não está a perceber.----------

Por isso, relativamente aos pontos 15, 16, 27 e 31, não sabe se os Srs. Vereadores querem já falar sobre a matéria, se calhar valeria apena, para perceber qual é o sentimento das bancadas relativamente à questão, que é nova, e provavelmente são capazes de ter alguma dificuldade.----------

Aquilo que lhe parece mais prudente nesta situação é a retirada dos pontos para se tentar nos próximos 15 dias aclarar melhor a matéria.----------

Não quis deixar de pôr o assunto à consideração, e dá a palavra a quem se quiser pronunciar.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU registam a preocupação do Sr. Presidente, que é legítima e que acompanham, de todo o modo há uma questão de fundo, que é o princípio da autonomia, o princípio constitucional da legitimidade da câmara municipal para tomar decisões sobre essa matéria, e alguma contradição com a lei de enquadramento do orçamento do Estado, que prevê perfeitamente este tipo de contratações ao abrigo de condições prévias que têm sido verificadas e concretizadas no âmbito de procedimentos anteriores tomados pela câmara municipal.----------

Será prudente, como o Sr. Presidente disse, que de facto não se tome hoje nenhuma posição definitiva sobre a matéria, e sugere ao Sr. Presidente que em termos do Conselho Metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa tome a iniciativa de o consultar e poder haver uma posição concertada sobre essa matéria.

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai seguir um ofício nesse sentido. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que de facto, se tiver que ser assim, mais vale "fechar as portas" e entregar isto ao novo diretor-geral do FMI, o que foi Ministro das Finanças, porque se calhar é para aí que se está a caminhar, com a vontade que têm em destruir o poder local. ----------

É absolutamente lamentável e inaceitável, do ponto de vista político, aquilo que foi o conteúdo desta portaria.----------

O Sr. Presidente disse que não seria tão catastrófico, mas de facto é uma situação que é difícil de gerir e crê que tem de ser efetivamente clarificada, e rapidamente. -

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que o ponto 14 fica para a próxima reunião de câmara, para ser distribuída a documentação. ----------

Sobre a intervenção que o Sr. Presidente acabou de fazer, os membros da Coligação Novo Rumo estão genericamente de acordo, e tal como o Sr. Presidente fez, dividirá a sua intervenção em duas questões. Uma coisa é a contratação de serviços, outra é a contratação de pessoas, embora esteja genericamente de acordo que o poder local tem autonomia, principalmente as câmaras municipais, que têm toda a autonomia e não estão abrangidas por nenhum processo de intervenção, e é aqui que faz a diferença.----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que o Sr. Vereador tem razão e a própria portaria deveria identificar essa diferença. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, para dizer que está de acordo e acha que genericamente as autarquias têm autonomia, inclusivamente aquelas que se governaram e que se sabem governar. ----------

Nessas que se governaram e que sabem governar, não há governo nenhum, do seu ponto de vista, que se tenha de vir "meter" na gestão de uma autarquia, e quando se fala na possibilidade de consultar por causa de, em teoria, existirem trabalhadores para contratação de serviços, o próprio era capaz de dizer que por isso é que este Governo não é liberal, agora está a ser reacionário, porque, se quer controlar a esse nível, então não está a deixar efetivamente o mercado funcionar e a deixar que as câmaras municipais ou uma qualquer entidade possa procurar o que melhor existe no mercado para se servir. ----------

Portanto, em matéria de contratação de serviços está conversado, com exceção às câmaras municipais que estão intervencionadas, em que do seu ponto de vista não pode haver autonomia, têm que cumprir as mesmas regras que o Estado, o país e todos estão a cumprir face à intervenção externa. Quem não se conseguiu governar e gastou mais do que tinha, da esquerda à direita, deve sofrer objetivamente penalizações, não pode continuar a gastar o que não tem, nesse aspeto acha que tem de ser tudo muito transparente. Não se aplica ao caso do município de Vila Franca de Xira, que deve continuar a ter autonomia na sua gestão. ----------

Em matéria de contratação de serviços, até pode tentar entender a perspetiva, no sentido da câmara municipal necessitar de um conjunto de pessoas que eventualmente até exista no Estado. Se se vivesse no mundo ideal, diria que até percebe que não haveria razão de se irem contratar pessoas de fora quando até haveria no seu âmbito, e que se podiam integrar. Por princípio entende, vai-se ver é se isso alguma vez é possível aplicar se não se alterarem algumas regras. ----------

Basicamente está de acordo com a intervenção, e à cautela é preferível clarificar, e quando a câmara municipal estiver mais confortada, agir. ----------

No entanto, se o Sr. Presidente lhe permitir, gostaria de dizer que sobre o ponto 15 a posição dos membros da Coligação Novo Rumo é ligeiramente diferente, porque se o Sr. Presidente ler a documentação, e não tem dúvidas que leu, o que diz é que há um projeto que estava aprovado e que a entidade que ganhou o projeto

submeteu à câmara municipal a possibilidade de o executar de forma distinta, com um argumento que é salutar, que pode custar menos e ser mais rápido, e para isso a câmara municipal vai ter uma despesa, vai contratar a empresa que fez o projeto para prestar assistência técnica. ----------

Diria que tem dúvidas, porque se é a empresa que ganhou a empreitada que está a propor uma alteração é ela que tem de suportar os custos, não faz sentido que seja a entidade adjudicante que vá suportar os custos por uma alteração, porque a câmara municipal tem um projeto. ----------

Deu como exemplo o que aconteceu no pavilhão do Cevadeiro, pois se se for ao histórico do que aconteceu naquele pavilhão verifica-se que a câmara municipal adjudicou um projeto, contratou um projeto, submeteu depois a concurso público e ganhou uma determinada empresa. Essa empresa, quando se propôs a executar a obra pelo prazo que tinha propôs o seguinte à câmara municipal: "por este projeto, eventualmente posso ter algumas dificuldades, proponho que seja executado com o projeto "Y", que é melhor, mais barato e executo mais rápido". Desta forma, a câmara municipal concordou, a empresa pagou ao projetista a alteração, foi acompanhada e submeteu-se a reunião de câmara, e a autarquia não gastou mais um tostão nesse projeto.----------

Nesta situação tem dúvidas, e já que se vai ter estes 15 dias, convinha clarificar e esclarecer, porque, a ser feito assim, não têm nada contra que o seja, mas deveria ser a empresa que ganhou o projeto a suportar estes custos de acompanhamento técnico, junto da Cenor. ----------

Assim, convinha avaliar e verificar.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, solicitando ao Sr. Presidente a distribuição da intervenção escrita que fez sobre esta matéria.----------

O Sr. Presidente interveio, pedindo ao adjunto, Sr. Jorge Zacarias, para fazer chegar o documento às duas bancadas. ----------

---

Assunto: ATAS NºS 6/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2014/03/19 E Nº 7/2014, DA REUNIÃO DE CÂMARA EXTRAORDINÁRIA E PRIVADA DE 2014/03/24 ----------

Presente para aprovação a ata da reunião de câmara de 2014/03/19, e da reunião de câmara extraordinária e privada de 2014/03/24, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros. ----------

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estão em condições de aprovarem a ata nº 6, de 19/03/2014, mas não conseguiram fazer a verificação da ata de 24/03/2014, por falta de tempo. Podem aprovar a primeira, mas a segunda não tem hipótese nenhuma. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que então se aprova a ata nº 6/2014, de 19/03, vindo para a próxima reunião de câmara a ata nº 7/2014, relativa à reunião extraordinária de 24/03.----------

Assim sendo deverá ser agendado o ponto relativo a esta ata para a próxima reunião de câmara. ----------

Retirada a ata nº 7/2014, da reunião de câmara extraordinária e privada de 2014/03/24, transitando para a próxima reunião de câmara.----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 6/2014, da reunião de câmara de 2014/03/19.----------

---

Assunto: COMEMORAÇÕES DO 40º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL----------

Presente proposta dos membros da Coligação Novo Rumo, datada de 2014/03/19, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para a constituição de uma comissão organizadora do 40º aniversário do 25 de Abril. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que antes de passar a palavra à Coligação Novo Rumo, que é a proponente da proposta, gostaria de dizer que hoje se está a 2 de abril, o que quer dizer que naturalmente já se trabalhou anteriormente, para se ter um programa.----------

O programa está feito, o cartaz também, contudo, esta proposta vai para além do espaço do mês de abril, tendo o seu alcance mais a ver com isso do que propriamente com a necessidade de agora, de repente, estar a construir um programa, em que não havia tempo para isso.----------

Terminou, dizendo que em tempo oportuno construiu-se esse programa, e julga estar a interpretar bem o sentido da proposta.----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que o Sr. Presidente interpretou corretamente, porque os membros da Coligação Novo Rumo não têm nenhuma intenção de criar nenhum problema à câmara municipal, no sentido de alterar o que já está planeado. O que disseram, no âmbito da apresentação desta proposta, foi que os 40 anos do 25 de Abril são suficientemente importantes para que se fale com verdade, e falar com verdade é contar efetivamente a história e os factos da história, numa perspetiva de olhar para futuro. ----------

Mais do que estar a falar aos jovens de hoje tudo o que aconteceu, porque é fácil fazer isso, muitos dos jovens e não jovens, muitos dos concidadãos, quando olham hoje para o futuro têm dificuldades de perceber o que é que reserva esse futuro.----

O objetivo da proposta é exatamente esse, poder, em conjunto, encontrar um conjunto de iniciativas que possa reforçar a confiança das pessoas no futuro, no regime democrático que se vive, que com certeza precisa, e precisa sempre, de aperfeiçoamentos e melhorias, o que é da vida e normal, bem como, em conjunto, mobilizar as pessoas para o sistema democrático, para a participação na vida cívica, e para que os cidadãos deem o seu compromisso e apoio à democracia em que se vive.----------

Os cidadãos não podem ou não devem, porque poder podem, e são as entidades que no fundo tutelam a todos, participar ativamente na vida política portuguesa, pois só assim podem todos ter um país melhor, um concelho melhor e as freguesias onde se vive de uma forma melhor, mais participada e democrática.------
Este é o objetivo que está na proposta, o de construir uma programação que dure, eventualmente, até ao fim do ano, e que permita que esta discussão seja efetiva, democrática e participada. ----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU estão de acordo com a constituição deste grupo de trabalho, irão participar, de uma forma construtiva, e ainda ontem mesmo tiveram oportunidade de participar numa iniciativa organizada pela Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, sendo que há um lado negro e sombrio da história que importa não esquecer.----------
São daqueles que têm os olhos postos no futuro, mas há efetivamente questões que precisam de ser conhecidas e divulgadas, até do ponto de vista da formação enquanto indivíduos preparados para vencer os desafios que hoje se colocam. -------
Ontem, em Vila Franca de Xira, a propósito do tema "Liberdades sem mentiras", ouviram na primeira pessoa o testemunho de pessoas que foram torturadas, que iam perdendo as suas próprias vidas, e que do ponto de vista do seu compromisso com este povo, que é o português, tudo fizeram para que hoje todos pudessem estar nesta reunião, bem como o povo português, num regime democrático e pleno de vitalidade, com todas as capacidades para se afirmar no contexto da globalização. ----------
Estão solidários com a constituição deste grupo de trabalho, para homenagear dignamente a importância de perceber o que significa para o povo português 40 anos da revolução de 25 de Abril, com os olhos, obviamente, sempre postos no futuro, porém na defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais e coletivas do povo.----------
O Sr. Presidente interveio, mencionando que assim sendo estão todos de acordo, e o Partido Socialista comunga os propósitos, tanto de um, como do outro. ----------
A história é feita de factos, e por isso é importante ouvir várias personalidades que sobre esta matéria, e de acordo com a sua vivência, podem transmitir o seu pensamento. ----------

Crê que mais importante que isso, e a importância e o ponto de partida de tudo, é o facto de ter acontecido o 25 de Abril, pois se não tivesse acontecido, hoje, como o Sr. Vereador disse, e bem, não estavam todos hoje a ter uma reunião com estas características. Era impensável, e este é um fator importantíssimo. ----------

Os jovens hoje já nasceram a respirar democracia e liberdade, e obviamente que têm outro tipo de problemas, mas o país, em termos coletivos, tem que os resolver, e proporcionar a esses jovens a esperança de uma vida melhor. De qualquer modo o país deu passos gigantes e avançou bastante no seu desenvolvimento económico, sobretudo social, bastando recuar 40 e tal anos para perceber o que era este país, um país muito complicado. ----------

Não fala com uma perspetiva paternalista, não é nada disso que se trata, mas de alguém que viveu isto muito intensamente, esteve na Guerra Colonial, começou a trabalhar muito cedo, teve várias vivências, e estas matérias tocam-lhe de uma maneira muito particular, como a todos, mas a si talvez de uma maneira diferente.-

Não é saudosista, é otimista, tem uma perspetiva de que o país há de ser aquele que se sonhou com o 25 de Abril, com as utopias, como foi andar um dia inteiro no Rossio a fazer um cordão humano, por causa de uma esquadra da NATO que estava no Tejo, a dizer "Fora a NATO e a quem a apoiar", em que quase gastou os sapatos. Hoje recorda isso e sorri, perguntando-se o que é que andava ali a fazer, já que se a fragata mandasse um tiro, acabava-se o cordão humano, cada um fugia por si e acabava-se tudo. ----------

O que pretende dizer é que era esse o espírito que imbuía todos naquele tempo, as coisas eram muito fortes, e só quem viveu verdadeiramente é que consegue entender algumas questões que aconteceram. ----------

Devem-se aproveitar estas comemorações para saudar e homenagear quem proporcionou que se tenha hoje o país que se tem, apesar das dificuldades, e, sobretudo, perspetivar o futuro. Considera que há grandes condições de se vir a ter um país e um futuro melhores, muito importante para os nossos filhos e netos, e é isso que se deve vincar nestas comemorações de abril, com estes debates, com várias personalidades, de vários quadrantes políticos, se calhar com várias perspetivas sobre estas matérias. ----------

Terminou, dizendo que o Partido Socialista indica o Sr. Vice-Presidente para

constituir esse grupo de trabalho, ficando o próprio a aguardar que tanto a CDU como a Coligação Novo Rumo indiquem também um nome, porque vai-se fazer um planeamento de reuniões para se começar a trabalhar.----------

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo que a CDU está já em posição de indicar o nome do seu representante, que é o Sr. Vereador Nuno Libório.----------

Aproveita ainda para solicitar um esclarecimento, em continuação da última reunião, de que não vai dizer o conteúdo, sobre estas questões da comissão e dos possíveis homens e mulheres de mérito. ----------

Vai haver a comissão, há nomes, e qualquer cidadão pode ser, tendo o próprio já o nome de um desportista. Não vai dizê-lo agora, mas questiona se o vai indicar ao Sr. Presidente, à comissão ou ao representante da sua bancada, pois já tem o currículo desse desportista do concelho. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Aurélio Marques deverá transmitir ao seu representante. ----------

Vai precisar a questão, pois pensa que não foi bem compreendido, ou seja, a intenção do documento que foi distribuído, e depois recolhido, era única e exclusivamente um ponto de partida, nada mais que isso, e os Srs. Vereadores agora terão toda a oportunidade de sugerirem, alterarem e se entenderem. São três, e naturalmente que depois têm de prestar contas à câmara municipal.----------

Terminou, referindo que se considera a proposta, de acordo com aquilo que foi conversado, aprovada.----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelos membros da Coligação Novo Rumo. ----------

---

---

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 307/14, de 26/03, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2014/03/12 e 2014/03/25, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 307/14, de 26/03, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU não tiveram oportunidade para passar a escrito, mas quem passou por lá percebe. Quer ser simpático, e vai chamar-lhe de rotunda, mas está mesmo a ser muito simpático, referindo-se à rotunda que se está a construir na envolvente ao estabelecimento comercial ALDI, em Alverca do Ribatejo. Na opinião que têm não está a cumprir as condições técnicas exigíveis para que se afirme como uma rotunda, onde o trânsito pedonal se faça em condições de segurança, e o trânsito rodoviário aconteça sem criar mais constrangimentos em relação àqueles que já hoje existem nesse mesmo local. ----------
Assim, se a obra não for suspensa no entretanto para verificação se as situações estão ou não em conformidade, amanhã mesmo tomarão essa iniciativa, que ficará à consideração dos presentes, se os acompanham ou não na preocupação que têm no sentido da obra ser imediatamente suspensa, para constatação "in loco" se tudo está a ser cumprido de acordo com as normas de segurança rodoviária. ---------
Deixa este breve apontamento, para um leigo, mas que passa, como todos, pela EN10, nomeadamente quando se faz a deslocação no sentido de Vila Franca de

Xira para a Póvoa de Santa Iria. ----------

Sabem que não há passeio na EN10, mas há berma, e se o traçado for aquele que se perspetiva que venha a ser o traçado definitivo da passagem do trânsito, nem a berma resiste à deslocação do reperfilamento entretanto construído, encostado à direita, no sentido de Vila Franca de Xira para Alverca do Ribatejo. Não há berma, e como é óbvio não passa nenhum peão, com grave prejuízo para a segurança rodoviária.----------

Quem vem de Alverca para Vila Franca de Xira, se não ficar assustado com o que encontra imediatamente à sua frente, terá alguma dificuldade em perceber para que lado se deve encaminhar, porque se aquilo é uma rotunda, tem muitas dificuldades, enquanto automobilista, em perceber como é que uma rotunda é construída com aquela configuração e todos aqueles planos indicados. ----------

Contudo, não é engenheiro, não tem conhecimentos nem nenhum dos seus camaradas pode fazer conclusões ou afirmações demasiado assertivas sobre essa matéria, mas desde já fica o apelo. Se a câmara municipal hoje não decidir suspender a obra, amanhã mesmo chegará ao gabinete do Sr. Presidente um pedido para que seja suspensa, e depois a responsabilidade é de quem não tomar a devida nota ou consequência dessa mesma preocupação que têm.----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, colocando uma questão que já hoje foi colocada, que tem a ver com a deposição de terras nos Poços Galegos. Em reuniões anteriores a CDU falou da deposição de terras que estava a acontecer naquele lugar, e o Sr. Presidente o que disse foi que iria imediatamente pedir para que as terras fossem retiradas desse lugar. ----------

Faz amanhã 15 dias, e a partir das 8h00 da manhã começaram a entrar camiões, a depositar cada vez mais terra neste mesmo lugar, que é de estrutura ecológica urbana.----------

Quando passou no início, deve dizer que pensava que os camiões iam entrar para retirar, ou seja, para cumprir aquilo que o Sr. Presidente disse que iria fazer, mas à tarde percebeu que não, que era a deposição de mais terras, e foi ao lugar tirar umas fotografias, pensando que estava a fotografar um ato ilegal. É uma estrutura ecológica urbana, e ao fazer-se deposição de terras, fazendo daquela zona um aterro, zona que, ainda por cima, como o próprio nome indica, tem muita água,

havia alguma coisa que não estava a correr bem.----------

Não foi assim, o senhor que estava na obra mostrou-lhe um alvará passado pela câmara municipal, alvará nº 14/2014, dando ordem para que aquela estrutura ecológica urbana passe a ser um aterro. ----------

Depois de serem colocadas essas terras, que crê serem da obra da A1, os senhores da Mota-Engil decidiram tapar aquele aterro provisório com terra de jardim. Portanto, agora já nem sequer se veem as terras da obra, porque os senhores tiveram a amabilidade de colocar por cima um tapete de terra de jardim, e fecharam novamente aquela zona.----------

Questiona se é possível fazer-se um aterro provisório, que a CDU sabe que não vai ser, porque se fosse não se tinham lá colocado terras de jardim. É possível fazer-se um aterro daqueles numa estrutura ecológica urbana? Pensava que não, e é isso que gostava de perguntar ao Sr. Presidente.----------

Pode fazer-se, mesmo com um alvará, uma obra daquelas, sem se colocar qualquer tipo de placa informativa, para que as pessoas percebam o que se está ali a passar? De facto houve ali um rebuliço tremendo, a entrada e saída de camiões constantes e a estrada toda suja de terra, em que andava um senhor com uma vassoura de casa a varrer a estrada para tirar a terra, e pensa que tem de haver alguma coisa que não está a correr bem, sendo essa a questão que gostava de colocar.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que não pode deixar de dizer uma coisa, ou seja, no dia em que se quiser discutir, os membros da Coligação Novo Rumo estão disponíveis para discutir já amanhã ou no fim desta reunião todos os tempos, mas deve-se depois também discutir os pontos, não se lembrando, em nenhum dos despachos do Sr. Presidente, que alguns destes temas, neste momento, venham no âmbito deste ponto 4. ----------

Quando se atiram os tempos para a bancada dos outros, e depois se aproveitam os temas para vir falar de novo, efetivamente as coisas não correm bem, ou não se prepararam devidamente as reuniões. ----------

Relativamente às questões concretas, já que se aproveitam os pontos para falar de outros temas, usará este ponto para perguntar ao Sr. Presidente devidamente sobre o tema, que é o destaque para a Interfundos e o que efetivamente está

pensado no âmbito do licenciamento para a Misericórdia de Vila Franca de Xira. Depois, qual o destino que está pensado dar ao antigo hospital de Vila Franca de Xira. ----------

Face a isto é tentado a deixar um pedido à câmara municipal, que possa apresentar um "layout" da integração das três rotundas na EN10. A primeira é a que existe na zona a norte de Alverca, junto à ribeira, a que já lá está implantada, a segunda é a inclinada, em frente ao ALDI, e a terceira é a que estava prevista, com o respetivo estudo de enquadramento, com a Capitão Meleças, em frente à praça e à Casa de São Pedro.----------

Gostariam de saber como é que se enquadram todas estas intervenções e todo o tráfego, e se efetivamente seria necessária a construção da rotunda em frente ao ALDI, se se fizer a rotunda em frente à Casa de São Pedro e todo aquele rearranjo que tem de ser feito. Gostariam de saber se efetivamente esta rotunda é necessária, e se os veículos não se poderiam deslocar futuramente a uma e a outra para fazerem a inversão de marcha.----------

Quando se faz este tipo de intervenções tem que se verificar isto, não tendo o próprio nenhum problema que as intervenções sejam feitas no âmbito dos investimentos privados. Não é isso, o que entende é que o investimento privado pode ser o motor para fazer alguns investimentos naquela zona, e se a outra rotunda fosse melhor e criasse maior fluidez de tráfego, bem como possibilitasse esta divisão, o ALDI não deveria ter pago aquela rotunda, aquele arranjo em concreto, mas deveria se calhar ter pago a outra rotunda e o arranjo da EN10 em toda aquela extensão. ----------

Esta visão tem de ter uma forma integradora, porque o espaço naquela zona não abunda, muito menos naquela zona ali. Deve ser visto, e depois, objetivamente, a rotunda é implantada assim porque não se pode meter mais dentro, porque senão retira-se espaço às duas casas que estão do lado esquerdo, no sentido de Alverca, e retira-se espaço de estacionamento ao ALDI. Aí já se tem de avaliar, pois não se tem propriamente que facilitar só a vida ao ALDI, tem que se olhar a perspetiva integradora de toda a área, e verificar como se integrará no futuro.----------

É esta a perspetiva, para possível discussão de futuro, como é que a câmara municipal vê toda a distribuição de tráfego em Alverca, e como é que ele vai

circular, quer na EN10, como eixo principal de captação e distribuição, quer depois para dentro de Alverca, como é que circula. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando, quanto a esta última questão, que existe um "layout" das necessidades de rotundas entre a ponte da Silveira e o cruzamento para a estrada da estação.----------

Não se fizeram rotundas porque apeteceu, não é nada assim, como é evidente, existindo a obrigação, do seu ponto de vista, quando há uma intervenção ou um pedido de licenciamento deste tipo, de extrair daí o melhor, indo ao encontro dos interesses da câmara municipal, e sobretudo da melhoria rodoviária na zona.---------

Existe um "layout" de rotundas a construir, que são necessárias, em áreas que inclusivamente já foram consideradas pontos negros naquele troço, onde estiveram em vários momentos técnicos da Estradas de Portugal, que avalizaram o "layout" da rotunda hoje do ALDI, da rotunda ao pé da Casa de São Pedro e da rotunda ao pé do jardim Álvaro Vidal, de acesso à estação, conseguindo-se dessa forma retirar toda a semaforização. A fluidez de trânsito seria muito maior, criando-se sobretudo as melhores condições de segurança rodoviária. ----------

Foi isto que a Estradas de Portugal, de acordo com o trabalho que se enviou, se pronunciou e aprovou, e o estudo desta rotunda do ALDI foi validado pela Estradas de Portugal. Está no processo, foi validado, está a ser seguido pela Estradas de Portugal, estão técnicos desta empresa diariamente no local, pelo que sobre a matéria há uma competência e jurisdição que não é da câmara municipal.----------

A única responsabilidade da autarquia foi encontrar as condições para que a rotunda pudesse ser feita, e desta forma a câmara municipal, do ponto de vista do executivo, conseguiu uma melhoria considerável na zona, sem que houvesse investimento público, mas sim privado.----------

O Sr. Vereador tem dúvidas, tem todo o direito de as ter, e por isso se está presente, para conversar. Aquilo que pode dizer é que efetivamente pode-se reanalisar o processo, mas está absolutamente validado pela Estradas de Portugal.

Pede ao diretor do departamento de urbanismo que faça chegar, tanto a uma bancada como a outra, o "layout" da rotunda, porque se se tiver o desenho talvez haja uma melhor compreensão do que se pretende lá fazer, na medida em que ainda não está concluído. Não está a pôr em causa nada, mas o desenho, a pintura

da sinalética horizontal e vertical e todas essas matérias, também são importantes para a compreensão do que vai ali acontecer. Hoje mesmo, à tarde, pede para se fazer chegar esse "layout", para que se tenha mais um ponto de referência do que ali vai ser feito. ----------

De qualquer modo regista o que foi referido, e vai-se verificar a questão do espaço que o Sr. Vereador Nuno Libório diz que existia e que agora não existe, principalmente do lado esquerdo, quando se vai no sentido de Vila Franca de Xira. Se for como o Sr. Vereador diz, terá que se encontrar uma solução, porque as pessoas têm de ter segurança no seu dia a dia, em termos de circulação pedonal. --

Sobre o aterro, pede ao diretor do departamento que possa explicitar a questão.----

Relativamente à Misericórdia de Vila Franca de Xira, a questão relaciona-se com o centro de dia, uma alteração que foi feita. Há um processo de licenciamento, que tem a ver com o centro de dia propriamente dito, sendo que o Sr. Vereador Rui Rei aproveitou para referir a questão do antigo hospital. Curiosamente, por coincidência esteve lá ontem, se calhar alguém disse isso ao Sr. Vereador, e por isso estará a colocar a questão. ----------

Já percebeu que dum "pontozinho" se faz uma abrangência, mas aquilo que pode dizer é que ontem esteve no local mais o Sr. Provedor, bem assim como o Sr. Vereador António Oliveira, no sentido de olhar para o espaço, não para relocalização dos serviços da câmara municipal, mas para o poder aproveitar para outro fim que neste momento ainda não se desenvolveu suficientemente. Não vai adiantar, na medida em que se tem, internamente e tecnicamente, de verificar se a ideia tem "pernas para andar".----------

Esta questão é no âmbito dos SMAS, e é a única coisa que avança, porque pensa que daquilo que se viu ontem abriu algumas perspetivas de se poder utilizar, pelo menos a parte mais nova do antigo hospital, para o desenvolvimento de uma ideia que num ou outro momento já foi falada. ----------

Interveio o Arqtº Nuno Santos, esclarecendo, quanto ao aterro, e relativamente à duvida colocada sobre a classificação daquele terreno em termos do PDM, que efetivamente tem uma pequena parte com uma classificação em estrutura ecológica urbana, mas a remanescente, e a grande parte do terreno, está classificada em espaços urbanizados, cujo solo é possível de ser programado.--------

Aquela operação urbanística, naquele sentido, é compatível ali, e daqui a amanhã, quando mais tarde, inclusivamente vier a ser desenvolvida a operação urbanística que seja possível nos termos do que está previsto no PDM, haverá necessidade de subir a cota do terreno, à semelhança do que tem sido feito nos terrenos ao longo daquele eixo viário. Doutra maneira não teria sido admitida a colocação de terras naquele terreno, e por isso mesmo foi viabilizada a operação urbanística. ----------

Sobre a inexistência do aviso, irá confirmar internamente se estaria ou não, porque é uma obrigação do requerente fazer a sua colocação.----------

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio, mencionando que a placa não estava, e tem fotografias do lugar. Aliás, pelo Facebook viu que o Sr. Vereador Rui Rei também tem, pelo que se calhar também pode fornecer algumas fotografias ao departamento.----------

Depois, as terras foram colocadas exatamente no sítio que está classificado como estrutura ecológica urbana, porque a estrutura ecológica urbana é a continuação do parque urbano da Flamenga, e o espaço que é urbanizado é junto à linha de água, e aí não foi colocada absolutamente terra nenhuma, e portanto aquilo que fizeram e ilegal. ----------

Se é como o Arqtº Nuno Santos diz, que se confirma que não é possível fazer aterros em estrutura ecológica urbana, pergunta o que é que a câmara municipal agora vai fazer.----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo ao Arqtº Nuno Santos que convém mandar ao local a fiscalização, para verificar, em termos de colocação das terras, em que zona foi, porque a questão levantada pela Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso merece verificação no local, e depois informação na próxima reunião de câmara. ---

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU, em relação à rotunda do ALDI, gostariam de esclarecer uma questão, para que não haja margem para esse tipo de dúvida. Entendem que não é só por uma questão de obrigação moral, deverá ser mesmo obrigação de todo e qualquer promotor, quando gera impactos significativos sobre a estrutura viária, assumir os custos que daí resultam, e portanto, tal como disseram em relação ao empreendimento da Norcentro, o mesmo entendimento têm para este estabelecimento comercial, como já aconteceu aquando da inauguração da primeira fase de instalação dessa

empresa no concelho, na rotunda que construiu junto à localidade de Povos, na freguesia de Vila Franca de Xira. ----------

Sobre a matéria não têm qualquer tipo de dúvida, no sentido se deve ou não haver envolvimento financeiro para infraestruturas de utilização pública.----------

A questão de fundo é outra, a obra está numa fase final de concretização, e mantêm rigorosamente aquilo que disseram no início da discussão deste ponto. Aguardam que até amanhã, para além da entrega do "layout" que os poderá ajudar, como é óbvio, a interpretar um pouco melhor aquilo que já é visível na EN10, que ao mesmo tempo a câmara municipal, ou através da sua fiscalização municipal, ou dos seus serviços de obras, constate "in loco" se as condições de atravessamento pedonal estão ou não devidamente salvaguardadas, muito concretamente na área que identificou. ----------

Parece, sem qualquer tipo de apreciação subjetiva, que aquela rotunda serve mais precisamente os interesses da unidade comercial de dimensão relevante do que propriamente os interesses da segurança rodoviária. Há ali qualquer coisa que não funciona visivelmente, e precisam de perceber se quem acede a essa rotunda, seja a pé ou de automóvel, o poderá fazer em condições de normalidade. ----------

Uma outra chamada de atenção, pois já o tinham feito em momento anterior, é que a câmara municipal, mesmo não sendo esta uma intervenção da sua direta responsabilidade, tem como obrigação informar as pessoas ou os que utilizam a infraestrutura. Quando chamaram à atenção de que o impacto da obra era significativo, e que justificava uma informação prévia às populações, o Sr. Presidente imediatamente comprometeu-se com a CDU que o mais rapidamente, nos dias imediatamente a seguir a essa reunião de câmara, a informação chegaria à população.----------

Não sabe se chegou, a informação que têm é que não chegou, ou se chegou não foi eficaz, mas fazem um outro reparo. É evidente que se trata de um itinerário principal, aliás a EN10 é a única alternativa para todos os que habitam, vivem ou visitam o concelho de Vila Franca de Xira, sem portagem, e ter obras daquela envergadura às horas de ponta é não estar a fazer um serviço ou a defender o interesse das populações. Aquilo que têm constatado nos últimos dias é a utilização dessas horas de ponta exatamente para fazer as obras de maior

envergadura, ao ponto de terem inclusivamente constatado a aplicação de cola, antes da colocação do betuminoso, às primeiras horas da manhã, que são as principais horas de tráfego e confusão rodoviária naquele mesmo local, com todos os impactos que tudo gere. ----------

Assim, seria bom que estas coisas pudessem ser vistas doutra maneira, e que a câmara municipal, pois é do seu interesse que a obra acabe, e o mais rapidamente bem, faça chegar esta nota de preocupação dos membros da CDU, para que as coisas, nesse campo, sejam devidamente salvaguardadas.----------

O Sr. Presidente tomou a palavra, mencionando que já solicitou ao Arqtº Nuno Santos para ver se hoje ou amanhã o engenheiro que está a seguir a obra, por parte da Estradas de Portugal, vai ao local, para avaliar as matérias que o Sr. Vereador acabou de colocar.----------

Quanto às dificuldades, estas obras têm sempre grandes dificuldades, apesar de estar lá a PSP, no sentido de tentar melhorar, e se calhar até poderia ter desviado o trânsito para outros locais, nomeadamente para a zona do Brejo, sendo que também lhe chegou a informação, aliás telefonaram-lhe, que no sábado de manhã as coisas foram muito complicadas.----------

Perguntou por que é que o trânsito não estava a ser desviado na ponte da Silveira para dentro, pois era uma escapatória, não entendeu o porquê, e naturalmente, na sua opinião, isso deveria ter sido uma tomada de atitude dos agentes que lá estavam na altura. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que de certeza absoluta se aprovou um plano de segurança que contemplava o caminho alternativo que deveria ser seguido, e acredita que com certeza era esse. No âmbito das obras municipais tem que se aprovar um plano de segurança, e nesse plano está incluído todo o plano à volta.----------

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que não tem isso presente.----------

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que neste caso quem tem de aprovar o documento é a Estradas de Portugal. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que a Estradas de Portugal, em relação à câmara municipal, impõe uma série de questões que a própria empresa, nas suas obras, não tem, e essa é às vezes a grande incompreensão relativamente a estas

matérias. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador, mencionando, a propósito do depósito de terras em Vialonga, que os membros da Coligação Novo Rumo enviaram um requerimento no dia 20 de março de 2014, e acredita que o Sr. Presidente terá despachado para o diretor do urbanismo. ----------

O Sr. Vice-Presidente pediu agora ao diretor que envie a fiscalização ao local, e se efetivamente só vai agora a fiscalização ao local, desde o dia 20 de março que pensa que já deveria ter ido ao local. Se se vier a verificar que a estrutura ecológica urbana é no enfiamento do jardim da Flamenga, e não noutro lado qualquer, está-se perante uma situação grave, que foi alertada, e os serviços não atuaram para o efeito. ----------

Contudo, aguardam pela informação final, para depois poderem avaliar. ----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR CASAL MACHADO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 3/93, DE 21/05----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 144/14, de 13/03, do DGUPRU/DGU, para aprovação da alteração ao loteamento denominado por Casal Machado, na Castanheira do Ribatejo, titulado pelo alvará de loteamento nº 3/93, de 21/05, não estando sujeita a discussão pública, por não ultrapassar os limites definidos no nº 2, do artº 22º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, solicitada por José Sérgio Figueiredo da Silva. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 144/14, de 13/03, do DGUPRU/DGU, planta de localização, e plantas sínteses, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – AV. SOUSA MARTINS, NºS 30/32, TORNEJANDO PARA A TRAVESSA D. AMÁLIA, NºS 11/13 – ALHANDRA ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 132/14, de 20/03, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na av. Sousa Martins, nºs 30/32, tornejando para a travessa D. Amália, nºs 11/13, em Alhandra.--
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 132/14, de 20/03, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que há uma degradação evidente no estado de conservação do património edificado na avenida Sousa Martins, e os membros da CDU registam como inevitável ter de haver a comunicação ao respetivo proprietário. ----------
Contudo, perguntam sobre as casas que são propriedade da câmara municipal, pois de hoje para amanhã não sabe se algumas não apresentam semelhante estado de degradação. Algumas apresentam, e algumas até já tentaram ser vendidas por meia dúzia de tostões. Felizmente é daquelas coisas, como se costuma dizer, em que não houve ninguém suficientemente atento para poder comprá-las, ou talvez por outra qualquer razão que desconhece. ----------
A questão de fundo não é essa, é como é que a própria Câmara Municipal de Vila Franca de Xira quer impor um processo de reabilitação urbana nos núcleos antigos e históricos do concelho, quando é a própria a dar um mau exemplo, que é deixar cair de maduro para justificar uma eventual demolição ou um eventual processo de construção nova de natureza imobiliária, e quem sabe até especulativa. ----------

Têm muita preocupação, e estão perfeitamente em oposição em relação à política da câmara municipal na defesa dos núcleos históricos do concelho. A autarquia não pode ter esta atitude de absoluto desinteresse, e entra numa contradição insanável, que é a de escassos metros à frente do proprietário que vai, com o voto favorável da CDU, como não poderia deixar de ser, notificar para repor a normalidade e condições de segurança para a via pública, porque em relação à questão da habitabilidade é outra questão, ter casas idênticas, ou que apresentam sinais notórios de degradação que a qualquer momento podem significar uma situação desse tipo.----------

Aproveita para colocar uma questão que não foi ainda objeto de esclarecimento na sequência de uma interpolação colocada pelos vereadores da CDU, que tem a ver com o arranjo desta avenida. O Sr. Presidente já teve ou não oportunidade de confirmar se há saldo para utilização da nova união das freguesias, no âmbito do protocolo da Cimpor, que se estimava na ordem dos 10 000,00€ a 12 000,00€, para beneficiação dessa localidade? ----------

Fala de utilização de verbas que a dada altura eram para ser utilizadas na requalificação desta via, em que a dada altura deixaram de se perceber se foram gastas ou não, e se o saldo existe ou não. ----------

São duas questões completamente diferentes, para as quais solicitam o esclarecimento. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de se congratular pelo facto de este ponto já vir instruído da forma como, quer a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, quer o Sr. Vereador João de Carvalho, têm vindo a solicitar, com um relatório com fotografias do local, o que é importante para análise em reunião de câmara, e antes, na reunião de preparação.----------

Aproveita para questionar qual será a política da câmara municipal face aos imóveis devolutos e degradados que são propriedade do município, e pensa que convinha que a câmara municipal tivesse um documento detalhado com esta informação, para que se pudesse dar o exemplo nesta matéria, não fazendo sentindo deixar degradar o património. Dever-se-ia conseguir, em conjunto, definir uma política de reaproveitamento e colocação ao serviço das pessoas deste

património, seja por arrendamento ou outro meio, e o que não faz sentido é deixar degradá-lo.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que esta é uma matéria que exige uma estratégia em termos de requalificação urbana, mas, tendo em vista o estado de degradação, a vila de Alhandra é talvez das zonas mais críticas, e exigirá uma intervenção de fundo.----------

Essa intervenção de fundo faz-se com planos, mas também com meios financeiros, que só poderão avançar caso haja condições, neste âmbito, no novo quadro comunitário de apoio, das candidaturas que a câmara municipal irá apresentar serem contempladas, e então evoluir nas intervenções ou priorizá-las. Sobre o que está a ser feito o Sr. Vice-Presidente já referirá, pois é ele que tem essa responsabilidade.----------

No que diz respeito aos imóveis de propriedade da câmara municipal, há alguns em que a reabilitação é muito difícil. É sempre possível fazer tudo, mas não lhe parece que compense o investimento que é necessário. Há algumas casas em Alhandra, e provavelmente, tendo em vista o estado em que estão, o que terá de ser feito é demoli-las, e daquele espaço, em termos paisagísticos, fazer uma requalificação.----------

Não é para especulação, não é para coisa nenhuma dessas que o Sr. Vereador referiu, é para melhorar as condições que o espaço em causa terá. Há necessidade de bolsas de estacionamento, ou de, através disso, requalificar o território, sendo que nestas casas, onde não é possível de todo requalificar, o melhor será fazer um outro tipo de intervenção.----------

Depois há a questão dos privados. Como é que se vai exigir a um privado, que provavelmente não tem condições financeiras para fazer grande coisa? Como é que se vai encontrar uma solução? Considera que provavelmente passará por um plano de reabilitação, onde as possibilidades de isenções de taxas ou alterações de fiscalidade possam ser suficientemente estimuladoras para as pessoas fazerem as obras que têm a fazer nos seus imóveis.----------

Depois, não é possível pensar que depois a traça, fachada ou volumetria do imóvel se vão manter integralmente. As pessoas, quando investem, têm de ter algum retorno, senão é o que está a acontecer neste caso, a menos que a câmara

municipal comece a tomar posse administrativa de tudo, e qualquer dia tem milhares de casas no seu património. ----------

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que crê que neste momento o paradigma da construção nova está definitivamente arredado das perspetivas, quer dos decisores públicos, quer dos decisores privados, e hoje em dia já não faz grande sentido mais construção nova. ----------

Contudo, há uma reflexão a fazer, estando-se neste momento a fazer com a Universidade de Lisboa, com a equipa coordenada pelo Professor João Ferrão, numa perspetiva de analisar o conjunto dos conceitos existentes relativamente à questão da requalificação urbana, e tentar encaixar, quer o diagnóstico, quer algumas estratégias de intervenção, no que possa vir a ser a Estratégia 2020, que enformará ainda assim o próximo quadro comunitário de apoio. É certo que também parece, como o Sr. Presidente deu conta noutras ocasiões, que o acesso aos financiamentos por parte dos municípios está fortemente condicionado, mas em compensação pode haver uma grande oportunidade para os proprietários, quer de imóveis habitacionais, quer com outro tipo de funções, nomeadamente empresariais, de poderem recorrer também a fundos, que passarão a estar disponíveis para esta área da requalificação. ----------

Ainda ontem reuniu com a equipa do Professor João Ferrão, para perceber qual era o ponto de situação deste trabalho, que está na fase de diagnóstico, e o que se prevê é que lá para o final deste primeiro semestre haja um primeiro documento que possa ser alvo de reflexão por parte da câmara municipal, das diversas bancadas, para se ter uma perspetiva de perceção de quais são os caminhos que neste momento estão em cima da mesa. ----------

Relativamente a uma das questões que o Sr. Presidente definiu, para além da requalificação do espaço público, em que a câmara municipal tem uma intervenção direta, e tem vindo a fazer um pouco por todo o concelho, estando em termos estratégicos mais ou menos definido que a continuação da requalificação da zona ribeirinha é uma prioridade, e neste momento é aceite e compreendida por todas as pessoas e habitantes do concelho, e não só, como uma mais-valia, há a requalificação do tecido urbano, em que não é já só a câmara municipal a intervir. Têm necessariamente que ser os particulares também a intervir, a que se junta a

requalificação do tecido empresarial, uma vez que há um conjunto de instalações com capacidade empresarial que estão devolutas, a que é preciso dar vida e uma utilidade.----------

Para além da análise localizada que é preciso fazer, há uma análise de contexto, e o Sr. Presidente disse-o muito bem, se por um lado a requalificação se pode fazer pela reabilitação de determinados edifícios para as mesmas funções, há outras possibilidades de dar outras funções ou multifunções a edifícios que hoje estão devolutos, e não estão com condições de utilização.----------

Há ainda uma terceira hipótese, uma terceira via, que é aproveitar estes edifícios sem função, hoje em dia degradados, para poder devolver a área em que eles se implantam ao espaço público, e isso pode permitir algumas ações de requalificação de acupuntura urbana, aumentando, ou bolsas de estacionamento, ou espaço público para peões. Tudo isso está neste momento em cima da mesa, não só nesta autarquia, mas em todos os municípios, sobretudo nas cinturas de Lisboa, em que estes aspetos são muito importantes. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando uma breve nota final, ou seja, pensa que se deve ter algum cuidado na forma como se apreciam assuntos desta natureza. O Sr. Presidente, na sua opinião, fez uma afirmação em que pensa que não mediu o alcance que poderá trazer, se for ouvida por aquele que hoje se propõe que seja objeto de uma notificação. ----------

A câmara municipal diz que não tem meios para recuperar as habitações de que é proprietária na avenida Sousa Martins, e diz que mais vale, eventualmente, deixar cair ou optar por uma solução de demolição para construir ali umas bolsas de estacionamento. Curiosamente está-se neste preciso momento a notificar ou propor uma notificação de um outro, um privado, que tome um sentido oposto àquele que eventualmente é diferente do desejo da própria câmara municipal para a mesma rua, com um conjunto patrimonial relevante, que inclusivamente está classificado no plano diretor municipal como estrutura habitacional de interesse.----

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que não se referiu a esta rua.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, pedindo desculpa, pois foi isso que percebeu, e então não tem sentido o que acabou de dizer----------

Disse o Sr. Presidente que também pede desculpa, pois terá induzido o Sr.

Vereador em erro, sendo que se estava a referir à rua Salvador Marques. ----------
Referiu o Sr. Vereador Nuno Libório que a diferença não é muita, é de meia dúzia de metros, como se costuma dizer. De qualquer forma, não se pode exigir a uns quando a câmara municipal não quer ser o exemplo dessa mesma recuperação. ----
Terminou, referindo que os membros da CDU têm muita expectativa em relação a esse documento, e acham mesmo que é muito importante, só pecando por tardiamente a câmara municipal se dotar dele para poder implementar essa estratégia de reabilitação. ----------
No entanto, não é bem assim como o Sr. Vice-Presidente tenta transmitir a ideia, de que a câmara municipal está incapacitada. Este ano já não o pode fazer com efeitos fiscais para 2015, mas poderia tomar medidas de agravamento fiscal para todos aqueles que não reabilitam, mediante determinado tipo de condições, onde até pode entrar o critério económico-social desse proprietário. ----------
Provavelmente hoje confrontam-se, em Vila Franca de Xira, como outros concelhos, verdade seja dita, de situações de proprietários que, por opção pura e simples, optam por não reabilitar, esperando que os mercados possibilitem novas oportunidades, e é essa atitude preventiva, do ponto de vista fiscal, que a câmara municipal pode e deve ter, porque quando se decidiu baixar as taxas de IMI da forma como se decidiu, era para ajudar aqueles que precisam, e não para ajudar os que não precisam. ----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo que este estudo que o Sr. Vice-Presidente referiu também tem em vista exatamente essas questões que o Sr. Vereador Nuno Libório acabou de referir. ----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------
---

---

1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – TRAVESSA DO CERRADINHO, Nº 7, R/C – VILA FRANCA DE XIRA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 112/14, de 18/03, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na travessa do Cerradinho, nº 7, r/c, na freguesia de Vila Franca de Xira. ----------

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 112/14, de 18/03, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo que os membros da CDU gostariam de fazer algumas perguntas. Da documentação que foi enviada sobre este auto de vistoria, e das recomendações que existem, o que é que, de facto, se pensa fazer? ----------

   Da constatação feita, parece que uma das alterações que se verificou é que a papelaria do nº 17 já não existe, fechou, o resto pensa que estará, e aquilo que se coloca, com a degradação, é se em relação ao que consta nos pontos 12, 13 e 14 da informação dos serviços, nomeadamente o último, há indicação que a solução pode passar pelo realojamento desta senhora. Sim ou não, está a ser feita alguma coisa? ----------

   Há neste agregado pensa que mais 6 pessoas a viver, e questionam o que se pensa, quer para este caso em concreto, para o auto de vistoria, quer em relação aos outros casos destes edifícios, já que estão todos degradados, e são propriedade das mesmas senhorias, e se há alguma indicação. ----------

   Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a câmara municipal, em situações

extremas como esta, tem realojado as pessoas. Tendo em vista o quadro social que já foi feito, está-se a tentar encontrar uma solução para que esta senhora possa ter outras condições de dignidade em termos de habitação. É o que se está a tratar, na medida em que, mesmo que se façam, como já se tem feito noutras ocasiões, obras coercivas, a senhora tem que ir para algum lado, não pode lá ficar. ----------

Assim sendo, a Srª Vereadora Marina Tiago está a estudar com os técnicos uma possibilidade de realojamento, o que já numa ou outra situação se fez, inclusivamente há bem pouco tempo, numa disputa tremenda com o proprietário duma casa também em condições muito más. Era uma mãe e uma filha que viviam nessa casa, conseguiu-se realojá-las, e neste momento está-se a tentar que a casa em causa possa ser demolida, para que não seja reocupada por mais alguém. As condições de segurança eram de tal ordem que só mesmo demolindo, a casa não pode ser reaproveitada. ----------

No caso em concreto desta senhora, e não vai falar das outras porque não tem dados nem informação, a câmara municipal está a tentar que o mais depressa possível possa ser realojada numa das casas da câmara municipal. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que variadíssimas vezes, durante os últimos anos, falou-se em possíveis interessados em resolver o problema desta área da cidade de Vila Franca de Xira, eventualmente com algum interesse para algo na área, que tem alguma dimensão dentro da cidade.----------

Os membros da Coligação Novo Rumo estiveram até a discutir, antes, várias coisas, e esta questão passa eventualmente por uma estratégia que a câmara municipal tenha para o seu património e a recuperação de habitação degradada e de quarteirões degradados no concelho, das cidades em particular, e não é uma estratégia de preservação de tudo a todo o custo. A maior parte do património que não é património, e é chamado assim, em muitas das cidades do concelho não tem nada para preservar. Ao falar da sua freguesia ou da sua cidade, fez-se um projeto bem feito, de avaliação da habitação da zona antiga, por exemplo, da Póvoa de Santa Iria, e 90% daquelas habitações não tem nada para preservar. Não tem interesse patrimonial nenhum, não tem interesse arquitetónico de coisa nenhuma, a câmara municipal tem é que redefinir o que quer, e aí sim, enquadrá-lo numa perspetiva de que quem quer investir tem de ter condição, quer municipal, quer no

Estado. ----------

Devem desenganar-se os que pensam que é só por algum incentivo da parte do município que um conjunto de investidores vai investir. Não chega, e depois há muita gente que fala, mas quer "sol na eira e chuva no nabal". Há muitos que falam, mas não têm conhecimento, ou seja, não se pode pedir a um investidor que vá investir numa casa, que a arrende e depois esteja 6 meses ou 1 ano à espera para pôr na rua o inquilino, que não lhe paga. Não pode, não faz sentido, tendo que haver mecanismos rápidos e céleres, pois quem não paga tem de sair. Se assim não for é um problema muito sério que se tem às costas, muito grave, porque as pessoas não vão objetivamente investir em nada disto. ----------

Tem que se alterar um conjunto destas circunstâncias, e poderia dar outros exemplos, sendo que o partido que representa chegou a ter uma casa alugada ao lado de uma outra, só que era recente, e custava 6 vezes mais que a outra, que era antiga, era da Rodoviária Nacional, e era o proprietário que estava a suportar o negócio da Rodoviária Nacional. Isso não é justo, não faz sentido, e é um disparate. Quando se fala em solidariedade social, a mesma é feita pelo Estado. O Estado é que tem de fazer, e tem que encontrar a habitação que é necessária para quem dela precisa.----------

Foi para isso que se fez a construção e a erradicação dos bairros de barracas que existiam no país, com a criação de habitação social. Hoje, ao preço que a habitação está, e as casas que existem devolutas no concelho, consegue-se ter habitação social mais barata, em habitação dita normal, do que quando se construiu enquanto habitação social, bastando ir ao mercado e avaliar. ----------

O que era importante era redefinir a estratégia, e no âmbito da revisão do PDM reavaliar alguns conceitos, e aí sim, não se ter nenhuma questão ideológica que separe a câmara municipal da resolução dos problemas das pessoas, que esse é que é o objetivo essencial. ----------

O Sr. Presidente interveio, mencionando que não poderia estar mais de acordo com o Sr. Vereador Rui Rei, porque o executivo PS está disponível para esta reflexão. Tem que se ter uma abertura muito grande, e perceber o que é que é para preservar e o que não é. Muitas das vezes está-se muito fechado sobre esta matéria, não deixando margem de manobra para encontrar outras soluções de

melhorar e requalificar o território do concelho. Por isso está convicto que todas as bancadas presentes estão disponíveis para este trabalho. ----------
Nesta questão em concreto, de facto já apareceram várias intenções para todo aquele quarteirão, que não passaram disso mesmo. ----------
---
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

Pelas 12h30, após a discussão do ponto 7 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo com os restantes pontos da ordem do dia. ----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------

BAIRRO DOS PESCADORES - ALHANDRA ----------

Interveio o munícipe, Sr. João Padinha, referindo que vem hoje à reunião de câmara representar duas comunidades com dois problemas bastante graves. ----------

A primeira é por laços familiares e bastante amizade com muitas pessoas que moram no bairro dos pescadores, em Alhandra, que lhe pediram para apresentar este problema, o que faz com muito gosto. ----------

O bairro dos pescadores, quando foi feito, foi para os pescadores, e hoje mora lá muita gente de várias profissões. Quanto ao espaço evolvente, além dessas pessoas estarem a usufruir dele, e considerar que está muito degradado e sujo, não são só os pescadores os culpados. Tudo quanto se passa no bairro são os pescadores que pagam, mas não é, porque no bairro não moram só pescadores. ----

Além disso, o espaço envolvente está a ser hoje utilizado por toda a gente que mora nesse bairro, e por outras pessoas que nem sequer moram em Alhandra. Têm lá barcos, fazem reparações, fazem isso tudo, e os pescadores, que também contribuem um pouco para a degradação, não são só eles os culpados, há muita gente culpada. ----------

Por isso, pede que a câmara municipal possa fazer ordenação daquele espaço, e tome essa responsabilidade, porque os pescadores sozinhos não o conseguem fazer e pedem-no. Precisam daquele espaço para repararem as suas redes, porque a vida deles é aquela, têm muitas redes, consoante as épocas, e está agora a aproximar-se uma em que vão precisar de o utilizar muito, que é a época da apanha da corvina. São redes muito grandes, trazem limos agarrados, os pescadores precisam de fazer a limpeza como deve de ser, e o espaço que têm não tem condições para isso, porque nascem muitas ervas e é difícil fazerem o trabalho de recuperação das redes. ----------

Como em todo o lado, os pescadores precisam de um espaço, porque a vida deles é aquela, não podem fazer doutra maneira. ----------

Assim, seria bom que a câmara municipal pudesse ordenar o espaço e arranjar maneira de pôr outro solo, porque até a limpeza se torna difícil, com o piso que tem, e não é só a vontade que os pescadores podiam ter para limpar, mas torna-se difícil com aquele piso. ----------

Agradece, em nome dos pescadores, que a câmara municipal possa dar uma "mãozinha" para resolver este assunto. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o bairro dos avieiros foi construído com uma determina filosofia, sobretudo ligado à comunidade Avieira, aos pescadores, e hoje estão lá outras pessoas, pois entretanto as coisas foram-se alterando. ----------

Compreende as necessidades que os pescadores têm para desenvolver o seu trabalho, e que precisam de espaços para o efeito, mas é pena que muitas vezes façam intervenções sem primeiro irem à câmara municipal, no sentido de poder ajudar a encontrar soluções, pois foram lá feitas coisas ultimamente que, melhor pensadas, poder-se-iam encontrar outras soluções. ----------

O munícipe diz, com razão, que há lá coisas que nada têm a ver com os pescadores, e é verdade, porque já lá tem passado, e reconhece que há coisas que são de ocupação de espaço público, de uma forma anárquica, e nalguns casos é um amontoado de lixo. ----------

A câmara municipal vai ver, falando com o Sr. João Padinha, uma vez que tem esta incumbência de representar a comunidade, e o Sr. Vice-Presidente, o próprio e o Sr. Vereador António Oliveira irão ao local. ----------

Tem uma reunião marcada com o Sr. Presidente da junta de freguesia no dia 8, irá lá ver umas coisas que o mesmo lhe pediu que exigem que se vá ao local para avaliação, pelo que se o Sr. Presidente também estiver disponível, e certamente estará, irão lá ter com o Sr. João Padinha.----------

Às 9h30 estará na junta de freguesia, e depois vai ver uns quantos locais, e por volta das 10h30 ou 10h45 irão ter com o munícipe ao local, e observarão melhor aquilo que trouxe à reunião de câmara. ----------

---

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------

BAIRRO DA CIMPOR - ALHANDRA ----------

Interveio o munícipe, Sr. João Padinha, referindo-se ao bairro da Cimpor, em Alhandra, dizendo que quase tem vergonha de apresentar este assunto, pois já o faz há mais de 15 anos. A última vez que o apresentou deve estar a fazer um ano, e fê-lo à anterior Srª Presidente, numa reunião de câmara, em que falou que já o apresentava há 15 anos, pelo que agora já são 16 anos. ----------

Na altura o próprio disse que as pessoas que moram para além da estação estavam esquecidas, e só se lembravam delas quando era preciso votar, e a Srª Presidente disse que não era bem assim. Passou mais um ano e continua a acontecer o mesmo, concretamente nos cerca de 100 metros, que não chega, do caminho do bairro para o lado da estação, que não tem espaço para as pessoas passarem. A zona para as pessoas passarem tem cerca de um palmo de espaço, e todos os anos sofre, porque são construídas valas para pôr cabos elétricos ou de televisão, e cada vez que o espaço é utilizado para isso nunca é reparado como deve ser.----------

Há uma inclinação, mesmo naqueles 20 centímetros, o espaço não é direito, e as pessoas, principalmente no seu bairro, sendo o próprio uma das mais novas lá e já tem 73 anos, nos dias de chuva nem saem à rua, não podem fazer a sua vida na vila, como fazer compras, porque o espaço não deixa. ----------

Assim, agradece mais uma vez que a câmara municipal possa dar uma "mãozinha". ----------

Terminou, desejando a todos uma boa Páscoa, bem como a todos os seus familiares.----------

Agradeceu o Sr. Presidente, retribuindo ao munícipe e à sua família. ----------

Quanto a este bairro, vai pedir aos serviços do Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, ao Sr. Vereador António Oliveira e à Engª Rosário Ferrão, para verificar se estas intervenções no subsolo pelos operadores é a velha situação que a câmara municipal tem, portanto verificar o que é que ali se passa, melhorando o que se tem a melhorar.----------

---

---

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO – LOTEAMENTO CASALINHO, LOTE 50 – VIALONGA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 44/14, de 10/03, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 50 do loteamento Casalinho, na freguesia de Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2009-AUGI, de 06/10, requerido por Eduardo da Silva.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 44/14, de 10/03, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO – LOTEAMENTO CASALINHO, LOTE 67 – VIALONGA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 46/14, de 10/03, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 67 do loteamento Casalinho, na freguesia de Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2009-AUGI, de 06/10, requerido por António Lopes Mendes.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 46/14, de 10/03, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO – LOTEAMENTO QUINTA DO SERPA, LOTE 94 – VIALONGA----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 45/14, de 10/03, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 94 do loteamento Quinta do Serpa, zona rural, na freguesia de Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2012-AUGI, de 03/10, requerido por Luís Fernando Carreira Pereira Miguel. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 45/14, de 10/03, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO – LOTEAMENTO CASAL DE SANTO ANTÓNIO, LOTE 3 – VILA FRANCA DE XIRA----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 49/14, de 17/03, do DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 3 do loteamento Casal de Santo António, na freguesia de Vila Franca de Xira, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2006-AUGI, de 15/02, requerido por Alda Mabilda Carvalho Pereira.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 49/14, de 17/03, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------
---

---

1. Assunto: ESTUDO DE LOTEAMENTO DA AUGI QUINTA DA PONTE – SÃO JOÃO DOS MONTES – ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 71/14, de 24/03, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da abertura de consulta pública, pelo prazo de 15 dias, do estudo de loteamento da AUGI Quinta da Ponte, em São João dos Montes, nos termos dos nºs 1 e 2, do artº 22º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, e respetivas alterações, conjugado com o nº 3, do artº 6º, do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 71/14, de 24/03, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: ESTUDO DE LOTEAMENTO DA AUGI QUINTA DA BELA VISTA – SÃO JOAO DOS MONTES – ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 72/14, de 24/03, do DGUPRU/DPRU, para aprovação da abertura de consulta pública, pelo prazo de 15 dias, do estudo de loteamento da AUGI Quinta da Bela Vista, em São João dos Montes, nos termos dos nºs 1 e 2, do artº 22º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, e respetivas alterações, conjugado com o nº 3, do artº 6º, do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas por Operações Urbanísticas. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 72/14, de 24/03, do DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA – RECEÇÃO PROVISÓRIA ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 459/14, de 25/03, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria para receção provisória, datado de 2014/03/21, referente à empreitada de adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada ao Consórcio Constrope-Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira – Instalações Especiais, Lda. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 459/14, de 25/03, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que os membros Coligação Novo Rumo não têm nada contra, apenas gostavam de acrescentar que estão contentes, finalmente, pela obra, pois tantas vezes falaram dela. Bastantes dores de cabeça dão os PER até hoje, infelizmente, e são uma coisa extraordinária, pois até hoje ainda não viu nenhum ter resultado na recuperação de nenhuma empresa. São aquelas coisas que de vez em quando se inventam e não funcionam. ----------
Congratulam-se, e agora só esperam a data da inauguração, assim como o pessoal do Grémio. ----------
Respondeu o Sr. Presidente que se tentará que seja em abril, pois é uma boa data. A câmara municipal ainda não acertou, não por culpa do Grémio, mas culpa própria, verdade se diga, o protocolo de cedência do espaço, que tem que vir a reunião de câmara, e espera que venha na próxima. ----------

O Grémio colocou algumas questões que estão a ser analisadas juridicamente, e pensa que haja condições de no dia 16 trazer o protocolo de cedência. As questões que estão em aberto não lhe parecem difíceis de ultrapassar, de qualquer modo não se irá inaugurar o edifício sem o protocolo estar assinado, e provavelmente até se aproveitará o momento da inauguração para formalmente entregar o espaço ao Grémio. ----------

Como disse o Sr. Vereador, foi uma obra muito sofrida, muito difícil, e diz, honestamente, que houve momentos em que pensou que aquela empresa não ia chegar ao fim. É um momento difícil que se vive, e teve que se ser muito criativo para a obra ter sido acabada, desde o adiantamento para compra de materiais e outras coisas do género, que não é habitualmente a prática, mas se assim não fosse não era possível acabar a obra.----------

Está no fim, é o que importa, e ficará ao serviço dos povoenses um espaço cultural que lhe parece bastante bom.----------

---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

---

---

1. Assunto: EXECUÇÃO DA EB 1/JARDIM DE INFÂNCIA DA PÓVOA DE SANTA IRIA NORTE – NÃO RECEÇÃO DEFINITIVA, CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E ACIONAMENTO DE GARANTIAS----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 426/14, de 19/03, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do auto de vistoria para receção definitiva, no qual se declara a não receção definitiva da obra de execução da EB 1/Jardim de Infância da Póvoa de Santa Iria (Póvoa Norte), em virtude da existência de deficiências da obra, da responsabilidade da INTEROBRA – Sociedade de Obras Públicas, SA, bem como que se proceda à contratação de uma empresa da especialidade para a execução dos trabalhos de correção das referidas deficiências, das quais a administradora de insolvência da INTEROBRA, SA teve conhecimento na vistoria, e ainda, caso a insolvente não proceda à correção das deficiências no prazo que lhe for concedido para o efeito, do ressarcimento dos custos com os referidos trabalhos, mediante o acionamento das cauções prestadas pelo empreiteiro no contrato de empreitada, até ao montante orçamentado para os trabalhos, de 126 500,00€ + IVA, no total de 134 090,00€.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 426/14, de 19/03, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASE 4A – VIALONGA – LISTA DE ERROS ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 464/14, de 25/03, do DOVI/DOVI, para aprovação da Lista de Erros, passando esta a fazer parte integrante das peças de procedimento, bem como rejeição dos itens não considerados na lista, mantendo-se o preço máximo estimado para o contrato, respeitantes ao procedimento da empreitada da execução do parque urbano da Quinta da Flamenga – Fase 4A, em Vialonga. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 464/14, de 25/03, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o que vão aprovar hoje, porque percebem o que vem descrito, e veem que vem um documento sobre lista de erros, mas não conseguem perceber o que vão aprovar. ----------
   Interveio a Engª Rosário Ferrão, dizendo que é a lista de erros que vem à reunião de câmara para aprovação, e não sabe se foi distribuída, mas pensa que sim. --------
   Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à lista de erros que está introduzida no ponto. ----------
   Interrompeu a Engª Rosário Ferrão, esclarecendo que é a lista reclamada. ----------
   Disse o Sr. Vereador Rui Rei que é fornecida esta lista de erros, mas pensa que é face a alguma coisa. ----------
   Esclareceu a Engª Rosário Ferrão que é a lista dos erros aceites pelo projetista, que a câmara municipal vai aceitar. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que deveriam ter mais duas coisas, do ponto de vista que têm, para poderem votar, uma delas é a lista que foi submetida a concurso.----------

Interrompeu a Engª Rosário Ferrão, dizendo que existe. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que os membros da sua coligação não a têm, e reporta-se à lista submetida a concurso, a que foi reclamada por esta entidade, para depois poderem comparar com o que o projetista aceitou, e por uma razão simples. Relativamente à empresa que está a reclamar, mais as outras que estão a concorrer, o projetista disse "bem, só consideramos estes erros", e se se recorda do que leu, o projetista aceita estes erros e a câmara municipal diz "são estes erros, mantém-se o preço". Assim, se no decorrer da obra se vier a verificar que a empresa tinha razão, vai ter direito àquele valor, terá direito àquela compensação, mesmo que o projetista tenha dito que não. ----------

Interrompeu a Engª Rosário Ferrão, referindo que não é assim. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei retomou a palavra, perguntando, se não é assim, como é que é.----------

Respondeu a Engª Rosário Ferrão que nunca foi assim nas reuniões de câmara, e é a primeira vez que se levanta essa questão. Quando vem a lista para aprovar, vem a lista que é aceite pelo projetista, e nunca veio a lista que foi submetida a concurso, porque todos a têm, na altura em que o concurso vem a reunião para aprovar. Depois, nunca vem a lista que é reclamada, o que vem é a lista para aceitar, e os erros que são para rejeitar. Há uma parte que é aceite e outra que é para rejeitar. ----------

Contudo, se no decurso da obra se verificar que há um trabalho que foi rejeitado nesta fase, mas que é necessário executar, o seu custo é imputado ao projetista, que não o aceitou e deveria ter visto, na altura, deveria ter aceitado, não sendo imputado à câmara municipal. ----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que é precisamente por não ser imputado à câmara municipal que a mesma tem de ter um meio de verificar isso. Não está a falar na câmara municipal e no vereador do pelouro, não é isso, porque o vereador do pelouro e o Sr. Presidente têm acesso a toda esta informação, como é óbvio e natural, pois são eles que têm de verificar em primeira

análise, mas fala dos restantes vereadores, que só têm acesso quando lhes enviam informação, e convém que tenham, quando se faz uma coisa destas e se começa a analisar com mais rigor, pois só podem controlar e gerir o que conhecem, se não conhecerem não conseguem gerir. ----------

Portanto, convinha, para própria gestão dos eleitos, que no futuro possam comparar o que foi submetido, o que é pedido e o que é aceite. Está perfeito, pois fica registado, e não tem nenhum problema. Amanhã, se não houver problema, não há problema, mas se houver consegue-se comparar e verificar que foi assim e não foi doutra forma. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, de qualquer modo, que julga que o ponto 4.1 da informação refere, de algum modo, as dúvidas do Sr. Vereador Rui Rei. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que parece que o Sr. Presidente adivinhou o seu pensamento, e é a sua experiência na matéria, pois iria reforçar o ponto 4.1 na sua abordagem. ----------

Sublinha então o ponto 4.1 da informação, não deixando de estar um pouco em sintonia com o que disse o Sr. Vereador Rui Rei, que saberá, ainda dos seus tempos, que o que vem a reunião de câmara é a lista de erros tal e qual como está, e o ponto 4.1 da informação dos serviços é claro. Contudo, não deixa de ressalvar que a observação é pertinente. ----------

Interveio novamente o Sr. Presidente, dizendo que, com as recomendações que o Sr. Vereador Rui Rei referiu, em próximas oportunidades poder-se-á anexar, pois mais vale documentos a mais que a menos, e é só uma questão de completar o processo que vem a reunião de câmara com outros documentos. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo estar de acordo, e é verdade que os documentos que veem a reunião de câmara, tal como estão, vinham da mesma forma quando teve essa responsabilidade, o que não implica, muito pelo contrário, a evolução, que é algo que é sempre importante, nomeadamente quando se deixa de ter uma responsabilidade. Às vezes tem-se uma determinada visão, e bem, e não diz que o documento não está correto, porque está, o que é importante é que para quem olha e quer verificar e controlar, no sentido de gerir, diz que precisa de mais esta ou aquela informação. ----------

Interveio o Sr. Presidente, registando o facto de se perceber que, muitas vezes,

quando se está a gerir tem-se outra visão de quando não se está, e a questão da evolução também é importante, não tendo que se estar sempre com os mesmos procedimentos. Se se pode melhorar a possibilidade dos Srs. Vereadores analisarem melhor os pontos da ordem do dia, será melhor, e assim será feito.-------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que lhe estava a escapar uma coisa. Não quer ser demasiado "picuinhas" nesta análise, mas há uma questão, e os membros da Coligação Novo Rumo podem aprovar o ponto com o compromisso de depois se juntar. Está-se a votar o ponto 4.2 sem ter a lista do que se está a rejeitar, e eventualmente não se está a cumprir a lei, pois só se estão a entregar aos vereadores os erros que se estão a assumir, faltando o que se está a rejeitar.---

Se calhar faz sentido o que estava a dizer, não só na perspetiva da análise, como na perspetiva do controlo. No ponto 4.2 deste documento não estão os pontos que se estão a rejeitar. Acreditam que rejeitaram alguma coisa, mas não sabem o que rejeitam, pois não está na informação.----------

Respondeu o Sr. Presidente que, em próximas oportunidades, melhorar-se-á o aclaramento das coisas, que se vai tentar trazer a reunião. ----------

---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

---

---

1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASE 4A – VIALONGA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 453/14, de 24/03, do DOVI/DOVI, para ratificação do despacho que autorizou a manutenção da suspensão do prazo fixado para a apresentação das propostas, pelo período de mais 10 dias contínuos, até ao dia 03/04/2014, contados a partir do termo do quinto sexto do prazo definido para a apresentação das mesmas, relativa à empreitada de execução do parque urbano da Quinta da Flamenga – Fase 4A, em Vialonga.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 453/14, de 24/03, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. ----------
   Interveio o Sr. Presidente, referindo que tem de se penitenciar, porque ontem tentou falar com o Sr. Vereador Nuno Libório, por outra razão, mas também por causa deste assunto, e não falou com a Coligação Novo Rumo, mas entendeu que era uma questão menor, aliás uma questão mais pacífica, que certamente não iria levantar questões na reunião de câmara. Por isso tomou a liberdade, tendo em vista a necessidade absoluta de ir para a plataforma em tempo oportuno, de autorizar e remeter a reunião de câmara para ratificação. ----------
   Espera que os Srs. Vereadores tenham a generosidade de aceitar o facto de não ter previamente falado com as bancadas sobre esta matéria. ----------
   Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, para fazer uma sugestão. Os membros da CDU têm um gabinete, e quando o Sr. Presidente não conseguir falar com o Sr. Vereador Nuno Libório, que tente falar com o gabinete ou qualquer um

dos membros da CDU. Da sua parte, e certamente da parte de todos os seus camaradas, terá sempre a maior das disponibilidades para atender o telefone ao Sr. Presidente, ou a outro qualquer digníssimo vereador.----------

Respondeu o Sr. Presidente que foi para não ferir suscetibilidades.----------

Prosseguiu a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que não tem problema nenhum, as suscetibilidades dos membros da CDU não são assim muito fáceis de ferir nesse campo.----------

Relativamente ao ponto em concreto, e apanhando a sua "boleia", gostaria de perguntar à câmara municipal como está o processo da implantação de um quiosque neste parque urbano, crendo que é o único parque urbano do concelho que não tem um quiosque. ----------

Há tempos, ainda no outro mandato, foi feito um concurso, que foi muito mal dirigido, não permitindo que duas pessoas interessadas pudessem levar até ao fim o procedimento necessário para a implantação deste quiosque. Está-se no mês de abril, e portanto tem que se resolver o problema rapidamente, porque senão mais um verão, que é a época alta, e provavelmente será a época alta da utilização deste parque, novamente não se vai ter nenhum tipo destes equipamentos. ----------

O parque urbano tem atraído cada vez mais população, e há uma queixa que se torna cada vez mais corrente, que tem a ver com a falta de instalações sanitárias.--

As pessoas que utilizam o parque urbano têm que ir a um café, e torna-se muito desagradável, pelo que convinha que a câmara municipal conseguisse instalar, ou através do quiosque, ou através de outro tipo de opção qualquer, uma instalação sanitária no parque urbano.----------

Os membros da CDU, ao contrário doutras alturas, mas é da vida, não foram convidados para participar na reunião com a comissão de moradores ou o movimento do parque urbano, e isso não tem problema absolutamente nenhum, mas por isso não tiveram oportunidade de darem a sua opinião na altura. No entanto, pelo que sabem, os preços para a implantação de um campo de futebol de praia eram excessivos. Para uma coisa que se quer, e a população de Vialonga quer, que seja temporária, pois aquilo que se exige é a construção de uma piscina, gostariam de perceber se a câmara municipal já viu bem a questão do valor para uma coisa temporária, que é a implantação do campo de futebol de praia. Pode

não ser hoje, mas num tempo posterior, gostariam que o Sr. Presidente pudesse fazer chegar os preços. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que tem de fazer uma pergunta aos serviços, e neste caso à Engª Rosário Ferrão, ou ao Sr. Vereador António Oliveira, para poder responder. ----------

Assim pergunta se a adjudicação, ou o processo que está em tramitação para adjudicação, pode ser faseado em termos de intervenção, ou seja, se se pode retirar o campo de futebol de praia.----------

Respondeu a Engª Rosário Ferrão que o campo de futebol não faz parte desta fase. Esta fase 4A não tem o campo de futebol. ----------

Disse o Sr. Presidente que então é na fase 4B, e julgava que já era nesta. ----------

Contudo, a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso colocou uma questão que tem todo o sentido, mas, quanto aos sanitários, se calhar a câmara municipal vai evoluir para uma solução que se construiu no parque urbano de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira, que é um equipamento da JCDecaux. Ter outra solução é mais complicado, e por isso tem que se ver em que condições a JCDecaux lá pode colocar esse equipamento. A Srª Vereadora tem razão, é um espaço tão grande e com uma afluência tão grande, que necessita de instalações sanitárias.----------

O quiosque está em grande forma, leva uma volta de avanço em relação aos outros competidores, e já está em Povos. Os serviços estão a tratar da base para o poder implantar, e o processo de concurso para a sua concessão também está em andamento.----------

Disse a Srª Vereadora Marina Tiago que poderá mandar os pormenores. ----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, respondendo então que se mande à Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso indicação do processo da concessão do quiosque. Está tudo a andar em grande ritmo, e é uma dinâmica que até o surpreende, e as coisas já estão muito mais para a frente do que aquilo que pensava.----------

O Sr Vereador Rui Rei interveio, referindo que a "boleia" é uma coisa muito positiva, é pena é que as relações de confiança se foram esbatendo, e depois as "boleias" às vezes tornam-se perigosas.----------

Vai "à boleia" do Sr. Presidente, a propósito do seu despacho, pois existe um parecer, inclusivamente da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento

Regional do Centro, que objetivamente dá todos os poderes ao presidente da câmara, entre reuniões, num ponto como este, em que não seja possível reunir o órgão. Se se verificar o parecer da CCDRC, e é só pesquisar no Google, verificar-se-á que, não sendo possível a reunião do órgão, o presidente de câmara pode fazer o despacho para ratificação, e a questão que se coloca é se depois a câmara municipal ratifica ou não, mas é outra questão.----------

O presidente de câmara tem o poder para o fazer, isso está num parecer da CCDRC, e não sabe se existe outro, mas com certeza existirá, que dá esse poder ao presidente de câmara, como não poderia deixar de ser, pois não pode ficar no vazio. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo-se à situação que o Sr. Vereador falou, do presidente de câmara autorizar, mas depois a câmara municipal não ratificar, que é uma situação um pouco frágil. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que neste caso em concreto é só uma prorrogação de prazo.----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, para colocar uma questão que pensa que não terá sido contemplada. Na altura em que o processo veio a reunião de câmara para ir a concurso colocou a questão do prolongamento do passeio até à parte inferior do parque urbano, e não sabe se isso foi contemplado no concurso. Não se recorda, não viu depois as peças finais, mas na altura ficou conversada a possibilidade.-------

Uma das questões do parque urbano é que está na parte de cima, claro, mas se alguém quiser entrar pela parte de baixo não entra, tem de ir pela terra ou por dentro do parque da Flamenga, e uma das possibilidades, porque não é um custo assim tão elevado, é que se fizesse o prolongamento desse passeio até à parte inferior do parque, ficando o mesmo todo ligado, e depois faziam-se as restantes intervenções, umas mais temporárias, outras definitivas. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que crê, e pede auxílio à Engª Rosário Ferrão, que a parte que vai ser intervencionada agora, a 4A, tem o troço que o Sr. Vereador referiu, e o que não tem é depois o troço até à estrada. ----------

Esclareceu a Engª Rosário Ferrão que tem mais um troço, e que na sequência do que o Sr. Vereador disse na reunião de câmara, ficou visto que, com um procedimento complementar a este, se vai fazer o resto do troço, porque já não se

podia incluir, pois os documentos estavam todos ultimados, com as medições, sendo desta forma um procedimento à parte, ficando o troço acabado.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que a fase 4B é uma matéria que só se irá estudar mais para o final do ano, ou coisa que o valha, para se conseguir lançar em 2015, porque agora não está prevista rubrica para o efeito. ----------

No entanto, no decorrer dos trabalhos da fase 4A, para que as pessoas não tenham que andar num troço em terra batida, prolongar-se, através de um trabalho adicional. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA MARINA TIAGO NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SR. PRESIDENTE ----------

2. Resumo: Presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no período compreendido entre 2014/02/21 e 2014/03/10, referentes à emissão de horários de funcionamento e de 2ª via de licença de utilização específica.----------

3. Informações/pareceres:----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU gostariam de colocar uma questão que tem a ver com o Gabinete de Apoio ao Investidor, de onde aliás receberam hoje um folheto que é muito interessante.--- Chegou-lhes uma reclamação por parte de um munícipe, que diz ter tentado contactar este Gabinete de Apoio ao Investidor, e a resposta que tem tido, desde há 3 semanas a esta parte, é que o responsável não está, e não vai dizer o nome, e que quando o responsável chegar o contacta. O munícipe deixou o número de telefone, telemóvel, e-mail, e está há 3 semanas à espera que alguém do gabinete se digne a contactá-lo.----------
   É uma pessoa que vai abrir a sede de uma empresa, que pensa que não seja muito grande, mas é um investidor, no concelho de Vila Franca de Xira, e coloca uma questão que a própria entende ser pertinente: Qual é o objetivo do Gabinete de Apoio ao Investidor, quando depois, a pessoa que quer investir, está 3 semanas à espera que o responsável do gabinete se digne a contactá-lo? Considera que isto é inadmissível, e não pode acontecer. ----------
   Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que isso é a antítese daquilo que deve ser o Gabinete de Apoio ao Investidor. É o que pode dizer, e por isso vai falar ao

responsável. Se a Srª Vereadora quiser dar o contacto da pessoa em causa, vai transmitir ao responsável que esta pessoa está há 3 semanas para falar com ele e não consegue, e quer que lhe explique o que aconteceu. ----------

O Gabinete de Apoio ao Investidor, que ainda está numa fase de instalação, é verdade que nem sequer tem um espaço digno para poder receber, porque ainda não se encontrou esse espaço no quadro dos que estão disponíveis na câmara municipal, e a pessoa está num local que não tem as condições necessárias, mas há telefones, e-mails, há tudo, e hoje em dia as pessoas podem contactar-se. --------

Assim sendo, pede à Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso que lhe faça chegar esse contacto, para poder perceber o que aconteceu. ----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 103
Reunião de 2014/04/02
Procº _____
Deliberação nº_____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL-----
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 205/14, de 24/03, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2014/03/10 e 2014/03/21.----------
---
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 205/14, de 24/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.----------
---
---

6. Propostas:----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE ----------

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: ----------

Resolução da Assembleia da República nº 23/2014, de 17 de março, I série, relativo ao acompanhamento da aplicação do Acordo Ortográfico em Portugal; ----------

Decreto-Lei nº 43/2014, de 18 de março, I série, que cria os cursos técnicos superiores profissionais, como formação superior de curta duração não conferente de grau;----------

Declaração de Retificação nº 19/2014, de 24 de março, I série, que retifica o Decreto-Lei nº 15/2014, de 23 de janeiro, do Ministério da Economia, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, publicado no Diário da República, I série, nº 16, de 23 de janeiro de 2014;----------

Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2014, de 26 de março, I série, que cria o grupo de acompanhamento da bolsa de terras;----------

Decreto-Lei nº 49/2014, de 27 de março, I série, que regulamenta a Lei nº 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais. ----------

Tomado conhecimento.----------

---

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente Fernando Paulo Ferreira e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/03/13 e 2014/03/26, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

3. Informações/pareceres:----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas:----------

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 106
Reunião de 2014/04/02
Procº _____
Deliberação nº _____

1. Assunto: BALANCETES ----------

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: ----------

   Câmara Municipal:----------

   Dotações Orçamentais ----------22 927 665,00€

   Dotações não Orçamentais ---------- 2 243 769,85€

   Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:----------

   Dotações Orçamentais ---------- 3 366 046,88€

   Dotações não Orçamentais ----------697 789,68€

3. Informações/pareceres:----------

4. Dotação orçamental: Plano ----------Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: ----------

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

25 balancetes

1. Assunto: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – LISTAGEM DE COMPROMISSOS ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 65/14, de 25/03, do DGAFJ/DPFCI, para conhecimento da listagem dos compromissos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestações de serviço, respeitante ao mês de janeiro. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 65/14, de 25/03, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento. ----------
   Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que crê que este ponto vem da reunião de câmara anterior, não foi discutido, sabendo os membros da CDU que estas autorizações genéricas vão até ao valor de 5 000,00€. ----------
   Espanta-os, por exemplo, mas pode ser uma má informação que têm, que para uma passagem superior pedonal do Forte da Casa, em que se está agora a intervir, se tenha de gastar um valor que, "pasme-se", é de 4 980,00€, ou seja, 20,00€ abaixo daquilo que permite a autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo. Numa obra que está a ser intervencionada, por que é que a câmara municipal gasta quase 5 000,00€, porque se fosse esse valor tinha que vir a reunião de câmara, numa obra destas? ----------
   Mesmo numa outra rubrica, que tem a ver com o arranjo da parte elétrica dos automóveis, pensa que com o valor de 4 950,00€, seria bom que pudessem ter acesso a mais informação do que aquela que vem, porque não é o mesmo que

comprar uma caneta, está-se a falar de valores altos. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que o que pode explicar é que a REFER, para além das muitas exigências que fez, fez mais uma, que crê que tenha a ver com a alteração do projeto relativamente ao reforço metálico para a colocação das proteções exigidas pela mesma. ----------

A REFER, em "fim de festa", veio exigir um tipo de vedação que não estava inicialmente previsto, e como tem que se ter, para a obra se completar e as pessoas poderem circular, a validação/certificação da REFER, a câmara municipal não teve outra possibilidade senão ir ao encontro das suas exigências, no que diz respeito aos materiais de proteção da passagem.----------

Isso exigiu que o projeto previsse uns reforços metálicos, para suportar essas proteções que, à última da hora, a REFER exigiu, e é justamente essa alteração que foi necessário pedir ao projetista, sem a qual não se poderia conceber e adjudicar esses novos reforços.----------

---

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE GÁS NATURAL ÀS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO – MINUTA DO CONTRATO----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 108/14, de 19/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da minuta do contrato referente ao fornecimento em contínuo de gás natural às piscinas municipais do concelho, adjudicado à Gold Energy – Comercializadora de Energia, Lda, pelo valor de 599 866,33€. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 108/14, de 19/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A NOVA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – RECURSO HIERÁRQUICO – NEGAÇÃO DO PROVIMENTO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 123/14, de 26/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da negação do provimento ao recurso hierárquico apresentado pela MLM – Mobiliário, SA, referente ao procedimento de aquisição de mobiliário para a nova biblioteca municipal de Vila Franca de Xira.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 123/14, de 26/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que este material foi adjudicado à Culturalis & Borgeaud, mas antes, em sede de audiência prévia, do relatório preliminar, o júri decidiu excluir esta empresa, porque violou os parâmetros base do caderno de encargos. ----------
A sua intervenção é mais no sentido de ser completada a informação, além do que consta na documentação anexa, mas pensa que depois, se não está em erro, teria a ver com as cadeiras, os pés cromados, e também não está em causa o mais baixo preço, mas sim o economicamente mais vantajoso.----------
Gostaria, se fosse possível, que se esclarecesse melhor a situação, e admite que tenha a ver com os pés das cadeiras. Não está em causa nenhuma dúvida, é só mais um esclarecimento.----------
Depois, tinha pensado fazê-lo mais atrás, mas salvaguardando que não possa chegar aos pontos todos, como é normal, aproveita a permissão do Sr. Presidente

e a sua anuência no período antes da ordem, e apela à magnanimidade do seu amigo, Sr. Vereador Rui Rei, para colocar uma questão. Aproveita a "boleia" deste ponto, que não tem nada a ver, e diria mesmo que é "forçar a boleia", para falar no caso que se falou no período antes da ordem do dia, dos comerciantes da rua Serpa Pinto e circundantes, no sentido de ficar esclarecido, para não haver dúvidas da situação, sendo que sabe tanto da dinamização ou do conteúdo do pedido da reunião como sabe o Sr. Presidente.----------

Quanto à interpretação do e-mail, não é ajudar a interpretar, mas já agora aproveita para dar a sua interpretação, explicando que os comerciantes lhe pediram, e nem sabe quem são, uma reunião ao Sr. Presidente e à junta de freguesia. No que respeita ao conteúdo do e-mail, que não está muito explícito, o que lá está é que apelam a que esteja presente a vereação, e pressupõe que não seja toda, mas das coligações que estão na oposição. Está a citar de cor, mas o que lá consta mais é que se calhar os comerciantes querem fazer a reunião toda em conjunto, e apelam para a assembleia, porque na câmara municipal não estão alguns partidos representados. ----------

É apenas isso, gostaria apenas de tirar dúvidas, porque sabe tanto como o Sr. Presidente, mas os membros da CDU ficam a aguardar o esclarecimento da situação.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo são um grupo que preza muito a democracia, e não têm nenhum problema em que o seu camarada e amigo, Sr. Vereador Aurélio Marques, pense que pensam a mesma coisa que ele. Não têm nenhum problema, e o Sr. Vereador pode pensar sempre à vontade sobre os membros da Coligação Novo Rumo o que entender, que ficam muito satisfeitos por isso.----------

No entanto, o Sr. Vereador deixou-lhe uma dúvida, será que a declaração do Sr. Presidente vai condicionar o voto da CDU na questão da biblioteca? ----------

Já se vai ver a seguir, após a declaração, pois pode ser que alguém condicione o voto da CDU no caso da biblioteca, que tem votado sempre contra a biblioteca, só lhe escapando, a semana passada, a questão do "printing", em que lhe parece que votou a favor, mas é um detalhe. ----------

Em relação a este ponto em concreto, os membros da Coligação Novo Rumo

pedem a sua retirada, porque não estão em condições de o votar, pois não está suficientemente fundamentada a decisão entre as duas entidades. ----------
Precisam que seja fundamentada aquela decisão, que não colocam em causa, mas tem de ser fundamentada e clarificada a reclamação que ali está, e gostariam que fosse devidamente fundamentado o processo. ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que não é bruxo, nem cartomante, mas tinha qualquer coisa no dedo mindinho que da bancada do seu amigo, Sr. Vereador Rui Rei, viria qualquer coisa do género. ----------
Tem de dizer que os membros da CDU não estão descuidados, e no ponto relativo a equipamentos e consumíveis para vários serviços da câmara municipal, em que até dizia, nomeadamente para a biblioteca, abstiveram-se, e conscientemente, do que o Sr. Vereador não deve ter dúvidas. ----------
Tiveram sempre uma posição contra, por razões que "n" vezes disseram em reunião de câmara, do porquê de serem contra a biblioteca, e era por causa do seu valor e não outra coisa. O caso biblioteca está em fim de conclusão, e o Sr. Vereador não se deve admirar, pois a CDU não tem processos preconcebidos, é evolutiva, e é evidente que, acabando essa situação, que está a acabar, e votou contra por questões concretas da construção da biblioteca, possivelmente, e já está a sossegar o Sr. Vereador, porque poderia ficar admirado, noutras situações relativas ao funcionamento da biblioteca e outras questões não vai manter sempre o voto contra, que era concretamente sobre os valores da construção.----------
Os membros da CDU estavam atentos, mas gaba o cuidado de fiscalização do Sr. Vereador Rui Rei, e até estava a desejar que dele viesse alguma questão, ou até do próprio Partido Socialista. Sem dizer nada aos seus camaradas, estava já preparado para responder, ou ao Sr. Presidente, se por acaso viesse com isso. ------
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, pedindo que o ponto fique um pouco em suspenso para fazer um contacto, porque no âmbito da candidatura a câmara municipal tem de ter este assunto absolutamente resolvido numa determinada data, que é muito rápida, e o que vai é verificar esse aspeto.----------
Caso não seja possível, em termos de tempo, poder adiar para a próxima reunião, o que deixa já assumido é que, e nenhum dos membros da câmara é membro do júri, sendo pois uma questão eminentemente técnica, é que o júri complementará

esta informação com mais fundamentação, no sentido de eventualmente esclarecer. ----------

Contudo, vai ainda fechar tecnicamente a questão da data antes de dar a resposta.----------

Interrompeu o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo, na hipótese do ponto não ser retirado, e também para sossegar o seu amigo, Sr. Vereador Rui Rei, que os membros da CDU se vão abster, e não é contradição nenhuma com a posição inicial.----------

Mais tarde, interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que efetivamente se confirma que há interesse em que este ponto possa ser aprovado nesta reunião. Já esteve a conversar com o Dr. Vítor Figueiredo, que é elemento do júri, no sentido de que possa preparar uma explicação do documento um pouco mais aturada, e que faça a anexação a essa explicação de um documento que já esteve na reunião de câmara, talvez na anterior ou há duas reuniões atrás, um documento que faz a adjudicação e que tem essas explicações todas.----------

Como se disse, não custa nada anexar, porque rememoria com detalhe informações que não estão em cima da mesa, e não constam deste ponto 29, na documentação anexa.----------

Por isso, com a compreensão de todos os vereadores, e se estiverem de acordo, se for possível faz-se a votação, e depois o júri entregará uma fundamentação mais completa. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que terá de pôr o ponto a votação, porque há diferentes opiniões, perguntando o sentido de voto das bancadas, concluindo que o ponto é aprovado com a abstenção dos membros da CDU.----------

---

---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

---

---

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS DO CONCELHO – CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 107/14, de 18/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para conhecimento da caducidade da adjudicação, ao operador Elitomar, da contratação de serviços de limpeza dos equipamentos desportivos do concelho.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 107/14, de 18/03, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que já é recorrente a situação, e a câmara municipal, como é evidente, não tem culpa nenhuma. Primeiro foi a Multi Welldone que não apresentou os documentos, e agora é o segundo posicionado. Na altura até se falou desta situação de crise, mas as empresas, se querem trabalham, só que há outras condicionantes que, com a crise, permitem que não aceitem os trabalhos. Como passou também o período de entrega da documentação, há a caducidade da adjudicação.----------
O ponto 31 foi retirado, pelas condições que o Sr. Presidente propôs, mas pensa que estava relacionado com isto. O ponto vai-se discutir posteriormente, mas tem uma dúvida, que está implícita, e aproveita para a colocar, porque tem também a ver com este ponto 30. ----------
Na altura falou-se, e o Sr. Vereador António Félix até o esclareceu que ainda estavam dentro do prazo, mas agora, se está a interpretar bem, estes dois contratos, um venceu-se a 28 de fevereiro e o outro a 30 de março.----------

O novo contrato público urgente, que se vai discutir "à posteriori", é só entre maio e dezembro, que são 8 meses, e gostaria de saber, neste hiato de tempo entre o fim dos contratos e o próximo concurso, quem vai realmente garantir este serviço, e se é quem o está a fazer atualmente.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, referindo que não pode estar mais de acordo com o Sr. Vereador Aurélio Marques nesta questão, mas não sabe o que é que a câmara municipal pode fazer----------

O primeiro concorrente foi o que foi, o segundo foi o que foi, e acabou-se por não ter ninguém para fazer esta adjudicação. Depois, com a questão da Portaria nº 48/2014, também quanto ao concurso público urgente a câmara municipal está um pouco condicionada.----------

Assim, o que vai acontecer é continuar a ser feito o serviço por ajuste direto, até se fazer um concurso. Não há outra alternativa, não há condições, e por uma questão de saúde pública e de utilização dos espaços é algo que não pode parar e tem obviamente que continuar a ser feito.----------

---

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

1. Assunto: PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO – SINISTRO – TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 34/14, de 19/03, do DGAFJ/DFPCO/SPA, para aprovação da indemnização, no valor de 97,03€, a pagar à reclamante, Ana Isabel Dinis Martins Fernandes, resultante da ocorrência com uma moto roçadora junto ao portão este da Quinta Municipal da Piedade, em 2014/02/12.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 34/14, de 19/03, do DGAFJ/DFPCO/SPA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.----------

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – PRACETA FERNANDO NAMORA, Nº 1, 2º ESQº (ANTIGA RUA B, IMPASSE 1, LOTE 21, 2º ESQº) – BAIRRO DA CHEPSI – PÓVOA DE SANTA IRIA – CHEPSI, CRL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 85/14, de 25/03, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão da fração sita na praceta Fernando Namora, nº 1, 2º esqº (antiga rua B, impasse 1, lote 21, 2º esqº), Bairro da Chepsi, na Póvoa de Santa Iria, pelo valor de 67 500,00€.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 85/14, de 25/03, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – URBANIZAÇÃO DA CHEPSI, LOTE A2, RUA ANTERO DE QUENTAL, Nº3, 2C – PÓVOA DE SANTA IRIA – PEDRO MIGUEL ALMEIDA COELHO----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 88/14, de 27/03, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão da fração sita na rua Antero de Quental, nº 3, 2C, Bairro da Chepsi, na Póvoa de Santa Iria, pelo valor de 84 500,00€.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 88/14, de 27/03, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: ENCERRAMENTO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS NO SÁBADO DE PÁSCOA --
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 51/14, de 12/02, do DEC/DBD, para aprovação do encerramento das bibliotecas municipais do concelho, no sábado de Páscoa, dia 19 de abril. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 51/14, de 12/02, do DEC/DBD, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. --
---

4. Dotação orçamental: ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a intervenção dos membros da CDU só implica uma questão: Se se encerram as bibliotecas sempre no sábado de Páscoa, por que é que a questão não vem logo no âmbito dos horários que são aprovados no início do mandato? ----------
Se é assim não há razão, e este encerramento é aprovado desde 1980, ou seja, desde esta data que vem um ponto extraordinariamente à câmara municipal para aprovação deste assunto. Faz-lhe lembrar a sentinela que estava à porta do quartel a guardar alguma coisa, entretanto aquilo transformou-se, mas a pessoa continuou de sentinela, só que a guardar o banco, porque não tinha mais nada. Aquilo continuou ali mecanicamente, ele estava de sentinela a guardar o banco, e ninguém sabia porquê. ----------
Neste caso está-se da mesma forma, neste processo mecânico, sendo esta a perspetiva. Às vezes a perspetiva dá a possibilidade de se ir à procura e tentar ver as melhorias dos serviços, e, como estão sempre preocupados com a melhoria dos serviços, procuram trazer estes conselhos. ----------
O Sr. Vice-Presidente tomou a palavra, dizendo que fica registada a sugestão, acrescentando que também já se esteve a refletir sobre a matéria, e que acaba por

fazer sentido, provavelmente, em vez de se trazer a questão em três pontos distintos, porque tem tudo a ver com equipamentos de cultura, fazer uma abordagem num único ponto. ----------

Em termos de unidades orgânicas, não são as mesmas, e por isso é que se vão fazendo informações diferentes, mas faz sentido uniformizar ao máximo esse funcionamento.----------

De qualquer maneira, relativamente a este concreto sábado de Páscoa, a sexta-feira é santa, mas se é feriado ou não, não se sabe, e gera, sendo feriado, uma pouca afluência de público no sábado. ----------

Assim sendo, de futuro, ou se inclui no âmbito do funcionamento habitual dos equipamentos culturais todos, ou vindo à mesma a reunião de câmara, excecionalmente, virá num único ponto, com os diversos equipamentos culturais.---

---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 121
Reunião de 2014/04/02
Procº _____
Deliberação nº 221

1. Assunto: ENCERRAMENTO DA GALERIA MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES DO PALÁCIO DA QUINTA DA PIEDADE NO SÁBADO DE PÁSCOA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 48/14, de 18/03, do DEC/DCTPM, para aprovação do encerramento da galeria municipal de exposições do Palácio da Quinta da Piedade, no sábado de Páscoa, dia 19 de abril. -

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 48/14, de 18/03, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 122
Reunião de 2014/04/02
Procº DCTAE.00DM.MUS.110
Deliberação nº 222

1. Assunto: ENCERRAMENTO DOS ESPAÇOS ADSTRITOS AO MUSEU MUNICIPAL NO SÁBADO DE PÁSCOA----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 118/14, de 20/03, do DEC/DCTPM, para aprovação do encerramento dos espaços adstritos ao museu municipal, no sábado de Páscoa, dia 19 de abril.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 118/14, de 20/03, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.----------

1. Assunto: EXPOMOTOR – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 125/14, de 24/03, do DEC/DCTPM, para aprovação da iniciativa Expomotor, a realizar no Pavilhão Multiusos de Vila Franca de Xira, entre os dias 30 de abril e 4 maio de 2014, bem como do respetivo horário de funcionamento. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 125/14, de 24/03, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que, como todos sabem, a Expomotor realizou-se em 2010 e 2012, com o sucesso que todos também conhecem. Não se realizou em 2013, e os membros da CDU, na altura, até levantaram a questão, no tempo da antecessora do Sr. Presidente, do porquê de não se ter realizado, e foi explicado que foram os promotores que não propuseram, não interessando agora definir se não foi bem assim, na altura nem quis ripostar.---
   Pretende colocar duas questões, que gostaria que o Sr. Presidente, se possível, esclarecesse, porque não vêm nos documentos, e até admite que não tenham de vir. Os membros da CDU apoiam este evento, como é evidente, mas que custos traz para a câmara municipal? Presume que seja, mas o promotor ou colaborador deste evento continua a ser a equipa de Hipólito Cabaço, ou é a câmara municipal de per si que organiza? ----------
   Tomou a palavra o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo, se o Sr. Presidente lhe permitir, que fará o esclarecimento desta última questão, ou seja, é evidente que continua a ser Hipólito Cabaço. ----------

No fundo, congratula-se que se volte a fazer novamente, agora com outro nome, e não se importa que mude. Chamava-se Salão Automóvel, agora chama-se Expomotor, mas desde que se faça é o que lhe interessa. Esta iniciativa vai ter um cariz um pouco diferente do habitual, mas congratula-se com a sua retoma, sendo uma iniciativa que, e não "puxando a brasa à sua sardinha", lhe foi muito querida. -

O Sr. Presidente interveio, mencionando que considera que estas iniciativas são interessantes, e têm um público que adere bastante, permitindo também, através da vinda de muitas pessoas, algumas que nem são do concelho, ajudar e apoiar o comércio, no que diz respeito à restauração, principalmente.----------

Quanto à organização, a câmara municipal terá outro salão, "não há fome que não dê em fartura", e como não houve em 2013 este ano vai haver dois. Este tem características um pouco diferentes, que é uma relação entre os automóveis clássicos e os automóveis dos tempos de hoje, sendo uma transição do passado e a evolução do automóvel até aos dias de hoje.----------

Em setembro haverá outro, no qual já se está a trabalhar, provavelmente só salão automóvel de clássicos, mas ainda não se sabe. De qualquer forma, nos anos seguintes vai-se fixar uma data, provavelmente em maio, ainda não está suficientemente sólido, para que, no âmbito das atividades no pavilhão, esteja absolutamente fechada, no sentido de que durante este mandato haja sempre o Salão Automóvel. ----------

A figura de Hipólito Cabaço é incontornável, é um homem apaixonado por estas coisas, não cobra um cêntimo à câmara municipal pelo trabalho que faz, que é muito, e a única coisa que se tem de fazer é aproveitar esta paixão e dedicação encontrando as soluções necessárias para se ter um bom salão. ----------

Naturalmente que há despesas, eventualmente com reboques, de pouca monta, de carros que eventualmente tenham de ser rebocados, e há despesas de seguros e de segurança durante os dias, porque estão ali peças muito valiosas, tendo que estar salvaguardado esse aspeto, existindo ainda alguma despesa relativa à publicidade do evento, e não mais que isso. ----------

Pensa que o investimento que é feito justifica-se plenamente, tendo o retorno de interesse que as pessoas manifestam por este tipo de iniciativas. ----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que não se deve infirir da sua

intervenção que, ao pedir os custos, estava a pôr em causa o evento. Não é nada disso, pelo contrário, mas queria ouvir da boca do Sr. Presidente aquilo que disse, que na altura não se ouviu, que realmente esses custos para a câmara municipal são insignificantes, e é de louvar o que alguns munícipes fazem em colaboração com a câmara municipal. ----------

A sua intenção era só esta, queria ouvir sobre as despesas que a câmara municipal não tem com eventos desses. Pede desculpa, pois deveria ter sido mais direto, e fê-lo de outra maneira. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que só pode enaltecer publicamente esta parceria com que o Sr. Hipólito Cabaço, mais uma vez, se disponibilizou, que não é frequente. Assim, só tem que se elogiar esta generosidade do Sr. Hipólito Cabaço. ----------

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, realçando o facto de esta iniciativa ter tido origem com o seu camarada, Sr. Vereador João de Carvalho, realçar também o trabalho que Hipólito Cabaço tem feito, que foi, na altura, o início do seu reconhecimento e empenhamento neste tipo de iniciativas.----------

Convém que fique claro, para que todos possam estar de acordo e se consiga avaliar, no futuro, o que foi feito e o que será feito. ----------

---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

---

---

1. Assunto: EXPOSIÇÃO BIOBIBLIOGRÁFICA "AUGUSTO DOS SANTOS ABRANCHES: ESCRITOR E AGITADOR CULTURAL DA LUSOFONIA" – PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO CATÁLOGO----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 88/14, de 24/03, do DEC/DCTPM/MNR, para aprovação do preço de venda ao público do catálogo da exposição biobibliográfica "Augusto dos Santos Abranches: escritor e agitador cultural da lusofonia", pelo preço unitário de 5,00€. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 88/14, de 24/03, do DEC/DCTPM/MNR, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo entendem que o documento tem de ser fundamentado, para se chegar ao valor unitário, porque ao lerem os dois parágrafos da informação dos serviços não conseguem perceber como se chega ao valor unitário de 5,00€. ----------

   Convém fundamentar-se estas propostas, e neste caso a técnica que faz este serviço, Lurdes Aleixo, deveria, do ponto que têm, fundamentar melhor este processo. ----------

   Tomou a palavra o Sr. Presidente, registando o que foi dito, e perguntado à Drª Fátima Faria se consegue esclarecer o Sr. Vereador. De qualquer modo, em futuras situações deverá vir uma fundamentação, o que não custará nada. ----------

   Respondeu a Drª Fátima Faria que o Sr. Presidente tem razão. O Sr. Vereador Rui Rei tem razão, e a própria verificou, mas já numa fase tardia, antes de vir para a reunião de câmara, que este ponto deveria ter essa fundamentação.----------

De qualquer das formas, e pensa que os Sr. Vereadores terão conhecimento do que vai dizer, este valor é meramente simbólico, não preenche sequer aquilo que é a totalidade do valor de custo para a câmara municipal, em termos da aquisição dos catálogos. ----------

É um valor que tem sido atribuído ao longo dos tempos aos catálogos de 100 páginas à venda no museu do Neo-Realismo, os de 200 páginas têm sido vendidos por 10,00€. Portanto, é um valor meramente simbólico, consensual, e que foi considerado razoável. ----------

Contudo, o Sr. Vereador tem razão, e não custará nada fundamentar devidamente este tipo de informações. ----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo agradecem a explicação, e concordam, não há nenhuma questão sobre isto, mas era importante depois saberem, porque, sendo meramente simbólico, quer o de 5,00€, quer o de 10,00€, é um investimento cultural, que se cobra 5,00€, mas tem-se um custo real de um determinado valor, e assim fica-se a saber para futuro.

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. ----------

---

Assunto: PROPOSTA DE TOMADA DE POSIÇÃO – MANDATO 2013-2017 – PELA DENÚNCIA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO DA EPAL COM A MEKOROT ----------

Presente proposta dos membros da CDU, datada de 2014/03/19, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, com proposta de tomada de posição, no sentido da recomendação à EPAL para denúncia do acordo de cooperação que a mesma mantém com a empresa de águas israelita Mekorot. --

Interveio o Sr. Vereador Ernesto Ferreira, referindo que a proposta que os membros da CDU apresentam é a do envio à EPAL da sugestão de denúncia do contrato que a liga à empresa Mekorot de Israel. ----------

Quanto ao porquê desta posição da bancada da CDU, a EPAL é uma empresa pública, de capitais públicos, e mantém um contrato com esta companhia para a segurança e abastecimento de água, que expira agora em 2014, estando associada ou dando assessoria a uma empresa que, seria bom não esquecer, assumiu as responsabilidades militares por Israel, e faz a distribuição de água nos territórios ocupados da Palestina. De alguma forma é apoiada nos instrumentos herdados pelo exército israelita, e desempenha também uma função estratégica na política de colonização dos territórios palestinianos ilegalmente ocupados.----------

Aquela empresa utiliza e desvia, ilegalmente, as águas dos aquíferos palestinianos para abastecer os colonatos israelitas e as bases militares, em detrimento da população que ali vive há séculos, que deixa de ter acesso às suas nascentes. -------

Há que ter em conta a própria utilização destes aquíferos por parte de Israel, de sua "propriedade", palavra entre aspas, porque os territórios estão ocupados desde 1967, e mantêm-se as fronteiras, sendo que os israelitas utilizam 300 litros de água por dia, os palestinianos cerca de 70 litros, e o que é recomendado pela ONU são 100 litros.----------

Tendo em conta tudo isso, e tendo em conta a Constituição da República Portuguesa, e as próprias votações que têm sido feitas ao longo dos anos, a última em 29 de novembro de 2012, que reafirma o direito do povo palestiniano à autodeterminação e à independência do estado palestiniano, ocupado desde 1977, reconhecendo à Palestina o estatuto de estado observador não membro das Nações Unidas, aquilo que pretendem, em consonância com outras situações já realizadas por vários países europeus, é não prestar apoio a empresas que

utilizam, de alguma forma, e sistematicamente, a ocupação e segregação do povo palestiniano.----------

É nesse sentido que vai a proposta dos membros da CDU, de dar indicação à EPAL para romper com este acordo. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo pensam que se estão a misturar vários patamares. O patamar do direito ao povo palestiniano de ter um estado é reconhecido por todos, pela Coligação Novo Rumo também, mas também reconhecem o direito à existência do estado de Israel, que muitos países do Médio Oriente não reconhecem até ao dia de hoje. ----------

Reconhecem que os dois povos têm o direito a viver pacificamente na região, que têm direitos e deveres, e não se pode esquecer que o estado de Israel é governado por uma democracia, o mesmo não se aplicando nos dois lados, nos dois pontos que estão divididos, e que não são estados, não são propriamente governados por nenhuma espécie de democracia, muito menos um deles, que era, é e continua a ser suportado pelo Irão. ----------

Infelizmente o povo palestiniano tem sido usado por todos ao serviço de interesses que muitas vezes ultrapassam as causas desse mesmo povo.----------

São a favor da autodeterminação de um povo, do respeito pelos seus direitos, liberdades e garantias, mas não pensam que esta apresentação feita pela CDU, neste momento, tenha alguma razão de ser. Não lhes parece, porque em muitos outros momentos a CDU não mostrou o mesmo pensamento, e escusa-se a falar de alguns regimes muito democráticos que se têm no mundo, em que até ao dia de hoje o Partido Comunista Português nunca levantou uma voz para os criticar, uma voz que fosse.----------

Nessa matéria o Partido Comunista Português não tem, nem moral, nem legitimidade, para tentar dar lições de apoio às causas de muitos povos que lutam legitimamente pela sua liberdade e autodeterminação.----------

Não se deverão confundir os patamares, e estão tão à vontade quando este contrato não foi feito por nenhum governo do PSD, foi feito e iniciado num governo do Partido Socialista. Estão à vontade em relação a isso, não faz é muito sentido que se misture no mesmo copo aquilo que não tem, efetivamente, razão de se

misturar, e quando se chega ao limite de comparar os 300 litros de água de um lado e os 70 litros de água do outro, não se está a colocar nem a dar toda a informação da razão pela qual é que uns gastam 300 e outros 70. Com certeza que todos sabem, e se não se souber pode-se consultar a história de um lado e do outro. ----------

Para os membros da Coligação Novo Rumo aqueles dois povos devem viver em conjunto e em paz, para bem de toda aquela população, e da região onde se inserem, porque ter-se-ia com certeza menos conflitualidade, mais paz e prosperidade, que é o que desejam efetivamente.----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que há questões históricas, e a reunião de câmara não é o lugar mais correto. De facto, os dois países têm direitos, porque assim a sociedade internacional o entendeu, mas o certo é que a escolha dos locais não é inocente, e não é por acaso que se colocam os 300 litros e os 70 litros, nem é porque uns são judeus e lavam-se mais, e os outros são muçulmanos e lavam-se menos. Quando se escolheu a instalação do estado de Israel selecionaram-se os terrenos mais apetecíveis.----------

De qualquer forma, esta não é uma proposta do Partido Comunista Português, é uma proposta da CDU, na qual o PCP se inclui, naturalmente, mas é uma proposta com a qual o PCP se identifica.----------

Se o Sr. Vereador Rui Rei entender que este é o lugar para se discutirem as posições do Partido Comunista Português relativamente a outros estados, em que disse que não há democracia, fá-lo-ão noutra altura, e poderão até falar da democracia que o partido do Sr. Vereador Rui Rei apoia na Crimeia, em que o senhor que lá está agora foi democraticamente instalado no governo. ----------

A uma interpelação do Sr. Vereador Rui Rei, pediu desculpa, porque se enganou, uma vez que se reportou à Ucrânia, mas é igual, porque um lado ou outro têm muito de democracia a ensinar a todos. Portanto, se o Sr. Vereador entender podem fazer a discussão fora da reunião de câmara, porque certamente as pessoas têm mais que fazer do que estarem a levar com esse tipo de conversa, que é um diálogo surdo, ou seja, é um monólogo, uma vez que os membros da Coligação Novo Rumo falam muito de democracia, mas depois vê-se a democracia. Na Ucrânia os "tipos" que lá estavam tinham que sair porque havia milhares de

caso isso se faça pode-se até levar com carga policial, mas faz parte da democracia, e tudo pode ser feito.----------

Relativamente à água, é uma proposta da CDU, com a qual os seus membros se identificam, e por isso a trouxeram, e o que tem de ser feito é votar a favor ou votar contra.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que houve apreciações muito mais latas em termos do direito internacional, sobre questões geoestratégicas, de caráter político ou de democraticidade, que são importantes, sem dúvida nenhuma, e o Partido Socialista não se vai meter nessa discussão.----------

Como disse a Srª Vereadora, há lugares para se discutirem estas questões, e aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei disse no final da sua intervenção é o essencial daquilo que deve nortear a ação política, que é preservar a paz, liberdade e democracia. É nisso que todos devem estar sempre empenhados, e provavelmente haverá pontos de vista diferentes para atingir esses objetivos, mas é isso que os deve nortear.-----

Aquilo que hoje se traz é, de facto, a discussão de uma proposta que a CDU coloca, e cada uma das forças políticas tem que se manifestar.----------

As forças políticas manifestaram-se, de uma forma mais lata, da maneira que bem entenderam, mas resume a questão ao facto de a EPAL, em 2009, ter celebrado este contrato não estando preocupada em analisar as questões que foram colocadas, mas sim ter ao seu serviço uma empresa que lhe garantisse um serviço de grande qualidade, duma empresa especialista na matéria. Depois acrescentam-se outras matérias, respeitadas, é certo, mas o que esteve em cima da mesa, no ponto de vista do PS, foi só isto e não mais.----------

Assim, colocados os pontos de vista sobre esta proposta, passou à votação da mesma, perguntando o sentido de voto das bancadas, concluindo que a proposta é rejeitada, com os votos contra da Coligação Novo Rumo e do Partido Socialista, e os votos a favor da CDU.----------

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo, rejeitar a proposta dos membros da Coligação Democrática Unitária.----------

---

---

1. Assunto: PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL GÍMNICO A CELEBRAR COM A SOCIEDADE EUTERPE ALHANDRENSE----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 138/14, de 24/03, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Sociedade Euterpe Alhandrense, para definição das condições de cedência de material gímnico, viabilizando o aumento do número de participantes na prática da ginástica no concelho. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 138/14, de 24/03, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que propositadamente a Srª Vereadora Marina Tiago não está presente, para não participar na discussão ou pelo menos na votação deste ponto. ----------
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que era importante esclarecer algumas coisas que pensa que, ou estão mal esclarecidas na informação deste ponto, ou então não pode ser como lá está. ----------
O que diz o protocolo é que a câmara municipal propõe-se ceder à Sociedade Euterpe Alhandrense todo o material gímnico que existe no pavilhão do Olival de Fora, e se não é todo é uma grande parte, são, entre outro material, 3 trampolins e 10 colchões. ----------
A questão que os membros da CDU gostariam de colocar, em primeiro lugar, é se o material vai ser cedido para uma prova.----------
Ao lhe responderem que não, que é para utilização, aquilo que questiona é se a

câmara municipal cede o material e coloca outro no pavilhão. Se for assim tudo bem, ou seja, se a câmara municipal entender estar em condições de adquirir novo material para o pavilhão do Olival de Fora e dar o que lá está à Sociedade Euterpe Alhandrense, que é o que faz, pois é ceder durante não sabe quanto tempo. ----------

Agora, se o objetivo é retirar o material gímnico que existe no pavilhão Olival de Fora, que é utilizado nomeadamente pelas crianças da escola nº 2, na atividade da prática desportiva que acontece neste pavilhão, então aí não estão de acordo.-------

As crianças da escola nº 2, para não falar de outras, utilizam diariamente este material, e não lhes parece correto que a câmara municipal o ceda e que despeje o pavilhão do material que é necessário para poder funcionar. ----------

Antes de mais, gostariam que a câmara municipal esclarecesse este ponto. Como é que é, vai ficar o pavilhão sem nada?----------

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a questão dos membros da Coligação Novo Rumo é que a câmara municipal propõe ceder 10 tapetes, 3 colchões, um plinto de esponja, um minitrampolim e uma trave olímpica durante um ano, automaticamente renovável por iguais períodos, e o que está a fazer é entregar este material, neste caso à Sociedade Euterpe Alhandrense, pensando os mesmos que eventualmente seria melhor dizer-se que se vai doar o material.----------

Não se pode esquecer, um pouco mais atrás, que na reunião de câmara de 11 de dezembro aprovou-se a cedência de uma mesa de ténis de mesa, de ping-pong, à Juventude Desportiva Alhandrense, que estava também afeta ao pavilhão desportivo do Olival de Fora, e que no dia 5 de março aprovou-se a cedência de material desportivo ao Alhandra Sporting Club, 5 caiaques, 5 pagaias, 2 balizas caiaque-polo existentes na piscina de Vila Franca de Xira, por um ano automaticamente renovável. ----------

Não têm nada contra que estas cedências se façam, contudo, questionam: Este material não faz falta ao normal exercício da função da câmara municipal? Se não faz, muito bem, deve-se é tratar por igual todos os clubes, porque há alguns que podem não necessitar de trampolins, caiaque-polo ou mesas de ping-pong, mas vão necessitar do resto, e a câmara municipal, nesta situação, tem de estar em condições de dar um tratamento igual. ----------

A câmara municipal deve tratar de igual o que é igual, e o que é diferente não deve

tratar de igual. Tem de haver igualdade, no sentido de se ter um tratamento que seja condigno com a atividade que cada um faz. ----------

Gostariam que isto fosse verdadeiramente clarificado, para poderem perceber o que se está a fazer, pois nada invalida que a câmara municipal amanhã adquira, por exemplo, para o pavilhão de Alverca do Ribatejo, 150 bolas para que os jovens deem uns pontapés na bola, e depois, passado um ano, por exemplo, diga "agora cedo as bolas à Casa do Benfica de Alverca".----------

É preciso que as regras sejam claras e que todos saibam com o que contam, e a partir daí os membros da Coligação Novo Rumo estão à vontade e não têm nenhum problema. ----------

Esta situação também revela que, eventualmente, há equipamento que não se necessita no sítio onde está, como por exemplo a piscina de Vila Franca de Xira, e leva a que os investimentos devem ser repensados, revistos e há erros que não se devem cometer duas vezes. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Félix, referindo que a ideia que tem sido defendida pelo município tem sido a promoção do desporto, nomeadamente do desporto de formação, e nesse contexto uma das vertentes que tem definido como prioritária é a do desporto feminino. ----------

Neste caso específico, deste material que está no pavilhão do Olival de Fora, pela informação que tem não é utilizado, e a Sociedade Euterpe Alhandrense, neste momento, é o principal dinamizador da ginástica no concelho, aliás como é o bom exemplo que se teve no fim de semana passado, com o apuramento de um par e um trio para o campeonato mundial, coisa que não acontece com muita frequência no concelho de Vila Franca de Xira. Neste sentido, entendeu a câmara municipal que seria interessante para a sociedade, no sentido de dinamizar ainda mais o desporto, neste caso específico a ginástica, a cedência deste material, que não estava a ser utilizado no pavilhão do Olival do Fora. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, perguntando qual é o material utilizado pelas crianças, porque sabe que utilizam este material na prática desportiva.----------

Portanto, ou há material a mais no pavilhão do Olival de Fora, ou se se aprovar esta cedência não irá existir material, e os membros da CDU não estão muito

seguros disto. Compreendem perfeitamente o papel meritório da Euterpe, não há dúvida, e não é só da Euterpe, mas no caso da ginástica sim, como noutros, mas não lhes parece justo. A freguesia de Vialonga já tem os equipamentos que se conhecem, que são muito poucos, e o pavilhão do Olival de Fora é utilizado na prática desportiva, às vezes ao sábado de manhã, para o Xira 2000 e para os miúdos, já sendo muito pouco utilizado a não ser pelas escolas. Há pouco equipamento, e ainda se quer ceder o pouco que há.----------

Podem estar de acordo com este protocolo, mas têm que ter a certeza que os meninos da escola nº 2, e todos os outros que têm prática desportiva neste pavilhão, não vão ficar sem o equipamento necessário. Aí têm muitas dúvidas de que não venha a acontecer este cenário.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, referindo que pensa existirem duas questões que têm de ficar muito claras da parte do Partido Socialista. A primeira é que não é correto que se façam afirmações que evidenciam claramente que há coletividades de primeira e de segunda linha. Independentemente dos seus feitos ou resultados históricos há uma questão de fundo, o associativismo deve ser encarado e tratado com um todo igual.----------

Esta é a primeira questão, e pensa que é um compromisso que muito mal seria se se tivesse que pôr em causa. Coloca esta questão, e desta forma, porque se não foi infeliz a intervenção do Partido Socialista para justificar esta proposta, claramente indicia que há um tratamento de preferência com desfavor para outros. ----------

Como segundo ponto, aquilo que também serviu agora para justificar o que aparentemente não se consegue justificar, é a prova provada, ou dito de outro modo, uma confissão pública que a câmara municipal não tem uma política de desporto. ----------

O Sr. Presidente pode ir buscar Jesus ou quem quiser, mas não tem argumentos para justificar esta proposta, e a realidade é mesmo esta. Aquilo que disseram não é nada de novo, e o que têm vindo a chamar a atenção é que a câmara municipal, sobre esta matéria, em relação à sua competência e política, deixa mesmo muito a desejar, e esta é a prova disso. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, em primeiro lugar, que não há instituições ou associações de primeira ou segunda, há instituições que fazem um determinado

tipo de trabalho e outras que fazem outro, e todas merecem, do ponto de vista da câmara municipal, o máximo de respeito.----------

Nesse sentido, tem-se procurado, ao longo dos anos, ter um programa de apoio ao movimento associativo, que se vai manter, ao contrário de muitos e muitos municípios, de todas as cores políticas, pois os apoios ao movimento associativo são zero, a política desportiva é zero, porque o apoio é nulo. Os projetos e a dinamização das políticas desportivas fazem-se com investimento, não é possível fazer-se doutra forma. ----------

Ao longo de muitos anos, e até está à vontade porque teve funções em executivos que nem eram geridos pelo Partido Socialista e ajudou, modéstia à parte, a desenvolver protocolos de apoio ao movimento associativo, que nem sequer existiam, e foi através disso que se foram desenvolvendo ao longo do tempo até aos presentes dias, o apoio da câmara municipal ao movimento associativo é sério e é justo, e se não fosse o movimento associativo, em termos desportivos, culturais e recreativos, este era um município ou um país muito mais empobrecido nestas valências.----------

Há um projeto de dinamização desportiva, muito assente naquilo que a câmara municipal defende de apoio à formação, e este protocolo que está em discussão vem neste sentido.----------

No entanto, há matérias que não estão suficientemente esclarecidas, e como não estão, até mesmo para o próprio, o que diz com toda a naturalidade, retira o ponto para os serviços esclarecerem melhor, e saberem se os equipamentos que vão ser disponibilizados fazem ou não falta, bem como outras matérias que julga terão, nesta proposta, de estar referidas. ----------

Não aceita que se diga que não há política desportiva, nem tão pouco que o apoio ao movimento associativo não existe ou que há associações que são apoiadas de uma forma e outras de outra. Há efetivamente associações que têm um trabalho muito mais profundo em todas as áreas, e essas excecionalidades também têm que ser analisadas, como é evidente, com o respeito por aqueles que só têm o chinquilho, que também é uma atividade importante, num determinado contexto de um determinado território. ----------

É nesta visão das coisas que a câmara municipal se tem de orientar, e por isso

recomenda ao Sr. Vereador António Félix que se faça uma fundamentação relativamente às matérias que, não só o próprio referiu, mas também as duas bancadas. ----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, sugerindo, se o ponto vai ser retirado, para que todos tenham noção daquilo que estão a votar, que se possa pedir um parecer junto do agrupamento de escolas. Pensa que não é assim tão difícil, e ter-se-ia melhor e maior informação relativamente à necessidade ou não do respetivo equipamento. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que sim, e o que não se pode é ter dúvidas quando se está a votar. Se há dúvidas, esclarecem-se. ----------

---

---

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.----------

---

1. Assunto: PROGRAMA DE FÉRIAS DESPORTIVAS 2014----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 140/14, de 25/03, do DASDEDS/DDE, para aprovação do programa de Férias Desportivas 2014, nas épocas da Páscoa e verão, para jovens entre os 6 e os 16 anos, bem como das condições de participação, da minuta da proposta de adesão e da minuta do protocolo de cooperação a estabelecer com as coletividades do concelho.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 140/14, de 25/03, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.----------
---

---

1. Assunto: PRÉMIO DE TEATRO "MÁRIO RUI GONÇALVES" – CONSTITUIÇÃO DO JÚRI ---
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 64/14, de 27/03, do DASDEDS/GAMAJ, para aprovação da constituição do júri do prémio de teatro "Mário Rui Gonçalves". ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 64/14, de 27/03, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo, para se acabar um pouco bem-disposto, que vai fazer um pouco de espetáculo, se lhe permitirem, e não demorará muito. Hoje, acompanhado pela chuva, fez-lhe lembrar uma peça que estava em cena há muitos anos, em que os vários personagens, cada vez que entravam, diziam: "é pá, chove a potes"; "está a chover a cântaros"; "é pá, está a cair-nos o céu em cima" ou "vê lá tu como chove". A peça durou 4 horas, com uma data de gente a dizer, de cada vez que entrava, "vejam como chove lá fora", e ao fim de 4 horas entrou um personagem, que disse: "felizmente parou de chover", ouvindo-se alguém da plateia dizer "é pá, rapaziada vamos embora, vamos aproveitar esta aberta". Assim é hoje, está-se quase a acabar. ----------
Neste caso, só tem que se congratular pela criação deste prémio, mas há duas coisas em que fez alguma confusão, e o próprio é da área. Não tem dúvidas, sabe perfeitamente quem é João Mota, diretor do Teatro Nacional, e sabe perfeitamente quem é Paulo Renato, que pode ser o representante da câmara municipal, mas quanto ao primeiro membro do júri, Miguel Falcão, quem lhe veio à cabeça foi outra pessoa. Será professor universitário, provavelmente, não sabe quem é, e gostaria de ter um currículo para saber quem são as duas pessoas de mérito

cultural que vão ser parte do júri do prémio de teatro da câmara municipal, e não o tem. ----------

Se lhe tivessem dito que era Tito Lívio ou outra pessoa qualquer, conhece, mas Miguel Falcão e Catarina, não conhece. Para si era o Miguel Falcão da câmara municipal, e não teria lógica. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que poderia falar sobre Paulo Renato, que conhece muitíssimo bem, e o trajeto que tem feito no concelho de Vila Franca de Xira em prol do teatro, mas o Sr. Vice-Presidente responderá sobre a matéria. ---

Interrompeu o Sr. Vereador João de Carvalho, mencionando que não falou de Paulo Renato. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que quando avivar a memória ao Sr. Vereador João de Carvalho vai logo saber quem são, independentemente de fazer todo o sentido poderem constar notas biográficas. Confessa que na altura em que os serviços fizeram esta proposta, tal como referiu e bem o Sr. Vereador, que é óbvio que sabe quem é João Mota e quem é Paulo Renato, para si, e o erro foi seu, era totalmente óbvio que toda a gente sabia quem era Miguel Falcão, e toda a gente sabia quem era Catarina Romão Gonçalves. ----------

Efetivamente dá de barato que o Sr. Vereador tem toda a razão, e vai dar conta quem são, mas o Sr. Vereador saberá de certeza quem é. Não está a ver, mas sabe, o próprio vai explicar, e o Sr. Vereador não pode dizer que não sabe. Sendo um homem de cultura e um homem do concelho não é possível não conhecer. -------

Basicamente, Miguel Falcão, que há de ter um nome mais completo do que Miguel Falcão, tem uma tese de doutoramento sobre o teatro de Alves Redol, e por várias vezes participou e participa nas atividades, nomeadamente do museu do Neo-Realismo, onde veio apresentar a sua tese de doutoramento e o seu livro, que foi editado pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, é professor de teatro na Escola Superior de Educação de Lisboa e é até muito provável que o Sr. Vereador tenha assistido a peças com ele. ----------

Catarina Romão Gonçalves foi diretora do Teatro da Trindade uma série de anos, e não é possível que o Sr. Vereador não conheça, sendo hoje secretária-geral da presidência do Conselho de Ministros para a área da cultura, e são ambos do concelho. ----------

Sugere aos serviços que se preparem notas biográficas sobre os 4 membros, não fazendo sentido fazer só destas 2 pessoas, e que se remetam aos vereadores, fazendo sentido que em futuras ocasiões venham em anexo à documentação. -------
Pede desculpa mais vez, pois o problema foi seu, que como está tão dentro destes processos não lhe ocorreu, mas de certeza que o Sr. Vereador João de Carvalho os conhece. ----------
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, respondendo que provavelmente os conhece, até porque já foi júri várias vezes do FATAL – Festival Anual de Teatro Académico de Lisboa. ----------
Depois, se o Sr. Vice-Presidente permitir um acrescento, considera que nos júris não deveria haver nomes pares, deveriam ser ímpares. Se for em número par, dois vão para um lado e dois para outro, e não se atribui prémio. Há vários grupos de teatro no concelho, e com certeza que, dentro dos vários dirigentes dos grupos de teatro, conseguir-se-ia encontrar alguém que poderia integrar este júri. ----------
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que essa discussão foi feita com os grupos de teatro, que, com razão, não se quiseram envolver no processo, porque todos querem ser potenciais concorrentes. Essa questão foi vista, não só entre os serviços, foi vista em reunião com todos os grupos de teatro, e falou-se sobre essa matéria com bastante abertura, na altura em que se estava a decidir sobre a questão do regulamento, que já veio a reunião de câmara, e essas questões também já foram vistas na câmara municipal nessa altura. ----------
Hoje é mesmo só o júri que vem, e os serviços de cultura remeterão as notas biográficas. ----------
Interveio de novo o Sr. Vereador João de Carvalho, pedindo ao Sr. Vice-Presidente que pense no quinto elemento, que não tem a ver com o filme de Bruce Willis. -------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que com as recomendações que foram feitas, que em próximas oportunidades se tentarão melhorar, e com o conhecimento que, pelos vistos, todos tinham do júri, dá por terminada a discussão. ----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 142
Reunião de 2014/04/02
Procº _____
Deliberação nº 228

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA ----------

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. ----------

Encerramento às 14h15. ----------

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara 2014/04/16, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. ----------

E eu, Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. ----------

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -